

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ AUGUSTO HARTMANN

AS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA COMO ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS: CAUSAS  
E DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA  
DAS ENTIDADES DO SISTEMA CORPORATIVISTA INDUSTRIAL SUBNACIONAL  
BRASILEIRO

CURITIBA

2020

JOSÉ AUGUSTO HARTMANN

AS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA COMO ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS: CAUSAS E  
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS  
ENTIDADES DO SISTEMA CORPORATIVISTA INDUSTRIAL SUBNACIONAL  
BRASILEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Ciência Política do Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Hartmann, José Augusto

As federações da indústria como organizações políticas : causas e desenvolvimento do processo de profissionalização política das entidades do sistema corporativista industrial subnacional brasileiro. / José Augusto Hartmann. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

1. Corporativismo - Brasil. 2. Poder legislativo. 3. Política industrial.  
4. Confederação Nacional da Indústria. (Brasil). I. Costa, Paulo Roberto Neves, 1960-. II. Título.

CDD – 322.3



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JOSE AUGUSTO HARTMANN** intitulada: **As federações da indústria como organizações políticas: causas e desenvolvimento do processo de profissionalização política das entidades do sistema corporativista industrial subnacional brasileiro**, sob orientação do Prof. Dr. PAULO ROBERTO NEVES COSTA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 04 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica  
10/12/2020 14:23:10.0

PAULO ROBERTO NEVES COSTA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
10/12/2020 16:39:21.0

MARCELLO FRAGANO BAIRD  
Avaliador Externo (ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E  
MARKETING)

Assinatura Eletrônica  
10/12/2020 14:09:42.0

WAGNER PRALON MANCUSO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica  
10/12/2020 13:23:59.0

WELLINGTON NUNES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*À Kelly, Guattari e Tutti-Frutti*  
*Que este seja um país democrático, laico e acolhedor.*

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho acadêmico é fruto de uma miríade de influências e contribuições, muitas das quais não conseguiríamos ter vivas na memória e na ponta da língua, mas, ainda assim, fundamentais e presentes. Por isso, ao ter o privilégio de apresentar uma tese de doutoramento, seria inescusável não lembrar daqueles que contribuíram diretamente na construção desta pesquisa.

Assim, agradeço, primeiramente, ao professor Paulo Roberto Neves Costa pela orientação (desde 2012) e oportunidade de desenvolvimento desta pesquisa. Aos professores Wellington Nunes e Renato Monseff Perissinotto, pela valiosa contribuição, sobretudo em suas aulas de Política Comparada, nas apresentações das técnicas da *QCA* e do *Process Tracing*, também sobre as questões pertinentes levantadas na banca de qualificação. Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, especialmente aqueles que pude ouvir em suas aulas. Aos colegas desses anos de estudos no Departamento de Ciência Política da UFPR e os companheiros do grupo de pesquisa Empresariado e Ação Política, além de todos aqueles que contribuíram com críticas e sugestões ao longo da pesquisa, em seminários, *workshops* ou, mesmo, em conversas informais.

Contudo, não seria possível apresentar esta pesquisa sem o imprescindível trabalho (e muitas vezes esquecido) dos professores que tive ao longo de minha formação acadêmica, desde a educação infantil, passando pelos níveis fundamental, médio, superior (e aqui uma lembrança especial aos meus orientadores), especialização e mestrado, em vista do que agradeço profundamente aos mestres que contribuíram para minha formação acadêmica, desde o letramento. O Brasil, país instável e mal desenvolvido, precisa ser dobrado aos educadores e pesquisadores para se constituir, verdadeiramente, em um país e em um lugar menos intratável e de traços autoritários e anticientíficos. Se o esclarecimento apresenta sombras, ainda é por ele que se pode iluminar – pois que viver em um país de obscurantismo não é nada confortável.

Ademais, esses agradecimentos se dirigem não somente àqueles que contribuíram com o suporte acadêmico, mas também profissional e afetivo. Agradeço, portanto, à diretora, amiga e profissional que admiro, Olinda de Godoi Ribeiro Almeida Pinheiro, pelo inestimável apoio fraterno e profissional, aos meus pais e irmãos, pelo apoio acadêmico e profissional e, com carinho imensurável, ao incalculável amparo atribuído por aquela que foi minha companheira de muitos anos, Kelly Heloise Ivanoski.

*“Essa é a essência do exposto. Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um ethos. E essa é a qualidade que nos interessa.”*

(WEBER, 1992)

## RESUMO

Esta tese trata da organização interna que antecede a ação, propriamente dita, do empresariado industrial estabelecido nas 27 Federações Subnacionais da Indústria, isto é, no sistema corporativista de representação sindical patronal brasileiro em âmbito subnacional. Focalizamos o período entre 1988 e 2018, entretanto, ao se projetar uma perspectiva de processo, contemplamos o estabelecimento dessa organização de representação de interesses desde, pelo menos, a década de 1930. O objetivo foi verificar a existência de um processo de profissionalização política dessas entidades, caracterizado por uma mudança da natureza pressuposta de atuação dessas entidades, extrapolando ações de organização e representação de interesses para uma ação política autônoma e em vistas ao poder. Sustentada no Método Histórico Comparativo, partimos da apresentação de um índice de profissionalização política dos 27 casos. Em seguida, utilizamos a *multi-value QCA* para avaliação dos conjuntos das hipóteses causais da estrutura social (tese condicionalista) e da estrutura institucional (tese consolidologista). Os mecanismos causais foram avaliados por meio de um mapeamento de processos, ou seja, em uma perspectiva diacrônica, sustentada nas técnicas do *process tracing*. Por fim, apresentamos uma descrição dos padrões de acompanhamento em relação ao processo legislativo de cinco Federações, respeitando a distribuição de uma por região do país e a disponibilidade de dados. Com isso, buscamos apresentar uma descrição dos formatos institucionais e das estratégias ou padrões de ação política dessas entidades. Os achados indicam a atenção dada pelas Federações aos legislativos subnacionais, assim como sua capacidade de organização e ação política autônoma. Destacou-se para o desenvolvimento do processo de profissionalização política, aspectos estruturais, sobretudo, a urbanização das Unidades Federativas. Deste modo, esses resultados aproximam-se da tese condicionalista, em que a modernização se apresenta como causa necessária para a progressão da organização política dessas entidades subnacionais do sistema corporativista. O uso da *QCA* e do *process tracing* permitiram considerar casos contrafactuais, em que se destacou o caso da Federação paulista. Ainda que se tenha o desenrolar de um processo de profissionalização, em que pesa a importância estruturante dos aspectos de *sistematização* e *enraizamento*, quando se toma os múltiplos casos, o aspecto suficiente à alta profissionalização política da *transparência* foi aquele em que menos avançaram, indicando a necessidade de mecanismos externos para sua institucionalização. Os resultados também sugerem uma perspectiva processual de longa duração, ainda que a redemocratização seja aspecto crucial para esse processo.

**Palavras-chave:** Federações da Indústria. Legislativo subnacional. Profissionalização política. Padrões de ação política. Sistema corporativista.



## ABSTRACT

This research dealt with the internal organization that precedes the action, in effect, of the industrial enterprise established in the 27 Subnational Federations of Industry, that is, in the corporative system of Brazilian union representation at the subnational level. We focused on the period between 1988 and 2018, however, by projecting a process perspective, we contemplated the establishment of this interest representation organization since at least the 1930s. The objective was to verify the existence of a process of political professionalization of these entities, characterized by a change in the legal standing of their actions, extrapolating actions of organization and representation of interests to an autonomous political action and in struggle for political power. Based on the Comparative Historical Method, we started from the presentation of a political professionalization index of the 27 cases. Next, we use the multi-value QCA to evaluate the causal sets, the causal hypotheses of the social structure (conditional thesis) and the institutional structure (consolidologist thesis). The causal explanations were evaluated by means of a process tracing, i.e., from a diachronic perspective. Finally, we present a description of the monitoring patterns in relation to the legislative process of five Federations, respecting the distribution of one per region of the country and the availability of data. With this, we seek to present a description of the institutional formats and the strategies or patterns of political action of these entities. The findings indicate the attention given by the Federations to the local parliaments, as well as their capacity for organization and autonomous political action. Structural aspects were important for the development of the process of political professionalization, highlighting the urbanization of the Federative Units. Thus, these results are close to the conditional thesis, in which modernization presents itself as a sufficient cause for the progression of the political organization of these sub-national entities of the corporative system. The use of the QCA and the process tracing made it possible to consider counterfactual cases, in which the case of the São Paulo Federation stood out. Although a process of professionalisation has taken place, in which the structuring and rooting aspects weigh heavily, when the cases are taken place, the aspect sufficient to the high political professionalization of transparency was that in which they least advanced, indicating the need for external mechanisms for its institutionalisation. The results also suggest a long-term procedural perspective, even though redemocratization was a crucial aspect of this process.

**Keywords:** Federations of Industry. Sub-national legislature. Political professionalization. Political action. Corporate system.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Parametrização das categorias analíticas.....	55
Quadro 2 -	Parametrização das categorias analíticas de Estrutura Social.....	68
Quadro 3 -	Resultados da tabela verdade de profissionalização política.....	71
Quadro 4 -	Federações distribuídas por década de fundação.....	75
Quadro 5 -	Distribuição das Federações por ondas de fundação.....	76
Quadro 6 -	Parametrização das categorias analíticas de Institucionalização.....	81
Quadro 7 -	Resultados da tabela verdade de institucionalização.....	84
Quadro 8 -	Sequência de eventos da H1 (Estrutura Social).....	93
Quadro 9 -	Sequência de eventos da H2 (Estrutura Institucional).....	93
Quadro 10 -	Agendas subnacionais produzidas pelas Federações.....	103-104
Quadro 11 -	Produção e divulgação de ALSI por quinquênio.....	104
Quadro 12 -	Resultados Fiba (ano a ano).....	116

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Relação entre os conjuntos.....	52
------------	---------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Percentual de contribuição das empresas para o sistema representativo.....	33
Tabela 2 -	Alíquota de contribuição assistencial das empresas.....	34
Tabela 3 -	Participação da UF no PIB industrial % – 2015.....	34-35
Tabela 4 -	Distribuição dos atributos.....	54
Tabela 5 -	Produção de ALSI por Federação.....	54-55
Tabela 6 -	Índice de profissionalização política das Federações Subnacionais da Indústria.....	55-56
Tabela 7 -	Participação no PIB Industrial agregado.....	59-60
Tabela 8 -	Meta IDEB (2017).....	60-61
Tabela 9 -	População por níveis de educação (4º trimestre 2019).....	61-62
Tabela 10 -	Educação – Nível Superior (2019) + Meta IDEB (2017).....	62-63
Tabela 11 -	Densidade populacional.....	63-64
Tabela 12 -	Cidades com mais de 1 milhão de habitantes no Brasil.....	64
Tabela 13 -	População em cidades > ou = 500.000 hab. (excluindo capitais).....	65
Tabela 14 -	População em cidades > ou = 1.000.000 & População em cidades > ou = 500.000 hab. (excluindo capitais).....	65-66
Tabela 15 -	Urbanização.....	67-68
Tabela 16 -	Estrutura Social.....	68-69
Tabela 17 -	Grau de Estrutura Social das unidades da federação.....	68
Tabela 18 -	Condições necessárias: estrutura social.....	70
Tabela 19 -	Truth-Table: estrutura social.....	70
Tabela 20 -	Subset/Superset Analysis: profissionalização política (suficiência).....	71
Tabela 21 -	Sequência histórica – Antiguidade agregada.....	76-77
Tabela 22 -	Coligações nas eleições ao governo do estado/Distrito (2014 e 2018).....	77-78
Tabela 23 -	Multipartidarismo/Corporativismo.....	79
Tabela 24 -	Manifestação de Interesses/Decision-making.....	80
Tabela 25 -	Aspectos Institucionais .....	80-81
Tabela 26 -	Grau de Institucionalização das unidades da federação.....	82
Tabela 27 -	Condições necessárias: aspectos institucionais.....	83
Tabela 28 -	Truth-Table: aspectos institucionais.....	83

Tabela 29 - Subset/Superset Analysis: institucionalização (suficiência).....	84
Tabela 30 - Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x PIB Industrial.....	94-94
Tabela 31 - Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x Urbanização.....	96-97
Tabela 32 - Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x Sequências históricas.....	100
Tabela 33 - Posição da Fiba – 2016.....	113
Tabela 34 - Tema Fiba – 2016.....	114
Tabela 35 - Posição da Fiba – 2017.....	114
Tabela 36 - Tema Fiba – 2017.....	115
Tabela 37 - Posição Fiba – 2018.....	115
Tabela 38 - Tema Fiba – 2018.....	115
Tabela 39 - Temas Fiba (total).....	116
Tabela 40 - Tema ALIDF – 2015.....	118
Tabela 41 - Tema ALIDF – 2016.....	119
Tabela 42 - Tema ALIDF – 2017.....	120
Tabela 43 - Tema ALIDF – 2018.....	120-121
Tabela 44 - Posição da Fibra – 2015-2018.....	121
Tabela 45 - Tema 2015-2018.....	122
Tabela 46 - Resultado do processo legislativo – ALESC (2015).....	122
Tabela 47 - Tema 2015 – ALISC.....	123
Tabela 48 - Tema 2016 – ALISC.....	124
Tabela 49 - Tema 2017 – ALISC.....	124
Tabela 50 - Tema 2018 – ALISC.....	125
Tabela 51 - Origem das proposituras – ALESC 2015-2018.....	126
Tabela 52 - Temas ALISC – 2015-2018.....	126
Tabela 53 - Tema ALITO – 2017.....	127
Tabela 54 - Tema ALITO – 2018.....	128
Tabela 55 - Temas ALITO – 2017-2018.....	128
Tabela 56 - Tema ALERJ – 2015.....	129
Tabela 57 - Processo Legislativo ALERJ – 2016.....	130
Tabela 58 - Origem das proposituras – ALERJ – 2018.....	131

Tabela 59 - Tema ALERJ – 2018.....	131
Tabela 60 - Temas ALERJ 2015-2018.....	132
Tabela 61 - Origem das proposições por partido – ALERJ – 2018.....	132
Tabela 62 - Resultado do processo legislativo – ALERJ (2015-2018).....	133
Tabela 63 - Posição das Federações – qui-quadrado.....	135
Tabela 64 - Posição das Federações * resultado do processo legislativo (tabela cruzada)....	135
Tabela 65 - Resultado do processo legislativo das cinco Federações (2015-2018).....	136
Tabela 66 - Origem das proposições acompanhadas pelas cinco Federações (2015-2018).....	137
Tabela 67 - Temas Federações (2015-2018).....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ALETO	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
ALI	Agenda Legislativa da Indústria
ALIBA	Agenda Legislativa da Indústria da Bahia
ALIDF	Agenda Legislativa do Distrito Federal
ALIRJ	Agenda Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ALISC	Agenda Legislativa da Indústria de Santa Catarina
ALITO	Agenda Legislativa do Estado do Tocantins
ALRI	Agenda Legislativa Regional da Indústria
ALSI	Agenda Legislativa Subnacional da Indústria
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPO	Causal-Process Observation
DEM	Democratas
FEDERAÇÕES	Federações Subnacionais (Estaduais/Distrital) da Indústria
FIAC	Federação das Indústrias do Estado do Acre
FIEA	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
FIEAM	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FIEAP	Federação das Indústrias do Estado do Amapá
FIBA	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FIBRA	Federação das Indústrias do Distrito Federal
FINDES	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FIEG	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIEMS	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
FIEMT	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará

FIEPB	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIERN	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
FIERO	Federação das Indústrias do Estado de Rondônia
FIER	Federação das Indústrias do Estado de Roraima
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIES	Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIETO	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NNJ	Novas Normas Jurídicas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional (Atual Patriota)
PHS	Partido Humanista da Solidariedade (Atualmente incorporado ao Podemos)
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMDB/MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Atual Movimento Democrático Brasileiro)
PP/Progressistas	Partido Progressista (Atual Progressistas)
PPS	Partido Popular Socialista (Atual Cidadania)
PR	Partido da República (Atual PL: Partido Liberal)
PRB	Partido Republicano Brasileiro (Atual Republicanos)
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão



PSD	Partido Social-Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão (Atual DC: Democracia Cristã)
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil (Atual AVANTE)
PTN	Partido Trabalhista Nacional (Atual PODEMOS)
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
Sindimalhas	Sindicato das Indústrias Têxteis e de Malhas no Estado de Minas Gerais
Sinduscon	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado
Tj-SC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
UF	Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES SUBNACIONAIS DA INDÚSTRIA .....</b>	<b>24</b>
2.1	O SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES CORPORATIVISTA	29
2.2	A PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA .....	35
<b>2.2.1</b>	<b>A Profissionalização Política: o processo e suas causas .....</b>	<b>41</b>
2.2.1.1	<i>A tese condicionalista e a consolidologista.....</i>	<i>43</i>
2.3	A POLÍTICA SUBNACIONAL .....	46
<b>3</b>	<b>ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES ENTRE CONJUNTOS PARA ANÁLISE DA CAUSALIDADE DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA.....</b>	<b>49</b>
3.1	ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA.....	51
3.2	CAUSALIDADE CONJUNTURAL: HIPÓTESES CAUSAIS DA ESTRUTURA SOCIAL E ESTRUTURA INSTITUCIONAL .....	57
<b>3.2.1</b>	<b>Hipótese da Estrutura Social.....</b>	<b>58</b>
3.2.1.1	<i>Caminhos causais da Estrutura Social.....</i>	<i>69</i>
<b>3.2.2</b>	<b>Hipótese da Estrutura Institucional.....</b>	<b>72</b>
3.2.2.1	<i>Caminhos causais da Estrutura Institucional.....</i>	<i>82</i>
<b>3.2.3</b>	<b>Considerações acerca do índice de profissionalização política e dos dois conjuntos causais .....</b>	<b>84</b>
<b>4</b>	<b>MECANISMOS CAUSAIS DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: AVALIAÇÃO DO PROCESSO PELO <i>PROCESS TRACING</i>.....</b>	<b>86</b>
4.1	EXPLICAÇÃO CAUSAL DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA .....	91
<b>4.1.1</b>	<b>(Re)construção das hipóteses causais.....</b>	<b>93</b>
<b>5</b>	<b>FORMATOS INSTITUCIONAIS E PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA.....</b>	<b>102</b>
5.1	PADRÕES DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO SUBNACIONAL.....	112
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>148</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>154</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre atores econômicos e a política não é nova nos esforços de compreensão da realidade social. Para a Ciência Política ela é fulcral e está posta desde seus pioneiros, como Maquiavel ou Marx. A própria definição de política passa por essa discussão, que talvez esteja no cerne de seu entendimento. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir dessa questão. Tratamos de organizações de defesa de interesses econômicos, especificamente, dos interesses da fatia industrial da produção. Contudo, a peculiaridade que buscamos apresentar é a ação não externa ou relativa à política dessas organizações econômicas, mas sua participação enquanto agentes políticos. Trata-se de uma questão de identidade.

Deste modo, buscamos explicar o processo de profissionalização política das Federações Subnacionais da Indústria (estaduais e distrital) no Brasil, suas causas e seus mecanismos. Para isso, propusemos a análise da organização do empresariado reunido nessas Federações, com ênfase no período pós-1988. Mais especificamente, dedicamo-nos à organização interna dessas entidades sindicais, fato que antecede sua ação política propriamente dita, e sua consolidação para além da representação de interesses sindicais.

Tal empreendimento se fundamenta na questão de que a organização e ação política em vistas ao poder não é objetivo essencial dessas Federações, que foram projetadas exclusivamente para a representação de interesses. Faz-se, assim, necessário observar e compreender esse processo que as torna atuantes nesse âmbito mais amplo, preocupando-se com temas que extrapolam os interesses imediatos e específicos do seu empresariado representado, até mesmo para além da representação de interesses específicos.

Avaliamos que, diferentemente de organizações partidárias ou parlamentares, que têm essencialmente o objetivo de profissionalização política e da disputa pelo poder, sendo motivadas a adotarem posições sobre temas de caráter diverso, as entidades sindicais, tais quais as Federações da Indústria, fundamentam-se na representação de interesses dos setores da indústria, o que as levariam a concentrar esforços em temas sensíveis aos interesses setoriais de seus representados. Entretanto, é possível identificar um processo de profissionalização

política<sup>1</sup> nessas entidades do sistema corporativista<sup>2</sup>, extrapolando essa natureza pressuposta por seu estatuto jurídico, com “fins de estudo, defesa e representação legal das categorias econômicas da indústria, no quadro da organização corporativa brasileira” (CALICCHIO; COUTO; SETEMY, 2010), participando ativamente do jogo político ou das disputas pelo poder – não necessariamente em disputa eleitoral, o que está de acordo com a concepção de institucionalização até mesmo em partidos políticos (DUVERGER, 1957, p. 94). Nesse processo de profissionalização política, espera-se um direcionamento mais abrangente, em que suas posições manifestas se tornam menos específicas, objetivando abarcar mais segmentos sociais, tal qual na definição dos partidos *catch-all* (KIRCHHEIMER, 2012, p. 362-365).

Para isso, analisamos os múltiplos casos (*cross cases*) das 27 Federações Estaduais e Distrital da Indústria (Federações), reunidas no sistema sindical de representação de interesses

---

<sup>1</sup> Há uma consolidada literatura acerca da profissionalização política nos estudos acerca dos partidos políticos e outras organizações, como parlamentos e, até mesmo, o Judiciário (PANEBIANCO, 2005; POLSBY, 2008; ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016; DAZA, 2005). Esse tema será tratado com maior profundidade, conjuntamente ao processo de profissionalização das instituições que são objeto desta análise, uma vez que não se caracterizam como organizações partidárias, ou *naturalmente* políticas, no capítulo 1. Ainda assim, podemos adiantar que tratamos por profissionalização política um processo de institucionalização direcionado para uma ação política abrangente, extrapolando a simples defesa de interesses setoriais.

<sup>2</sup> Tomamos o “sistema corporativista” brasileiro, termo já consolidado na literatura, como um modelo abrangente e com peculiaridades históricas e locais que não permitem encerrá-lo em uma única realidade. Trata-se de um sistema de representação de interesses não exclusivo, uma vez que, na prática coexistem outras formas de representação e defesa de interesses. Via de regra, o sistema corporativista é visto como o oposto do sistema pluralista, em que associações livres se organizam para representar interesses coletivos sem qualquer adequação estatal. Ainda assim, não se trata do sistema corporativista fascista, isto é, “em que os grupos de interesse são totalmente controlados pelo Estado”, mas se aproxima daquele definido como “democrático” ou, mesmo, do “neocorporativismo” (LIJPHART, 2011, p. 197). Também se apresenta aspectos do sistema definido por Philippe Schmitter, isto é, exclusivamente um “sistema de representação de interesses”, dissociando-o de regimes totalitários (SCHMITTER, 1974, p. 43-44). Sobre o “corporativismo” no Brasil, há uma extensa literatura que aponta para um engessamento que esse sistema de representação teria acarretado (DINIZ, 1996, 1997, DOCTOR, 2001; SCHNEIDER, 1998). Por outro lado, outros autores afirmam que, já anteriormente a 1964, esse modelo de representação não se apresentava impeditivo a uma relativa autonomia de atuação política dessas entidades sindicais, sendo compatível com a democracia (COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000; MANCUSO, 2007). Entretanto, como afirmado acima, o sistema brasileiro apresenta suas peculiaridades. Deste modo, dado o caráter originariamente misto do modelo brasileiro (de direito público para os sindicatos e privado no tangente à representação de interesses), associando capital privado e organização estatal, este sistema corporativista diferencia-se das concepções de corporativismo societal ou de neocorporativismo (de Schmitter e Lijphart), adotando um modelo particular que é, exatamente, tema desta análise. Como definido por Paulo Roberto Neves Costa (1994), “O corporativismo [brasileiro] [...] é uma forma de organização/representação política de classe, possível em regimes políticos autoritários ou democráticos, que, embora se caracterize pela existência do monopólio no processo de representação corporativa oficial, é compatível — principalmente nos regimes democráticos — com a existência de outras formas de representação de caráter pluralista, oficiais ou não (associações civis e partidos políticos)” (COSTA, 1994, p. 49-50). Cabe, aqui, destacar a diferença entre os tipos de entidades, inclusive apontando os motivos para não se tomar o modelo brasileiro por neocorporativista. As *entidades associativas*, tipicamente liberais, formadas pela livre associação empresarial não foram excluídas no Brasil com a criação do modelo corporativista, de organização estatal. Contudo, a criação da estrutura corporativista (com as *entidades sindicais*) na década de 1930 buscou dar predomínio ao novo modelo de representação de interesses. Isso não se fez, contudo, sem a participação do empresariado, contribuindo com a fundamentação do modelo brasileiro (COSTA, 1994, p. 51).

em âmbito subnacional, ou seja, as entidades sindicais de segundo grau – modelo representativo de interesses aqui chamado sistema corporativista.

O objetivo, por conseguinte, não foi o de avaliar a capacidade de fazer valer as suas preferências diante dos decisores, mas observar o processo de institucionalização que as teria erigido com esse formato específico com capacidade de atuar politicamente. A hipótese que embasou a pesquisa foi a da existência de um longo processo de profissionalização política das Federações no Brasil, solidificado nos anos seguintes à redemocratização, sobretudo pós-1988, originada das considerações realizadas por Bresser-Pereira e Eli Diniz, que destacaram o papel do empresariado reunido nas Federações Subnacionais da Indústria como ator político de êxito, preocupado com aspectos macroeconômicos, sobretudo a partir dos primeiros anos deste século (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 95). Decorre disso o destaque ao período entre 1988 e 2018.

Não obstante, não se trata de uma sugestão de avaliação de uma conjuntura crítica, uma vez que avaliamos a perspectiva do desenvolvimento processual desses formatos em uma longa trajetória que remonta, pelo menos, a década de 1930 (SCHMITTER, 1974; COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000), com o aperfeiçoamento (não necessariamente para melhor, mas em sentido de institucionalização) dessas organizações (*increase returns*) e dependência desse passado no desenvolvimento da trajetória (*path dependence*) (PEARSON, 2000).

Trata-se de um estudo comparativo, ou seja, de um Método Histórico Comparativo – MHS (MAHONEY; THELEN, 2015) –, em que avaliamos mudanças nos *formatos institucionais* que estabelecem os *padrões de ação política*, notadamente em seu direcionamento aos legislativos subnacionais, das Federações da Indústria.<sup>3</sup> Assim, tem-se em vista, também, seus *padrões de acompanhamento* do processo legislativo em cada Federação. Deste modo, consideramos que as causas da organização política das entidades sindicais podem

---

<sup>3</sup> Importante notar que, ao tratar do direcionamento aos legislativos subnacionais, consideramos os dados das Agendas Legislativas Subnacionais da Indústria (ALSI). Essas Agendas, via de regra, acompanham os legislativos estaduais ou da Câmara Distrital (DF). Contudo, algumas também acompanham legislativos municipais, como é o caso da Federação acreana, que acompanha proposituras tanto da Assembleia Legislativa do Estado do Acre quanto da Câmara Municipal de Rio Branco. Existem, ainda, propostas de Agendas regionais (ALRI), como afirmado pela Suframa, que informa haver a produção de uma Agenda regional para a Amazônia (SUFRAMA).

ser, em alguma medida, explicadas pelas interações interinstitucionais que englobam seus formatos institucionais e suas estratégias ou padrões de ação política.<sup>4</sup>

Em vista do exposto, não buscamos resultados do acompanhamento legislativo realizado por algumas dessas Federações ou, ainda, mensurar o “sucesso” de suas ações, mas identificar uma transformação de sua organização (mais ou menos) profissionalizada, não necessariamente de representação dos interesses de seus sindicatos ou empresas associadas – o que também remete à sua capacidade institucional de ação e acompanhamento do processo legislativo para embasar suas ações.

As condições causais analisadas não são avaliadas em termos de mais fortes ou fracas para a explicação do fenômeno, mas, conforme Mahoney e Thelen, são analisadas em termos de uma relação conjuntural específica que permite a ocorrência do fenômeno (MAHONEY; THELEN, 2015, p. 9).

Para isso, a análise das Federações foi realizada, sobretudo, por meio de técnicas qualitativas sustentadas no método comparativo e ancoradas nas técnicas da *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) e do *Process Tracing* (RAGIN, 1987; COLLIER, 2011; MAHONEY, 2012; BENNETT; CHECKEL, 2015).

Propusemos a combinação de procedimentos comparativos com uma perspectiva compreensiva, uma vez que, tal como afirma Renato Perissinotto, "o procedimento comparativo não esgota o empreendimento científico nas ciências sociais, já que revelar as causas dos fenômenos sociais não implica revelar como eles são produzidos" (PERISSINOTTO, 2013, p. 152). Em vista disso, partimos de uma descrição do objeto, observando tanto aspectos diacrônicos (o que predominou nessa descrição), quanto aspectos sincrônicos, ao se enfatizar o pós-redemocratização.

Note-se que, via de regra, uma vez que analisamos o mesmo fenômeno nos 27 múltiplos casos, seguimos a tradição do método da semelhança, buscando as causas da profissionalização política. Contudo, uma vez que coexistem graus diversos dessa profissionalização, também apontamos aspectos verificados por meio do método indireto (pois não experimental) da diferença, em que elementos presentes unicamente nos casos positivos são aventados.

---

<sup>4</sup> Formatos institucionais tratam da “dinâmica interna”, dos “segmentos que compõem a entidade”, que definem os modos de interação com “instâncias decisórias e os demais agentes sociais”. Os padrões de ação política são definidos pelo “modo de operação da entidade representativa na defesa dos interesses de seus representados, ou seja, as táticas e as estratégias que são adotadas quando se possui um dado objetivo político, seja enquanto reação, seja enquanto iniciativa própria ou mesmo pela inação” (COSTA, 2003, p. 39-40). Quando relacionados ao acompanhamento do processo legislativo, visando a ação política, optamos por chamá-los por padrões de acompanhamento.



A partir dessa observação e da perspectiva compreensiva, partimos da composição de um *índice de profissionalização política* para as Federações. Nesse tópico, consideramos a mensuração de algumas variáveis, visando expor o nível da organização das Federações Subnacionais da Indústria. Trata-se de um modelo definido em cinco níveis, desde a *I.* inexistência de profissionalização política, caracterizada pela ausência de todos os atributos avaliados (Baixo), passando por; *II.* um nível de baixa profissionalização política, definido como amadorismo e/ou diletantismo, caracterizado pela presença de um ou dois atributos (Médio Baixo), por; *III.* um nível de profissionalização política média, definido pela presença de três ou quatro atributos (Médio); *IV.* um alto grau de profissionalização política, definido pela presença de cinco ou seis atributos (Médio Alto) e, por fim; *V.* um nível de profissionalização política completa, caracterizado pela presença de todos os sete atributos avaliados, que caracterizaria um nível ideal desse processo e, conseqüentemente, não é verificado em nenhuma das 27 Federações (Alto).

O índice de profissionalização política foi composto por aspectos condicionais que assinalam tanto a *i. sistematicidade*, isto é, um processo de rotinização e complexificação da estrutura política interna (PANEBIANCO, 2005), quanto *ii. de enraizamento*, que indica relações com a sociedade (DAZA, 2005). Além disso, também consideramos aspectos de *iii. transparência*, uma vez que apontam para a sua capacidade de gerar respostas à sociedade (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016; 2017).

Essas três categorias analíticas foram estruturadas a partir de sete atributos: *i.* a formulação de Departamentos Legislativos ou correspondentes; *ii.* a produção de Agendas Legislativas Subnacionais da Indústria (ALSI); *iii.* a produção de ALSI por pelo menos quatro anos (tempo de uma legislatura); *iv.* publicização de ALSI na *web* (pelo tempo mínimo de uma legislatura); *v.* institucionalização de Departamentos de Assuntos Sociais ou correlatos; *vi.* produção de ALSI em 2017 (produção atual no último ano de avaliação) e; *vii.* o retorno/pareceres das ações realizadas no período anterior na ALSI subsequente.

Após a apresentação do índice, buscamos avaliar as condições causais que podem explicar esse processo conjuntural e contingente de profissionalização política das entidades sindicais subnacionais no Brasil. Nesse ponto, tentamos responder à questão dos motivos desse processo, recorrendo, então, a um teste de *Multi-Value QCA (mvQCA)*. Dois *softwares* auxiliaram nessa análise das três categorias: o Tosmana versão 1.6.1.0 (2019) e o FsQCA (RAGIN; DAVEY, 2016).

Trata-se de uma técnica sustentada em um método configuracional, diverso dos métodos quantitativos. Assim, conforme Freitas e Bizzarro Neto, o que se busca pela utilização da QCA não é uma “generalização estatística”, mas analisar o fenômeno “pela generalização limitada no tempo e no espaço, a partir de um dado conjunto de casos selecionados intencionalmente e não de forma aleatória (contra King, Keohane e Verba, 1994)” (FREITAS; BIZZARRO NETO, 2015, p. 117-118).

Deste modo, o que se propõe é, neste ponto, verificar a força de argumentos teóricos tomados como hipóteses causais. Pela avaliação com a QCA, consideramos que pode haver multicausalidade conjuntural, isto é, não apenas um único conjunto de combinações de condições que levam ao mesmo fenômeno, ou equifinalidade, isto é, outros fatores que podem produzir o mesmo resultado.

Em vista disso, em seguida, e de modo complementar a essas primeiras avaliações, por meio de uma análise diacrônica de *process tracing*, buscamos apresentar os mecanismos causais, isto é, os procedimentos realizados que conectam as causas ao próprio processo de profissionalização. Nesse tópico, tentamos expor o *como* ocorreu tal processo, seu desenvolvimento.

Assim, as hipóteses causais são referenciadas por mecanismos causais hipotéticos estabelecidos a partir da literatura (BENNETT; CHECKEL, 2015). Deste modo, o processo de profissionalização política pode ser explicado tanto pelas *H1*. condições estruturais, que definimos por *tese condicionalista*, caracterizadas por condições estruturais econômicas e de desenvolvimento social (LIPSET, 1967; BRESSER-PEREIRA, 2011) quanto por *H2*. arranjos institucionais/comportamentais, que definimos por *tese consolidologista* (O’DONNELL, 1979; DAHL, 2005; PRZEWORSKI; ALVAREZ; CHEIBUB; LIMONGI, 1997).

Por fim, com auxílio do software *SPSS* (IBM SPSS, 2012), apresentamos uma descrição dos padrões de acompanhamento, em que avaliamos uma Federação por região do país, objetivando uma descrição dos formatos institucionais e dos padrões de ação política.

Os resultados encontrados indicam sete Federações com alto grau de profissionalização política: RJ, PR, SC, BA, GO, ES e DF. Cinco com profissionalização média: MG, RS, RN, TO e AC. Dez Federações apresentam grau de amadorismo/diletantismo, ou seja, baixa profissionalização política: SP, PA, AM, CE, MT, MS, SE, RO, PI e RR, enquanto outras cinco Federações não apresentam qualquer profissionalização política: PE, MA, PB, AL e AP.

Verificamos uma crescente preocupação com os legislativos subnacionais pelas entidades. Tomando-se o fenômeno de modo global, a observação da organização interna das

Federações indicou um crescimento da produção e divulgação de Agendas Legislativas Subnacionais da Indústria desde que a primeira (Espírito Santo) foi divulgada em 2003. Desde então, 13 Federações publicam ou publicaram essa Agenda. Apenas 8 Federações não apresentam Departamentos Legislativos ou correspondentes e 14 têm Departamentos de Assuntos Sociais, apresentando algum direcionamento para a sociedade.

Destacou-se a conjuntura causal contextual da Urbanização para o desenrolar do processo de profissionalização política das Federações. Ainda assim, o caso contrafactual da Federação paulista foi emblemático. Naquela Federação, não se pode encontrar aspectos de profissionalização que permitissem considerá-la como de alta ou média profissionalização política. Pelo contrário, é um caso marcadamente de não-*transparência* e não-profissionalização (agindo obscuramente).

Ainda assim, sendo a profissionalização uma institucionalização, pode-se considerar seu desenvolvimento processual. Um dado que indica esse desenvolvimento é o de *transparência*, mais especificamente, sobre os retornos/pareceres das ações realizadas pelas Federações, publicizadas (em ALSI do ano seguinte). Informações públicas das ações dessas Federações foram encontradas em uma única – a Federação catarinense. Isso denota que, apesar do desenvolvimento institucional dessa organização política dos 27 casos, existe um caminho a ser traçado para que se possa verificar sua consolidação democrática – que exige *transparência*. Por outro lado, aspectos relativos à *sistematização* e *enraizamento* são avaliados como condições que sustentam a profissionalização política, ainda que, sozinhos, insuficientes.

Dessa maneira, de modo amplo, tem-se que as Federações se encontram em um processo de desenvolvimento de um protagonismo político, com a presença, em boa medida, de Departamentos Legislativo e Agendas Legislativas, o que indica o acompanhamento dos decisores nas unidades da federação (UF) – não somente da negociação direta com governadores ou burocracia – e a publicização de suas preferências.

Cabe, ainda, destacar que as Federações atuam para apoiar o trabalho de acompanhamento legislativo da CNI, entretanto cada uma deve, por conta própria, realizar seu trabalho político nas unidades federativas – o que revela o grande esforço que realizam para efetivar suas ações políticas no ambiente subnacional, o que não as fazem negligenciar, como visto, esse *locus*.

Assim, os achados possibilitaram inferir que o sistema corporativista de representação patronal se configurou como uma sustentação para a organização dessas entidades, de maior profissionalização, assim como para a ação política empresarial. Conseqüentemente, esse

sistema não se caracterizou como impeditivo, o que já fora afirmado por parte da literatura, mesmo para o período democrático anterior a 1964 (COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000) tal como para o período pós-Ditadura (MANCUSO, 2007). Pelo contrário, apresentou-se compatível com a democracia, possibilitando a ação de grupos de interesse e capaz de privilegiar a organização política.

Os achados ainda indicam o interesse dessas entidades em dispendir recursos para o acompanhamento legislativo e, logo, na maior parte das unidades federadas do país, a preocupação com os legislativos locais – o que corrobora com as críticas ao modelo do “ultrapresidencialismo estadual” (ABRÚCIO, 1998).<sup>5</sup> Verificamos, uma organização em vias de profissionalização e não apenas focada na relação insulada com uma burocracia. As Federações se apresentaram atentas aos legislativos subnacionais e participando ativamente do jogo político.

Contudo, ainda que se tenha um processo de desenvolvimento de uma organização com atuação política profissional dessas Federações no Brasil, as estabelecendo como atores políticos relevantes e para além da representação de interesses, verifica-se a necessidade de evolução na *transparência* das ações dessas entidades – a fim de que se considere agentes legítimos na defesa do desenvolvimento do jogo democrático, tendo-se o parâmetro da profissionalização política (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016; 2017).

Esperamos que, ainda que avaliando um aspecto peculiar, mudanças ocorridas no sistema de representação de interesses corporativista em âmbito subnacional, esta pesquisa se insira em um debate mais amplo: a relação entre empresariado e democracia e, portanto, sobre a própria qualidade da democracia no Brasil.

Ao concluir que aspectos condicionais, que poderíamos chamar de uma modernização, apresentam-se enquanto conjunto causal necessário para a democratização dessas entidades, ou seja, pelo menos nessa relação entre empresariado e democracia em âmbito subnacional, queremos apontar para que a qualidade da democracia não pode ser avaliada somente em um plano macro, mas as relações que se estabelecem nos estados e no Distrito Federal, e em organizações não-partidárias, são totalmente relevantes para a política nacional.

Esta tese será apresentada por meio da seguinte disposição: após esta introdução, em que apresentamos em linhas gerais o estudo realizado, seguem quatro capítulos, partindo de:

---

<sup>5</sup> Sobre essas críticas, pode-se ver o trabalho de Fabiano Santos, que afirma serem as relações entre os Executivos e os Legislativos subnacionais divididos em suas atuações, sendo, nas suas conclusões, “[...] a agenda dos deputados [...] composta de temas de natureza social, [e] a agenda do Executivo [...] fundamentalmente econômica, financeira” (SANTOS, 2001, p. 176).

a) um primeiro capítulo, onde se apresenta a definição da profissionalização política, a partir da análise da organização interna das Federações, além de um panorama do sistema corporativista e das relações entre grupos e organizações e os legislativos subnacionais.

b) um segundo capítulo em que se apresenta o índice de profissionalização política, além dos resultados da QCA, quando buscamos verificar as condições causais hipotéticas do processo de profissionalização política das entidades sindicais;

c) um terceiro capítulo em que se verificam os mecanismos causais do processo de profissionalização política, para o que se realiza um *process tracing*;

d) um capítulo em que se apresenta uma descrição dos padrões de acompanhamento legislativo de cinco Federações, sendo uma por região do país;

Por fim, apresentamos as considerações finais, à guisa de conclusão.

## 2 A PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES SUBNACIONAIS DA INDÚSTRIA

*“os príncipes devem antes de tudo esforçar-se  
para não serem odiados pela maioria;  
e, se isso não for possível,  
devem com todo engenho tentar escapar  
ao ódio dos grupos mais poderosos.”*

(MAQUIAVEL, 2010)

A proposta desta tese é a de explicar o processo e verificar as *causas* ou *conjuntos causais* responsáveis pela profissionalização política do empresariado brasileiro reunido nas entidades representativas do sistema corporativista subnacional. Além das causas, ou seja, dos porquês, também propomos avaliar os mecanismos causais desse processo, o como ocorreu.

Uma tradição bastante arraigada na literatura acerca da ação política de grupos da sociedade civil em relação ao Estado ou, de modo mais amplo, aos decisores, sustenta a existência de um papel hipertrofiado do Estado brasileiro na regulação de políticas públicas diante de uma sociedade civil fraca. Essa concepção está presente, por exemplo, em Fernando Henrique Cardoso, quando, ao se referir aos liberais brasileiros, apontava para os limites de sua valorização da sociedade civil, pois, seu apelo a um “utopismo de um estado sob o controle político de uma vaga e inexistente cidadania” não impediria a situação de que: “Quando esta começa a existir e aparece como o que é nas condições brasileiras (populismo, sindicalismo associado ao Estado, politização do exército, movimento estudantil, etc.) os liberais são os primeiros a pedir intervenção das forças corretoras (CARDOSO, 1975, p. 177-178).

Esse “liberalismo castrado” do empresariado brasileiro, o faria sempre “temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação” (CARDOSO, 1975, p. 177).

A cidadania, assim, seria ausente quando não tutelada. Ângela de Castro Gomes, seguindo o mesmo caminho, afirmava que o Estado Novo implementou, pelo uso de técnicas características dos regimes fascistas, uma ideologia característica dos regimes totalitários. Nesse aspecto, a cidadania, afirma a politóloga, passou a ser atrelada ao protótipo do

trabalhador nacional, sem traços classistas (GOMES, 1998). Mesmo com o fim do Estado Novo, e mantendo-se o corporativismo em uma forma institucional democrata, a prática “trabalhista” que centrou na figura do presidente a promoção de direitos, garantiria a existência de uma cidadania tutelada, sem organização da sociedade civil (GOMES, 1988, pp. 238-239).

Nesse contexto, o sistema corporativista estaria confortavelmente assentado. Deste modo, parte da literatura sugere um sistema engessado, que promoveria uma relação entre alguns empresários e a burocracia insulada (BOSCHI, 1979; DINIZ, 1996). Essa prática seria agravada pelo próprio formato institucional do sistema corporativista, que privilegiaria indústrias menores, menos relevantes, ao lhes garantir mesmo peso político dentro das decisões das entidades sindicais (SCHNEIDER, 1998).

Mahrukh Doctor, no início dos anos 2000, buscou Olson (OLSON, 2011) para afirmar que ações coletivas são mais fáceis de organizar em “pequenos grupos baseados em ‘interesses especiais’” (DOCTOR, 2002, p. 81). Assim, estabeleceu sua crítica ao corporativismo de origem estatal, uma vez que haveria *em-si* uma desorganização, pois, caracterizado pelo intervencionismo, incentivaria as empresas (capazes disso) a apresentar suas demandas individualmente, além de sugerir caminhos para a defesa de interesses particularistas sobre atores estatais (DOCTOR, 2002, p. 87). Deste modo, as entidades do sistema corporativista seriam fracas, privilegiando-se ações particularistas das grandes empresas.

Por essa perspectiva, mesmo após o regime autoritário a sorte do sistema representativo empresarial não teria mudado. Boschi e Diniz afirmam que desde a década de 1980 já haveria uma “desorganização da estrutura de representação de interesses do empresariado, já por esta altura, tipicamente fragmentada, dual e setorializada” (BOSCHI; DINIZ, 2000).

Álvaro Bianchi afirma que essa incapacidade da representação de interesses empresariais seria característica ainda nos anos de 1990. Suas conclusões se sustentam em que o “sinal mais evidente foi a multiplicação de entidades empresariais [pluralistas, como, por exemplo, o IEDI,] e as crises internas permanentes ocorridas no interior das antigas federações e confederações” (BIANCHI, 1999, p.54).

Trabalhos recentes, como o de Andréa Gozetto e Clive Thomas, se filiam a essa tradição, afirmando que em toda a América Latina há “uma forte visão estatista e monista do governo, manifestando-se frequentemente em arranjos do tipo corporativo estatal que resulta em uma sociedade civil fraca” (GOZETTO; THOMAS, 2017, p. 407).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> “First has been a strong statist and monista view of government, often manifesting itself in state corporatist-type arrangements, resulting in a weak civil Society” (GOZETTO; THOMAS, 2017, p. 407).

Decorreria dessa fragilidade da sociedade civil diante de aspectos como a restrição a canais de representação política, o personalismo da política nacional, a corrupção nas suas democracias, a presença de grupos poderosos centenários e o autoritarismo, que a defesa de “assuntos públicos” (assuntos governamentais e *advocacy*), isto é, a defesa de interesses de grupos da sociedade civil, grupos minoritários, ambientalistas, de direitos civis, etc. seria negativamente assimétrica diante de um processo decisório dominado por uma pequena elite, tendo “minado o desenvolvimento institucional de estruturas e canais para a *advocacy* e defesa de assuntos públicos” (GOZETTO; THOMAS, 2017, p. 407–408).<sup>7</sup> Deste modo, na avaliação dos autores, a característica da “tradição política e ambiente político de grande parte da América Latina [incluindo o Brasil] que, por gerações, levou a um público altamente restrito em relação aos participantes esse debate sobre assuntos públicos, de modo altamente informal, permanece ainda hoje” (GOZETTO; THOMAS, 2017, p. 408).<sup>8</sup>

Contudo, há uma avaliação diversa dessa tese da fragilidade ou particularismo da atuação política de grupos de interesse, pelo menos empresariais. Essa noção afirma que os empresários no Brasil não seriam desorganizados e incapazes de estabelecer ações coletivas, mas, pelo contrário, apresentariam essa capacidade de ação mesmo nas entidades sindicais subnacionais, nas unidades da federação (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009), como tornou-se notável sua presença na vida pública do país em eventos tais quais os que culminaram na deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

O *lobby* da indústria no Congresso Nacional, de Wagner Mancuso, também apontou a capacidade de ação coletiva da entidade nacional de representação industrial criada no sistema corporativista entre 1996 e 2003 (MANCUSO, 2007). Além disso, essa parte da literatura já destacava o ativismo desse empresariado organizado antes mesmo do regime autoritário iniciado em 1964 (COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000).

Deste modo, a representação de interesses constituída a partir do sistema corporativista não se caracterizaria enquanto um modelo fechado, que engessaria a ação dessas entidades diante de um Estado hipertrofiado e que receberia apenas as demandas de alguns poucos grandes empresários de modo particularista (COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000). Paulo Roberto Neves Costa apontou para peculiaridades na ação do empresariado reunido na Associação

---

<sup>7</sup> “These first two factors undermined the development of institutional structures and channels for government affairs” (GOZETTO; THOMAS, 2017, p. 407-408).

<sup>8</sup> “What all this adds up to is a political tradition and political environment across most of Latin America that, for generations, led to a public affairs system that was highly informal and highly restricted in regard to those participating for it remains so in many countries today” (GOZETTO; THOMAS, 2017, p. 408).



Comercial de São Paulo (ACSP) e na Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), já vistas mesmo quando no período autoritário, pelas quais, ainda que sem incentivos a mobilizações populares, exercia uma organizada ação política, sustentada em interesses no “cotidiano da política econômica”, isto é, em interesses não meramente setoriais (COSTA, 2003, p. 335). À vista disso, Costa afirma que esse sistema de representação tomou características peculiares após 1945, sem contraposição a um sistema pluralista (que passa a se desenvolver então), com concorrência interna e com ação destinada ao Parlamento, considerado “[...] um espaço decisório importante [em que] atuavam para interferir no processo legislativo” (COSTA, 1998, p. 77).

Neste caso, não apenas alguns escolhidos, mas grupos instituídos de representação de interesse – até mesmo fora do sistema de representação criado por Vargas – seriam capazes de organizar ações políticas e atuar sistematicamente.

Leopoldi aponta a participação ativa das entidades sindicais já no segundo governo Vargas. Nesta ocasião, afirma, Vargas havia criado a Assessoria Econômica, “constituída por técnicos especializados em planejamento e política industrial (como o próprio [presidente da Assessoria] Romulo de Almeida) e em energia elétrica e política mineral” (LEOPOLDI, 2002, p. 35). Contudo, dada a fragilidade financeira da Assessoria, a CNI complementava o salário de Romulo de Almeida, evidenciando a proximidade do governo Vargas com os industriais da CNI (LEOPOLDI, 2002, p. 36). Leopoldi também destaca que o “principal assessor de Vargas vinha da CNI; seu ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, eram industriais paulistas; por sua vez, o presidente da CNI, Euvaldo Lodi, era deputado federal do PSD mineiro e tinha livre trânsito no gabinete presidencial” (LEOPOLDI, 2002, p. 36).

Deste modo, ainda que se tenha em mente os interesses da indústria, como em relação à política energética, nessa relação com o gabinete presidencial, pode-se perceber, de acordo com os achados apontados por Maria Antonieta Leopoldi, que a política não era exótica para essa cúpula de industrialistas. Retome-se que Euvaldo Lodi era deputado federal eleito. Obviamente, aqui ainda faltam elementos do que compreendemos por profissionalização política – como a transparência de suas ações e o direcionamento ao parlamento e o enraizamento em relação à sociedade. Ainda assim, pode-se perceber uma organização coletiva robusta já nos anos de 1950.

Contudo, novamente, as ações empresariais não se limitavam à burocracia estatal e extrapolavam a presença de grupos afins ao presidente. Também nas UF, as Federações da

Indústria manifestavam-se publicamente. A Fiesp, aponta Leopoldi, criticou os resultados da política industrial de Vargas, tendo sua posição “reafirmada pelas Federações das Indústrias de todo o País na I Reunião Plenária da Indústria, no final de maio de 1953, que recomendou ao Governo uma política comercial mais agressiva visando o aumento das exportações de manufaturados, a proteção cambial às importações de equipamentos e insumos industriais e a necessidade de controlar importações não-essenciais” (LEOPOLDI, 2002, p. 54).

Note-se que as posições da CNI e da Fiesp, chancelada pelas demais Federações, podiam ser diversas. Além disso, divergências entre as Federações também podiam ser notadas. Leopoldi aponta para que a Fiesp teria tomado um espaço vazio de atuação da CNI, com o afastamento de Euvaldo Lodi da presidência da CNI para fins parlamentares, atuando em divergências, por exemplo, com a Firjan (nesse momento mais próxima da UDN) – o que levou a Federação paulista a se destacar nacionalmente no combate à política de duplicação do salário mínimo proposta pelo governo Vargas (LEOPOLDI, 2002, p. 74-75).

Estudos recentes apontam para a importância – e presença – de autonomia na burocracia estatal. Gabriela Lotta e Ariadne Santiago (2017), diferenciando a autonomia da discricionariedade, pois tomando a autonomia como uma característica mais complexa da atuação da burocracia técnica na implementação de políticas públicas, destacam a importância da legitimidade dessa burocracia em relação a grupos de interesse. Assim, salientam a necessidade de avaliação para além dos estatutos legais da constituição da burocracia, apontando para a relação entre essa parte fundamental do Estado com a sociedade civil:

Como o pré-requisito para autonomia seria a reputação ou reconhecimento burocrático, a incerteza e a complexidade de uma dada área de políticas públicas – aspectos característicos da discricionariedade – não seriam suficientes para garantir a ação autônoma da burocracia, pois os atores políticos e grupos de interesses podem duvidar de sua capacidade de execução de tarefas com competência. Dessa forma, os limites ao poder de ação da burocracia não são dados apenas pelas regras, mas devem também ser observados conforme o contexto institucional e organizacional, bem como conforme as características da burocracia (LOTTA; SANTIAGO, 2017, p. 32).

Quanto à cidadania, divergências em relação a essas explicações são pontuadas, por exemplo, por Luís Felipe Miguel. Ao analisar cartas enviadas por eleitores a candidatos entre 1930-1964, Miguel verifica não uma incompreensão das assimetrias de poder pelo eleitorado, mas a possibilidade de encontrar *advocacy* em uma relação direta com esses políticos – o que afasta a tese da ingenuidade de um povo conduzido por uma liderança de modo cândido ou totalmente apartado (MIGUEL, 2012, p.45).

É neste debate acerca da capacidade de organização e ação política que estabelecemos nossa hipótese da profissionalização política das Federações Estaduais/Distrital da Indústria, pela perspectiva de um processo de longa trajetória que remete, pelo menos, à década de 1930. Tal hipótese está de acordo com a literatura que aponta para padrões de ação política, ainda antes da redemocratização (ou, até mesmo, antes do regime autoritário), sustentados em interesses mais amplos ou diversos que interesses imediatos, particularistas e, mesmo, setoriais e, portanto, sustentados em um empresariado organizado e capaz de ação coletiva.

Nas próximas seções deste primeiro capítulo vamos expor algumas definições de modo mais atento. Primeiramente, partimos de uma explanação do sistema corporativista. Em seguida, expomos a noção de processo de profissionalização que estamos tomando. Por fim, encerramos o capítulo com um terceiro tópico dedicado à relação entre esse empresariado e os legislativos subnacionais.

## 2.1 O SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES CORPORATIVISTA

A organização atual do sistema de representação industrial no Brasil remete, pelo menos, ao Estado Novo, quando foram estabelecidos os princípios do modelo representativo. Ainda que alterações tenham sido realizadas, como aquelas referentes ao fim do financiamento compulsório pelas indústrias, a estrutura do modelo corporativista, isto é, verticalizada em Sindicatos patronais, Federações subnacionais e Confederação nacional, foi mantida.

A definição do corporativismo pode ser realizada a partir da clássica conceituação proposta por Philippe Schmitter. Questionando-se sobre a sobrevivência do corporativismo no século XX, mesmo após as experiências totalitárias com as quais o modelo ficou associado, Schmitter define o corporativismo como um sistema de representação de interesses com os seguintes aspectos:

O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes estão organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsoriamente definidas, não-competitivas, ordenadas hierarquicamente e diferenciadas funcionalmente, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo Estado e concedidas um monopólio representacional deliberado dentro de suas respectivas categorias em troca da observação de certos controles sobre sua

seleção de líderes e articulação de demandas e apoios (SCHMITTER, 1974, p. 93-94).<sup>9</sup>

Dissociando o “sistema de representação de interesses” das práticas autoritárias, Schmitter aponta para a relação e para o grau (maior ou menor) de controle pelo Estado. Deste modo, poderia ser compreendido não apenas em sua relação histórica, mas nos seus formatos institucionais.

Schmitter também o trata enquanto um

[...] arranjo institucional modal ou ideal-típico particular para vincular os interesses organizados de maneira associativa da sociedade civil com as estruturas de decisão do Estado. Como tal, é uma das várias configurações modernas possíveis de representação de interesses, das quais o pluralismo é talvez a alternativa mais conhecida e mais frequentemente reconhecida (SCHMITTER, 1974, p. 86)<sup>10</sup>.

Deste modo, diferentemente do modelo pluralista, em que entidades associativas se organizam livremente para pressionar os decisores, podemos definir o *sistema de representação de interesses corporativista* pela sua conformidade, em menor ou maior grau, a partir do aparato estatal, pelo menos no estabelecimento de uma estrutura originária e tendo o Estado, ao menos de modo inicial, como garantidor de legitimidade de sua ação em relação ao conjunto das Indústrias brasileiras.

Contudo, o sistema corporativista brasileiro apresenta algumas peculiaridades que o aproximam dessa definição de corporativismo democrático, mas não permitem que o definamos como um neocorporativismo. Isso se dá, pois sua estruturação não se deu alienada da participação empresarial. Além disso, seu estatuto coaduna o direito privado da representação de interesses com o direito público da organização estatal (COSTA, 1994, p. 53). Ademais, o objetivo do sistema, pensado ainda no início da década de 1930, era um modelo com autonomia na representação de interesses mas com impeditivos para uma participação política formal mais ampla, com, por exemplo, critérios de “controle das entidades sindicais pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; [...] proibição do envolvimento com ‘ideologias sectárias, de

---

<sup>9</sup> Corporatism can be defined as a system of interest representation in which the constituent units are organized into a limited number of singular, compulsory, non competitive, hierarchically ordered and functionally differentiated categories, recognized or licensed (if not created) by the state and granted a deliberate representational monopoly within their respective categories in exchange for observing certain controls on their selection of leaders and articulation of demands and supports” (SCHMITTER, 1974, p. 93-94).

<sup>10</sup> In my work I have found it useful to consider corporatism as a system of interest and/or attitude representation, a particular modal or ideal-typical institutional arrangement for linking the associationally organized interests of civil society with the decisional structures of the state. As such it is one of several possible modern configurations of interest representation, of which pluralismo is perhaps the best-known and most frequently acknowledged alternative - but more about that below. (SCHMITTER, 1974, p. 86).

caráter social, político ou religioso’; [...] proibição de envolvimento partidário; [ou a] [...] proibição de candidaturas a cargos eletivos e acumulação de cargos remunerados em outra associação de classe pelos membros das entidades” (COSTA, 1994, p. 52-53).

No caso brasileiro, a fundamentação do modelo representativo corporativista, organizado pelas entidades sindicais de primeiro grau (sindicatos patronais), de segundo grau (Federações) e de terceiro grau (Confederações), manteve durante grande parte do século XX uma estrutura com unicidade sindical e financiamento compulsório, sendo garantidas com exclusividade de atuação pelo Estado. Ao longo do período, algumas prerrogativas foram abandonadas, culminando no fim da unicidade e da obrigatoriedade do recolhimento, pelos empresários, do imposto sindical. Essa última se deu somente a partir de 2017. Ainda assim, essa estrutura tem um consolidado arranjo, além de quê, a contribuição para o sistema S é mantida compulsoriamente – ainda que tenha função diversa do financiamento para atividade sindical, caracterizando-se por uma contribuição obrigatória para fins sociais.

Em 1938, ou seja, já no Estado Novo, publicou-se no Brasil o *Século do Corporativismo*, de Mihail Maïnolesco, traduzido pelo biógrafo autorizado de Getúlio Vargas<sup>11</sup>, Azevedo Amaral (MANOÏLESCO, 1938). As ideias ali presentes não representavam, para Azevedo Amaral, uma novidade, mas um arcabouço já existente e que indicava um novo momento da “evolução” do Estado – concepção que é totalmente compreensível dentro da lógica cientificista e, mesmo, teleológica ainda em voga na época (GOMES, 2012, p. 193). A crença na superação irreversível e irresistível do liberalismo do século XIX indicaria a ascensão, para esses autores, do corporativismo como *a* saída racional viável.

Entretanto, não se pode confundir, segundo Ângela de Castro Gomes, a defesa do corporativismo como a defesa do totalitarismo, pelo menos na concepção de Azevedo Amaral. Nas palavras de Castro Gomes, para Amaral, diferentemente de um Estado totalitário, “absorvente e onipotente, como o italiano”, o Estado Novo brasileiro representaria um “verdadeiro” corporativismo, uma vez que, para isso,

[...] as modernas corporações – materializadas nos sindicatos de “empregados e empregadores”, nos conselhos técnicos e outros órgãos de “colaboração com o Estado” –, precisavam ter margens de atuação, caso contrário, não cumpririam suas funções de representação dos interesses da sociedade a que se destinavam, não executando a *mediação* entre Estado e sociedade (GOMES, 2012, p. 194).

---

<sup>11</sup> Ângela de Castro Gomes afirma que possivelmente tratou-se de uma biografia encomendada pelo próprio Vargas (GOMES, 2012).

Azevedo Amaral, ainda que apresente uma curiosa visão acerca da democracia, apresentando certa afinidade com o autoritarismo, trata como um erro a associação do corporativismo ao fascismo, afirmando tratar-se de uma “organização econômica” que tem suas raízes ainda no século XVIII (AMARAL, 1938). Ainda assim, por motivos óbvios – pela similitude e origem –, o modelo corporativista sustentado no Brasil (originado num regime autoritário) foi relacionado com os Estados totalitários europeus e estabeleceu uma evidente interferência estatal na representação de interesses.

De qualquer modo, não se pode afirmar que o corporativismo resume um modelo totalitário, pois trata-se, tão somente, das relações mediadas entre empresas, empresários, trabalhadores e o Estado, sem que, para isso, tenha que representar um controle total sobre os indivíduos. Essa organização prossegue mesmo em sistemas democráticos, tomando-se a ideia de um sistema de representação de interesses de Schmitter (1974).

Deste modo, a peculiaridade do sistema brasileiro permitiu o desenvolvimento de um processo ímpar de representação de interesses em que se combinou autonomia (inicialmente de representação de interesses), o que não as tornariam estremadas das associações pluralistas, e estrutura econômica garantida pela autoridade do direito público.

No Brasil, a estrutura de representação de interesses foi, portanto, organizada originariamente por meio das entidades sindicais. A representação de trabalhadores teve trato peculiar. Existem os sindicatos de 1.º grau, mas as centrais sindicais não representam uma entidade superior (de 2.º ou 3.º grau), podendo ou não haver ligação entre os sindicatos e as centrais sindicais. Além disso, essas centrais são múltiplas, o que as aproxima de um sistema pluralista, e não recebem, diferentemente das Federações e Confederações patronais, recursos compulsórios para um sistema social como o Sistema S.

Em seu início, por meio da Constituição de 1937, a representação legal ficou restrita aos “[...] sindicatos reconhecidos pelo Estado, e manteve as entidades corporativas como representantes das ‘forças do trabalho nacional’, com assistência e proteção do Estado e funções delegadas de Poder Público” (COSTA, 1998, p. 57). Além disso, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, garantia o direito de intervenção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na estrutura corporativista (COSTA, 1998, p. 57).

Quanto a arrecadação, a contribuição sindical patronal obrigatória vigente até 2017 (tornando-se facultativa a partir de então)<sup>12</sup> era distribuída do seguinte modo: “60% destinado

---

<sup>12</sup> A chamada “Reforma Trabalhista”, lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), sendo que, em seu Artigo 579, transformou o

ao sindicato [patronal] que representa a categoria, 20% para a Conta Especial Emprego e Salário (CEES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 15% à federação estadual e 5% à Confederação” (CNI, 2019).

No ano de 2017, cada empresa deveria contribuir ao sistema representativo, no início do ano, com a seguinte quantia, de acordo com seu capital social:

Tabela 1: Percentual de contribuição das empresas para o sistema representativo

Valor Base - R\$ 205,65			
Linha	Classe de Capital Social (R\$)	Alíquota (%)	Valor a Adicionar (R\$)
1	De 0,01 a 15.424,07	Contrib. mínima	123,39
2	De 15.424,08 a 30.848,14	0,8	
3	De 30.848,15 a 308.481,42	0,2	185,09
4	De 308.481,43 a 30.848.142,02	0,1	493,57
5	De 30.848.142,03 a 164.523.424,09	0,02	25.172,08
6	De 164.523.424,10 em diante	Contrib. máxima	58.076,77

Fonte: CNI, 2018.

Vê-se a partir dessa taxaço que a economia da UF interfere ou, ao menos, interferiu, no orçamento das Federações, uma vez que aquelas com grande PIB industrial garantiriam um orçamento maior à Federação, logo que 15% da contribuição sindical das indústrias da unidade federativa foram a elas destinadas.

Tornado facultativo no final do período analisado, ainda assim, existe outra importante fonte compulsória de financiamento às Federações. Nesse caso, tem origem no sistema S, que recebe diretamente da Receita Federal o repasse da “contribuição assistencial” das empresas – novamente com influência da arrecadação por UF. Esta modalidade, ainda que visando o financiamento do Sistema S e não da organização política das Federações, ainda é fonte considerável de recursos. Na tabela abaixo, segue o valor de contribuição das empresas ao Sistema:

---

desconto da contribuição sindical em facultativo, condicionando-o à autorização prévia e expressa do profissional ou empresa (BRASIL, 2017). Em 2018, após ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) 5794, o Supremo Tribunal Federal (STF), declarou a constitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória (BRASIL, 2018).

Tabela 2: Alíquota de *contribuição assistencial* das empresas

Instituição	Alíquota
SENAI	1,0%
SESI	1,5%
SENAC	1,0%
SESC	1,5%
SEBRAE	Variável no intervalo de 0,3% a 0,6%
SENAR	Variável no intervalo de 0,2% a 2,5%
SEST	1,5%
SENAT	1,0%
SESCOOP	2,5%

Fonte: Senado Federal, 2019.

Para ilustrar a quantidade que esses recursos representam, segundo o levantamento da jornalista Raquel Landim, em 2017 representaram R\$16,4 bilhões para o Sistema (LANDIM, 2018). Gerido pelas entidades sindicais, não são exclusivos da Indústria, mantenedora do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social da Indústria (SESI), esses, responsáveis por uma arrecadação de cerca de R\$ 3,55 bilhões.

Desde o estabelecimento do modelo de representação empresarial corporativista, ainda na década de 1930, pode-se perceber um longo desenvolvimento de sua organização nos estados. Esses movimentos da formação das Federações da Indústria seguiram o peso da Indústria de acordo com as regiões.

O quadro a seguir apresenta o volume da participação percentual de cada estado no PIB Industrial do país:

Tabela 3: Participação da UF no PIB industrial % – 2015

(continua)

Unidade Federativa	Participação no PIB Industrial nacional
São Paulo	30,7%
Rio de Janeiro	11,3%
Minas Gerais	10,3%
Paraná	7,2%
Rio Grande do Sul	6,7%
Santa Catarina	5,2%
Bahia	4,1%
Goiás	3,3%
Pará	2,9%
Espírito Santo	2,7%
Pernambuco	2,3%
Amazonas	2,1%
Ceará	1,9%
Mato Grosso	1,5%
Mato Grosso do Sul	1,4%
Maranhão	1,2%
Rio Grande do Norte	0,9%
Distrito Federal	0,9%
Sergipe	0,7%



Tabela 3: Participação do estado no PIB industrial % – 2015

(continuação)

Paraíba	0,7%
Alagoas	0,6%
Rondônia	0,5%
Piauí	0,4%
Tocantins	0,3%
Roraima	0,1%
Amapá	0,1%
Acre	0,1%

Fonte: CNI, 2015.

Em vista disso, é importante pontuar que as diversas Federações não têm a mesma capacidade de arrecadação, havendo algumas com um aporte muito superior a outras. Além disso, as Federações não foram criadas na mesma época, havendo algumas que foram estruturadas já a partir da década de 1930, enquanto outras datam da década de 1980.

De todo modo, é possível que tenhamos a definição do sistema corporativista a partir das considerações de Schmitter, destacando que isso não impede a presença de outras organizações de tipo associativo e nem as torna presas a determinações estatais (nem mesmo no período anterior à 1964).

## 2.2 A PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Algumas avaliações acerca da ação do empresariado brasileiro foram sintetizadas por Wagner Mancuso do seguinte modo. Primeiramente, haveriam aqueles que consideram a incapacidade de ação coletiva pelos empresários no Brasil. Esses seriam confluente da “Tese da Debilidade Política da Indústria”, reunindo tanto aqueles que afirmam que apenas uma elite do empresariado trata de suas demandas com uma burocracia insulada, quanto aqueles que afirmam que, uma vez disperso, o empresariado não é capaz de ação coletiva (MANCUSO, 2007, p. 137). Por outro lado, haveriam os defensores da “Tese da Posição Privilegiada do Empresariado”, que se refere aos defensores da tese de que os empresários são protegidos pelo Estado, tendo, sempre, suas preferências consideradas em primeiro plano (MANCUSO, 2007, p. 109-110).

Mancuso defendeu a tese de que, ainda que nem sempre privilegiado (pois nem todos o seriam, e isso seria premissa básica para afirmar uma Tese da Posição Privilegiada) esse empresariado não seria apenas capaz de organização e ação coletiva, como também da defesa de interesses por um mecanismo típico de países com organização associativa, pluralista, de

representação de interesses. Nesses últimos, o lobby seria uma prática comum, e o que Mancuso mostra é sua presença no Brasil, realizado até mesmo por essas entidades do sistema corporativista – especificamente a CNI (MANCUSO, 2007).

A partir de então, realizaram-se outras pesquisas para tratar do fenômeno do lobby no Brasil, seja por empresários ou trabalhadores (organizados em entidades sindicais) (GUILMO; PASSO, 2017; SANTOS *et al.*, 2017) até concepções mais amplas, em que se considera o lobby de organizações da sociedade civil, “que não se situam nas esferas do estado ou do mercado, mas também fazem lobby para defender convicções ideológicas” (MANCUSO; GOZETTO, 2012) ou, ainda, como “qualquer ação política de defesa de interesses para influenciar decisões governamentais, o que inclui a produção de informações técnicas sobre um assunto, campanhas midiáticas e, principalmente, contatos diretos com atores estatais importantes” (BAIRD, 2016, p. 67). Essas pesquisas também tiveram o êxito em abranger o alvo do lobby, propondo uma avaliação não somente sobre integrantes do Legislativo, mas também sobre o Executivo, sobre a burocracia, incluindo agências regulatórias e sobre comissões do Congresso Nacional.

Por meio de técnicas de estudos de rede para avaliar o lobby de grupos de interesse no Brasil, Pablo Silva Cesário (2016) partiu da sugestão de que os “papeis estruturais” nas redes dos grupos de interesse poderiam resultar em maior influência (CESÁRIO, 2016, p. 110). Deste modo, relacionando grupos de interesse às audiências públicas no Congresso Nacional, conclui a existência de

Quatro tipos de grupos de interesse com maior influência: negócios, associações profissionais, grupos de interesse público e sindicatos [...] [sendo que] assimetrias de influência são observadas quando os tipos de grupos de interesse são o objeto da análise, mas, mais uma vez, não é possível identificar um tipo de grupo de interesse que possa ser caracterizado como hegemônico (CESÁRIO, 2016, p. 121).

Existem também aquelas pesquisas que enfatizam a presença de empresários na política. Leôncio Rodrigues (2009), por exemplo, aponta para como empresários, sejam do campo ou urbanos, constituem-se como uma profissão de alta presença na Câmara Federal, destacando-se entre os “grandes segmentos profissionais e ocupacionais” presentes naquela casa (RODRIGUES, 2009, p. 27). Costa, Domingos e Nunes avaliaram a relação entre bases sociais empresariais, partidos e senadores eleitos, concluindo pela concentração desses “empresários-políticos” nos partidos de centro e direita, além da “existência de um *recrutamento social específico*: indivíduos que não dispõem de status intelectual podem mobilizar uma posição

econômica amplamente favorável para obter entrada na carreira política” (COSTA; DOMINGOS; NUNES, 2014, p. 247).

Ícaro Engler, por sua vez, sugere uma outra forma de se observar a relação entre a profissão prévia e a carreira política, indicando uma alternativa à essa avaliação binária do profissional e do político, procurando identificar “as posições sociais externas ao espaço político, a partir de seus recursos disponíveis e mobilizados” (ENGLER, 2018, p. 323).

A partir dessas considerações, podemos apresentar a noção de profissionalização política que propomos, sendo aquela em que se extrapola a representação de interesses iminentes do grupo que se representa. Trata-se de uma organização para o exercício do poder de modo mais amplo, da capacidade de tomar posição em relação a temas diversos do espaço público e, ao menos, organizar-se para a ação.

Está, assim, para além da *advocacy* proposta por Manoel Santos, Mancuso *et. all.*, que tratam de uma profissionalização enquanto estratégias de defesa de interesses do empresariado no Brasil (SANTOS *et al.*, 2017). Nesse caso, o foco são as estratégias que os grupos de interesse mobilizam a fim de conseguir uma alocação de recursos públicos satisfatória aos seus interesses. Sustenta-se, antes, na noção da identidade entre o empresariado e a atividade política – ainda que nossa compreensão sobre a atividade política extravasa a disputa eleitoral.

A questão que se adentra é estabelecida sobre a proposição de existência de uma ação política das entidades sindicais de segundo grau da Indústria no Brasil, em que ultrapassam a representação de interesses de que sua estrutura institucional essencial é tributária. Avalia-se um direcionamento para temas da política de modo mais amplo que interesses setoriais. Consideramos a atuação das Federações enquanto atores coletivos, sendo que os indivíduos relacionam seus interesses particulares aos da entidade, contribuindo para o estabelecimento dos padrões de ação política. Ainda assim, a questão não recai sobre os indivíduos, mas sobre como essas Federações são moldadas.

Para além de verificar a ontologia desse processo de organização política, isto é, a sua existência em seus múltiplos aspectos, estabelecendo uma nova essência aos seus formatos institucionais, pretendemos alcançar uma explicação dos mecanismos causais desse percurso.

Compreendendo como um processo, apoiamo-nos em uma literatura que trata de organizações políticas, mais especificamente, de organizações partidárias. Isso se deve ao fato de se tratar de uma literatura consolidada acerca de processos de profissionalização política.

Retomemos o clássico de Duverger, em que se questionava como “Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do

termo [...] [e em] 1950, estes funcionavam na maior parte das nações civilizadas” (DUVERGER, 1970, p. 19). Duverger apontava para a necessidade da compreensão da formação dessas organizações a fim de se compreender os sistemas partidários modernos. Do mesmo modo, julgamos fundamental a compreensão do fenômeno da profissionalização política das entidades representativas da Indústria no Brasil previamente à compreensão de sua ação ou de alguma mensuração de seus resultados.

Não obstante, ainda que em prevalência, a pesquisa que se expõe em seguida não foi sustentada somente nos estudos sobre partidos políticos, mas também buscamos contribuições em estudos sobre parlamentos ou outras organizações, como tribunais – em que se dispõe de vastos estudos dada a própria lógica de existência dessas organizações –, a noção de profissionalização exige uma explanação para o que pretendemos afirmar nesta tese. Assim, sua definição é relativa à capacidade de ação política organizada, para além de uma estrutura de representação de interesses.

Também cabe destacar que a profissionalização política das entidades sindicais que aqui estudamos remete às ações institucionalizadas em relação aos decisores legislativos no âmbito subnacional, embora se enfatizando aspectos internos de organização. Portanto, ainda que o alvo típico da ação empresarial seja externo, a análise proposta se volta para a dinâmica interna das entidades – que aponta para essas mudanças em sua essência.

De modo amplo, avaliamos um processo de institucionalização e burocratização que sustenta a organização e execução de ações coletivas e, mais especificamente, políticas, o que está de acordo com as noções precursoras de Weber da passagem da política de notáveis (como aristocratas e/ou grande proprietários) que podiam viver “*para a política*”, sem necessidade de remuneração, para um modelo em que se estabeleceram os profissionais da política, que vivem “*da política*”, isto é, dependentes de “remuneração direta pelo trabalho político” (WEBER, 1967, p. 60-61).

Nessa tradição, aproxima-se, também, da noção de “modernização”. Michel Offerlé afirma que a profissionalização pode ser compreendida pela “[...] emergência e institucionalização de uma ocupação especializada” (OFFERLÉ, 2011, p. 86).<sup>13</sup>

Assim, de modo amplo, a categoria de profissional é associada à institucionalização de uma função remunerada pela organização burocrática, e que garante subsídios para uma ação profissional, isto é, não “*amadora*”, “*diletante*” (WATERS, 1989). Quando se tem organizações em vista, ao invés de indivíduos, a remuneração não é o tópico principal, mas sim

---

<sup>13</sup> “[...] emergencia y la institucionalización de una ocupación especializada” (OFFERLÉ, 2011, p. 86).

a consolidação de “*interesses estáveis*” (PANEBIANCO, 2005, p. 36) e estabelecimento de um padrão de ação, a estabilidade de seus novos formatos institucionais.

Assim, obviamente, a remuneração de seus quadros não é central ao nosso objeto, ainda que se perceba a importância da estrutura corporativista, estabelecida pelo Estado, garantidora de legitimidade e de garantias de aporte, para a ação política dessas entidades e dos indivíduos instituídos em suas diretorias. Sobre a remuneração, retomamos a pesquisa de Maria Antonieta Leopoldi que recorda como Romulo de Almeida, da Assessoria Econômica do governo federal de Vargas, tinha sua remuneração subsidiada pela própria Confederação (LEOPOLDI, 2002, p. 35). Assim, vê-se que a arrecadação e remuneração de seus quadros não foi problema central desde, pelo menos, os anos de 1950, resolvida no arranjo institucional corporativista, garantidor dessa segurança financeira às entidades sindicais patronais. Contudo, uma vez que nosso objeto é a transformação da atuação das próprias Federações, atenta-nos mais a importância da institucionalização de uma estrutura para a ação política.

Portanto, a noção de profissionalização política que utilizamos nesta tese remete àquela em que entidades sindicais promovem em sua estrutura burocrático-institucional mecanismos para ação política sistemática, garantindo capacidade técnica de ação a seus profissionais e dirigentes, e extrapolando ações típicas de representação de interesses em prol de questões mais amplas da política subnacional e/ou nacional.

É importante pontuar que, nesta definição, a Federação que age politicamente, pode estar a agir contra seus interesses mais imediatos. Defender interesses seria o seu objetivo “natural”, no que haveria sintonia em ações de pressão e lobby. Contudo, quando uma Federação se abre, publicizando posições e antecipando estratégias publicamente, quando uma Federação dirige recursos para atividades sociais, sem que haja constrangimentos legais que a obrigue a dispendar esses recursos, está agindo em outra lógica que não a sua original – ou imaginada pelos ideólogos do sistema de representação de interesses em sua origem.

Nos estudos sobre partidos, uma definição fundamental de profissionalização origina-se de Angelo Panebianco, que os relaciona a organizações, destacando, igualmente, a importância de se pensar sobre aspectos de institucionalização, ou melhor, nas desigualdades internas do partido, e não tomar intuitivamente sua origem como explicação definitiva de suas atividades e representação, assim como não deduzir de modo apressado seus objetivos (PANEBIANCO, 2005, p. 4-6).

Panebianco aponta para a especificidade de atuação de cada organização de acordo com o “ambiente” em que age (PANEBIANCO, 2005, p. 33), propondo uma definição da

“institucionalização organizativa” como “a passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial, quando a recém-nascida organização ainda se encontra em construção, para uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis” (PANEBIANCO, 2005, p. 36).

Assim, o politólogo italiano analisa a consolidação das organizações partidárias em que, passada uma fase genética, em que se caracteriza enquanto instrumento, passa a ter "valor em si" (PANEBIANCO, 2005, p. 100). Esse processo de consolidação é o que garante a sobrevivência das organizações. Contudo, a sobrevivência não garante a mesma qualidade ou força. Assim, pode-se falar em graus de força dessas organizações. O autor sugere, então, duas variáveis para a mensuração dos graus de institucionalização das organizações partidárias: a *autonomia* e a *sistematicidade* (PANEBIANCO, 2005, p. 103). Essas duas condições interferem uma sobre a outra, sendo que, para haver sistematicidade, é preciso haver autonomia. A autonomia é conquistada "quando [uma organização] desenvolve a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente" (PANEBIANCO, 2005, p. 104). A ausência de autonomia é definida pela incapacidade de controle sobre seu financiamento, precisando negociar com grupos externos as suas ações (PANEBIANCO, 2005, p. 105). Tal variável interfere na sistematicidade uma vez que essa se define pela "coerência estrutural interna da organização", isto é, uma homogeneidade organizativa em que a autonomia para as decisões é fundamental (PANEBIANCO, 2005, p. 107).

Em outro texto clássico dos estudos sobre sistemas partidários, de final dos anos de 1960, Nelson Polsby também destacava a importância das “organizações especializadas” para o bom funcionamento da atividade política (POLSBY, 2008, p. 221). Sua definição de institucionalização, no caso da Câmara dos Representantes nos Estados Unidos, remete a alguns aspectos, como a delimitação da carreira e da rotatividade de seus membros (POLSBY, 2008), o aumento da complexidade interna, verificado pela autonomia das comissões internas da Câmara e aumento dos gastos discricionários (POLSBY, 2008) e a mudança de tomada de decisões particularistas e discricionárias a métodos universalistas e automáticos, por exemplo para a escolha de presidentes de comissões (2008).

Do mesmo modo, Javier Daza relaciona a profissionalização partidária a processos de institucionalização organizacional. Aponta, então, para índices de desenvolvimento multidimensional desse processo (2005), nos quais sugere que se avalie, por um lado, a “sistematicidade” (“*complejidad y la coherencia-rutinización*”) e, por outro, o “*enraizamiento*”,

que remete a uma sustentação de sua atividade em relação à sociedade, em sua avaliação específica, sobre “*relaciones entre los partidos y la sociedad*” (DAZA, 2005, p. 106).

Também estudos sobre institucionalização parlamentar e, mesmo, judiciária são consolidados em relação à profissionalização. Nesses casos, novamente transformações em regras e procedimentos, que indicam um processo de burocratização são consideradas (SQUIRE, 1992; HEDLUND; PATZELT; OLSON, 2008). Squire, que analisa quatro índices para mensurar a profissionalização de tribunais nos Estados Unidos, utiliza-se da base teórica de estudos sobre parlamento – mais consolidados –, para avaliar a profissionalização das cortes (SQUIRE, 1992). Os aspectos que, então, examina são relacionados a dados da burocratização dos tribunais, como salários, *staff* (pessoal da corte), número de recursos à corte e sua capacidade de decisão discricionária (SQUIRE, 1992).

Para além dessas categorias de *sistematicidade* e *enraizamento*, um terceiro aspecto é importante quando se avalia um estatuto profissional em relação à política. Trata-se do conjunto da *transparência*. Esse aspecto é, possivelmente, o mais difícil de se encontrar, dada a resistência das organizações em prestar contas para a sociedade – vide o tipo de dominação burocrática de Weber (1964, p. 25-26). Alcántara-Sáez relaciona a *transparência política* a um aspecto moral de apresentar-se conforme valores morais exigidos, o que “[...] projeta uma saída do poder limpa e sem acusações de corrupção ou de enriquecimento ilícito” (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016, p. 230). A *transparência*, portanto, define Alcántara-Sáez, caracteriza-se como um aspecto moral que visa retirar do gestor ou da organização qualquer imagem particular negativa quanto a sua capacidade de agir de modo imaculado (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016, p. 230).

Portanto, dessa avaliação, sugerimos os critérios da *sistematicidade*, do *enraizamento* e da *transparência* como capazes de definir a profissionalização política das Federações da Indústria, caracterizada pela passagem processual de uma fase genética para uma fase institucionalizada (em maior ou menor grau).

### **2.2.1 A Profissionalização Política: o processo e suas causas**

Quando Schmitter definiu seu conceito de política nos anos de 1960, um dos pontos que destacou foi a tomada de decisões, ou a formação das políticas, isto é, o processo político (SCHMITTER, 1965, p. 47). Essa noção compreensiva da política também estava presente nas

definições pluralistas. Easton relaciona os estudos acerca da política a um sistema de *inputs-processo político-outputs* (EASTON, 1957, p. 384).

Assim, a política envolveria um processo de tomada de decisões pelas autoridades a partir dos *inputs* promovidos pela sociedade, cabendo, ao pesquisador, avaliar as operações realizadas por instituições nas quais partidos, grupos de interesse, o governo e os eleitores agiriam/reagiriam pressionando ou respondendo à pressão (EASTON, 1957, p. 383).<sup>14</sup>

Ao tratar do objeto da Ciência Política enquanto ciência do Estado, Schmitter, no entanto, aponta para um alargamento da compreensão de Estado, em sua relação com “algumas organizações anexas que intervêm regularmente ou mesmo ocasionalmente na atividade estatal; órgãos como partidos, facções, grupos de pressão, ligas conspiratórias, sociedades de economia mista, cliques militares e grupos informais” (SCHMITTER, 1965, p. 48). Deste modo, a Ciência Política deveria se ocupar das condutas adotadas por essas organizações e os agentes estatais. Um exemplo disso é a concepção de *outside lobby*, em que organizações buscam influenciar a opinião pública em defesa de suas preferências (KANOL, 2014).<sup>15</sup>

Por conseguinte, ainda que com algumas divergências substanciais, parte do entendimento sobre a política e as organizações adotou uma concepção de um processo de tomada de decisões a partir de *inputs*, que podem ser caracterizados por pressão e lobby.

Ademais, a perspectiva desse processo pode ser relacionada a uma concepção de rupturas ou de uma longa trajetória de mudanças, de todo modo, ambas sustentadas pelo Método Histórico Comparativo – MHS (MAHONEY; THELEN, 2015). A primeira concepção pode ser definida como aquela em que se consideram conjunturas críticas, que alteram a trajetória radicalmente, impondo uma nova direção. A segunda, por sua vez, relaciona-se ao *path dependence* e ao *increasing return*, ou seja, considera a dependência da trajetória mesmo nos processos em que ocorrem alterações de rota e de incrementos sobre os formatos institucionais, sem que se desconsidere as construções passadas. Assim, predomina nessa abordagem uma avaliação do objeto em larga escala, com análise profunda dos casos e tendo-se a perspectiva de processos e dimensões temporais da política (MAHONEY; THELEN, 2015, p. 3).

Essa concepção processual pressupõe, em vista disso, um método que visa identificar a formação de estruturas, o que não se pode fazer por características e eventos vistos como

---

<sup>14</sup> “[...] how authoritative decisions are made and executed for a society. We can try to understand political life by viewing each of its aspects piecemeal. We can examine the operation of such institutions as political parties, interest groups, government and voting; we can study the nature and consequences of such political practices as manipulation, propaganda and violence” (EASTON, 1957, p. 383).

<sup>15</sup> “Outside lobbying enables interest groups to signal to policy-makers that the public opinion is in favour of changing policy” (KANOL, 2014, p. 80).



formadores de resultados imediatos, mas de um conjunto de ações mobilizadoras de resultados subsequentes.

Como afirmam Mahoney e Thelen, há uma preocupação nesses estudos do MHC com a construção de estruturas, transições, padrões sociais, conflitos, estruturas econômicas e políticas, arranjos institucionais, etc. (MAHONEY; THELEN, 2015, p. 5).

Assim, as concepções de dependência de trajetória e *increasing return* apontam para padrões temporais específicos, em que pesa a sequência. Partindo de condições semelhantes, vários resultados são, contudo, possíveis. Entretanto, o pesquisador visa identificar, pelos métodos da semelhança ou da diferença, eventos inseridos no processo capazes de constranger à formação de uma estrutura específica (PIERSON, 2000, p. 251).

Quanto aos *increasing returns*, tratam-se de eventos específicos que reforçam uma determinada trajetória. Pode-se, assim, identificá-lo como uma forma do *path dependence*, em que, a partir de um rumo tomado, os custos para qualquer mudança de trajetória aumentam ao longo do tempo. Assim, tem-se uma importância fundamental dada ao tempo e à sequência, podendo-se distinguir momentos formativos ou conjunturas dos períodos que reforçam caminhos divergentes (PIERSON, 2000, p. 251)<sup>16</sup>.

Tomada a perspectiva da longa duração, mas sem desconsiderar um recorte sincrônico, caracterizado pela redemocratização em finais dos anos de 1980, retomaremos essa avaliação no capítulo 3, quando um *process tracing* auxilia na compreensão da profissionalização política das Federações. Nesse caso, a avaliação que realizamos considera essas duas perspectivas: o retrato sincrônico da redemocratização para a profissionalização política e o desenvolvimento processual desde o estabelecimento do sistema de representação de interesses, ainda que privilegie essa segunda abordagem.

### 2.2.1.1 A tese condicionalista e a consolidologista

Essa avaliação dos conjuntos causais acaba por se inserir em uma avaliação da própria qualidade da democracia, uma vez que trata da relação entre grupos econômicos e a política, e, de modo mais preciso, dos formatos institucionais que possibilitam as estratégias de ação desses grupos.

---

<sup>16</sup> “[...] they draw attention to issues of timing and sequence, distinguishing formative moments or conjunctures from the periods that reinforce divergent paths” (PIERSON, 2000, p. 251)

O último aspecto que buscaremos definir são os motivos de mudanças nesses formatos institucionais. Nesse caso, temos duas possibilidades explicativas ou hipóteses causais. A primeira relacionamos a condições de estrutura social e definimos como *tese condicionalista*. A segunda relacionamos a condições de estrutura institucional e definimos como *tese consolidologista*. Essas hipóteses causais são buscadas em um debate mais amplo sobre as causas da democratização e de seu ocaso.

As condições estruturais sociais apresentam aspectos de modernização (LIPSET, 1967). São aspectos econômicos e sociais. Mais especificamente, trata-se do peso do PIB industrial da Unidade Federativa em relação ao nacional, da Urbanização e de Níveis educacionais nas respectivas Unidades.

A ideia é de que certas condições sociais permitem a democratização e, neste caso, de uma maior profissionalização política das Federações. Ela pode ser definida pela proposta de Lipset, de que a complexificação da sociedade está associada à das instituições democráticas. Há que se considerar que Lipset advertia para que a correlação desenvolvimento econômico e democracia não é automática, lembrando o caso da Alemanha (LIPSET, 1967, p. 46).

Bresser-Pereira também sustenta uma proposta em que condições estruturais das relações de produção possibilitam ou não o desenvolvimento democrático, sustentando que, a partir de fins do século XX “a democracia é a forma de governo predominante, está consolidada nos países desenvolvidos, e tende a se consolidar nos países de renda média” (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 223).

Logo, a partir da teoria da modernização, avaliamos a possibilidade de encontrar condições conjunturais causais dessa complexificação social que estejam relacionadas ao desenvolvimento industrial das unidades federativas brasileiras e, em seguida, com o processo de profissionalização política das Federações.

O segundo conjunto de hipóteses causais, definido como consolidologista, provém dos desdobramentos das teses da transitologia – em que se destacavam os momentos críticos e os grupos de atores presentes nas transições de regimes (autoritários para democráticos) (O’DONNELL, 1979; SCHMITTER, 1965). Esses desdobramentos culminaram nas teses da consolidologia, em que o foco se dá sobre a consolidação no momento final da transitologia.

Contribuiu extensamente nesse estado da arte a teoria da democratização, apresentando a perspectiva de um processo de consolidação das instituições democráticas no mundo, sobretudo no Leste Europeu e na América Latina, a partir dos anos de 1970. Nesse contexto, a tese de Schmitter e Guilhot expressou uma perspectiva em que, para além de uma

“transitologia”, isto é, da sustentação de estudos que analisassem as transições das trajetórias nacionais e as estratégias adotadas pelas suas elites políticas, seria possível pensar em termos de uma “consolidologia” – preocupada com a consolidação institucional das novas “rotinas” ou canais de regulação do “regime” político e suas “normas”, baixo um consenso social (GUILHOT; SCHMITTER, 2000).

Ainda assim, Schmitter e Guilhot reconhecem, nesse quadro, de “consolidação”, a necessidade de modernização, sustentada pela noção de necessidade de pré-condições, como industrialização, urbanização e educação, para a democratização – e, conseqüentemente, de uma evolução da estabilidade democrática por processos sociais (GUILHOT; SCHMITTER, 2000, p. 622–623).

Não obstante, a noção de consolidologia que apresentamos destaca aspectos institucionais. Assim, para além do estabelecimento legal das instituições democráticas, aspectos de rotinização dos procedimentos e legitimidade, ou seja, a aceitação das regras democráticas pelos agentes políticos e sociais envolvidos. Trata-se, portanto, de arranjos institucionais e comportamentais (O’DONNELL, 1979; DAHL, 2005; PRZEWORSKI; ALVAREZ; CHEIBUB; LIMONGI, 1997).

É importante frisar que não se trata de uma dicotomia, mas de modelos em que se pode sustentar as premissas que permitem a conclusão. Há, muitas vezes, proximidades entre esses dois modelos, como já afirmado. A importância da economia, por exemplo, é presente nas teses consolidologistas e não somente na tese condicionalista, uma vez que existe a compreensão de que crises podem levar a problemas na consolidação democrática. Juan Linz afirma que as crises de legitimidade que podem levar ao rompimento da democracia passam, muitas vezes pelo aumento da incerteza estabelecida no agravamento das crises econômicas, que retroalimenta a crise institucional (LINZ, 1991, p. 132).<sup>17</sup>

O mote da tese consolidologista que tomamos é o dos aspectos ou da estrutura institucional, isto é, como aspectos procedimentais, sistemáticos, das instituições promovem o desenvolvimento do processo de mudança dos formatos institucionais.

A definição da tese consolidologista aqui apresentada pode ser associada à proposta de Przeworski, de que o próprio sistema institucional seria o fiel da balança da vida ou morte das democracias (PRZEWORSKI, 1997, p.125). Przeworski critica a tese de Bresser-Pereira sobre o desenvolvimento da democracia em fins do século XX pela consolidação do capitalismo, pois

---

<sup>17</sup> “[...] “contribuyen a una incertidumbre y una imposibilidad de hacer previsiones que puede llevar a un empeoramiento de crisis económicas (LINZ, 1991, p. 132).

esta apontaria algumas condições necessárias, mas não seria possível derivar dessa relação estrutural com o regime uma “relação inevitável”, suficiente ou definitiva. Assim, afirma Przeworski, o “exame do registro histórico, no entanto, mostra que ela é muito mais contingente” (PRZEWORSKI, 2004, p. 387-388).

Em vista disso, o que seria possível inferir é que, quando a democracia se desenvolve, ela encontraria um ambiente melhor para "perdurar" em um país economicamente desenvolvido. Contudo, não se poderia afirmar ser esse desenvolvimento econômico a causa da democracia. (PRZEWORSKI, 2004, p. 389).

Przeworski, ao avaliar a contingência das democracias, concordando que o capitalismo não é necessariamente excludente à democracia, afirma que uma possibilidade para essa coexistência se encontre no receio dos trabalhadores de, ao tensionar as relações de exploração, vejam os burgueses recorrer a ditaduras militares. Assim, não havendo condições insustentáveis de exploração, com salários de sobrevivência, haveria uma condição propícia à manutenção da democracia - o que não significaria condição para o impulsionamento dessa. (PRZEWORSKI, 2004, p. 393).

### 2.3 A POLÍTICA SUBNACIONAL

É possível avaliar a ambiguidade do processo de democratização brasileiro, avaliando a democratização por aspectos de institucionalização (burocratização) de agências democráticas (DOCTOR, 2017), recuperando, assim, a antiga noção de um país de face ora arcaica, ora moderna.

Doctor (2017), por exemplo, considera a existência de grupos altamente organizados e capazes de ações coletivas, caracterizados por representação pluralista de interesses e, em oposição, grupos frágeis e grupos apoiados na tendência de buscar a mediação insulada da burocracia estatal. A principal característica da segunda década deste século seria, tomando o setor portuário como caso explicativo, apesar da capacidade de aprovação de uma legislação favorável para os empresários, sua incapacidade em assegurar a institucionalização completa do novo regime legal-regulador, o que demonstraria sua dificuldade em atuar coletivamente quando os interesses não operam em nível agregado (DOCTOR, 2017).

Partindo dessa “debilidade”, quando se adentraria nas UF, seria possível encontrar maiores dificuldades, tendo-se em vista a clássica definição de Fernando Abrúcio do “ultrapresidencialismo estadual” (ABRÚCIO, 1998).

Entretanto, é predominantemente apresentado pela literatura que, pelo menos, desde os anos de 1990, há uma maior atividade de grupos de pressão (quantitativamente), acompanhando o advento de demandas específicas, como de questões de gênero, ambientais ou minorias. Essas demandas muitas vezes não conseguem atingir as agências decisórias nacionais, encontrando, de quando em vez, maior responsividade nos governos locais (ANDREW; GOLDSMITH, 1998, p. 105)<sup>18</sup> – pelo menos quando se pensa casos como o dos Estados Unidos.

Ainda assim, quando tomamos o caso brasileiro, Tomio e Ricci (2012) destacam a autonomia de atuação de algumas Assembleias Legislativas, uma vez que os grupos organizados, “como sindicatos, associações, representações de categorias, grupos de pressão” veriam a possibilidade de ganhos por meio de pressionar os legislativos – que teriam caráter normatizador das políticas públicas (TOMIO; RICCI, 2012, p.211).

A mesma compreensão de uma relativa autonomia dos legislativos subnacionais no Brasil é exposta por Fabiano Santos que, analisando o caso da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, afirma não haver um mero “pacto homologatório” entre o Executivo e o Legislativo estadual, mas uma diversidade nas agendas desses Poderes, sendo que “[...] a agenda dos deputados é composta de temas de natureza social, [enquanto] a agenda do Executivo é fundamentalmente econômica, financeira” (SANTOS, 2001, p. 176).

Quanto ao papel do Legislativo nacional, mesmo autores que verificaram ao longo de muitos anos a fragilidade do Legislativo quanto o papel de alvo da ação empresarial devido à preferência dos empresários em buscar auxílio na própria burocracia ou com o Executivo, passaram a verificar um papel mais significativo dos parlamentos a partir dos anos de 1990. Assim, a redemocratização marcaria uma conjuntura crítica que teria alçado o parlamento brasileiro ao centro da pressão desses grupos já organizados (DINIZ; BOSCHI, 1999).

Em uma análise sobre a importância dos legislativos subnacionais no sucesso das suas agendas, mais especificamente sobre nove Assembleias Legislativas brasileiras, Thiago Rodrigues Silame verifica, apesar da diversidade entre unidades da federação e, mesmo, entre legislaturas, um “alto ativismo do Legislativo respondendo por cerca de 82% dos projetos de lei apresentados” (SILAME, 2016, p. 169). Além disso, o autor também apresenta um índice

---

<sup>18</sup> “Incorporating the demands to which such issues give rise into the traditional mode of politics and parties has largely failed, leading to new and more fragmented representation (increase in parties; fragmented representation in legislatures; coalition governments). Issue-based parties and pressure groups are more active; traditional parties face a decline in their share of votes and seats” (ANDREW; GOLDSMITH, 1998, p. 105).

relativamente elevado de aprovação das proposições originadas do próprio legislativo, correspondendo a “cerca de 54% dos projetos que apresentam” (SILAME, 2016, p. 169).

Cabe destacar que, avaliando o tamanho das coalizões para o período entre 2007 e 2010, Ranulfo Paranhos verificou uma “média de cadeiras conquistadas pelos governadores [...] de 66,25%, com o Estado do Espírito Santo com o valor máximo (83,33%) e o Estado de São Paulo obteve o menor valor percentual de cadeiras do grupo (55,32%)” (PARANHOS, 2014, p. 188).

Nesse contexto, Silame frisa que, via de regra, os Executivos conseguem aprovar suas agendas, o que relaciona à sua capacidade de formar coalizões, sobretudo quando governos de primeiro mandato, o que apontaria para que a possibilidade de reeleição facilitaria essa formação de coalizão “devido a capacidade do mesmo distribuir cargos e *pork* [isto é, políticas distributivas] no longo prazo” (SILAME, 2016, p. 159-160).

Deste modo, pode-se verificar, a partir da literatura, dois aspectos. Um primeiro referente a uma atuação significativa dos legislativos subnacionais, com um alto índice de proposições e de aprovação das mesmas. Por outro lado, o aspecto da alta capacidade de aprovação da agenda do Executivo subnacional, o que remete à sua alta capacidade de formação de coalizões – o que não pode ser confundido com uma irrelevância dos parlamentos subnacionais no jogo político.

### **3 ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES ENTRE CONJUNTOS PARA ANÁLISE DA CAUSALIDADE DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA**

*“A história não tem lógica,  
apenas contingências padronizadas,  
e o papel da análise histórica é identificar tais padrões”*

(PRZEWORSKI, 2004)

A partir das considerações de Schneider e Wageman, a QCA pode ser definida como uma técnica de pesquisa, sustentada em uma lógica booliana, em que o pesquisador pode avaliar as relações causais conjunturais e/ou assimétricas. Deste modo, deve-se considerar a possibilidade de se encontrar equifinalidade, isto é, outras condições que não as avaliadas que contribuem para o resultado, e/ou multifinalidade, que são múltiplas condições que contribuem, em alguma medida, para o resultado (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012).

Assim, a QCA permite a avaliação de conjuntos de condições que contribuem com a definição de um resultado – ainda que haja possibilidade de não se localizar uma causalidade linear entre as condições e o resultado. Trata-se de verificar uma causalidade conjuntural e múltipla a partir de hipóteses teóricas, avaliando como determinados atributos operam para que haja um resultado, sem desconsiderar a possibilidade de equifinalidade e multifinalidade (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012, p. 297).

Em vista disso, e considerando que se está trabalhando com resultados sustentados por relações causais assimétricas e, possivelmente, com multicausalidade, é possível afirmar que, muitas vezes, o pesquisador irá se deparar com causas não puramente necessárias ou suficientes, mas INUS ou SUIN (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012, p. 276).<sup>19</sup> É, ainda, fundamental

---

<sup>19</sup> Mahoney, Kimball e Koivu definem cinco tipos de causas: necessárias, mas não suficientes; suficientes, mas não necessárias; necessárias e suficientes; INUS e; SUIN (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 115). Uma causa necessária pode ser definida como uma condição que sem ela o resultado não ocorre, ainda que apenas sua presença não implica que o resultado ocorrerá. um resultado não teria ocorrido se a causa tivesse sido

pontuar que não se busca apresentar correlações, mas estabelecer relações entre conjuntos causais que permitem uma análise dos efeitos dessas configurações.

Portanto, a QCA é sustentada pelo princípio da parcimônia, pelo qual se busca perceber "*specific connections*", que traduzem uma generalização modesta – e não correlações lineares, pelo que se exige uma análise histórica dos casos (BERG-SCHLOSSER *et. alli.* 2000, p. 10-11).

Em vista disso, por se tratar de uma técnica que avalia configurações de condições (RAGIN, 1987), e não correlação, permite que se avalie múltiplos casos por combinações causais que permitem e/ou garantem ou não o resultado – ou permitem/garantem em partes (no caso de INUS e SUIN).

Desta forma, é preciso considerar que a QCA, como afirmam Berg-Schlosser, De Meur, Rihoux e Ragin (2000), apresenta uma proposta de pesquisa "*case oriented*", o que significa dizer que cada caso é entendido em sua peculiaridade, explicável em uma complexa combinação de propriedades, ou seja, em uma perspectiva holística, em que esses múltiplos casos são analisados envolvidos sob uma perspectiva teórica (BERG-SCHLOSSER *et. al.* 2000, p. 6). O que se propõe, deste modo, é uma avaliação a partir do problema, sustentado pela teoria, o que permite um teste de teoria.

Legewie salienta que a possibilidade de uma pesquisa baseada em conjuntos teóricos e sua análise da complexidade causal conjuntural são vantagens de seu uso. Isto é, a análise qualitativa baseada na teoria dos conjuntos permite avaliar um conjunto teórico considerando aspectos conjunturais complexos (LEGEWIE, 2013, p. 5). Logo, a proposta da QCA indica uma opção que, diferentemente de avaliações quantitativas, em que se sugerem generalizações estatísticas, culmina em generalizações limitadas no tempo e no espaço, escolhidas de modo não-aleatório, mas de acordo com o interesse analítico do pesquisador (FREITAS; NETO,

---

ausente, embora a presença da causa não garanta o resultado (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 118). Causas suficientes são aquelas que sua presença garante a ocorrência do resultado, ainda que esse resultado possa ocorrer por outros meios (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 121). Logicamente pode ocorrer uma causa necessária e suficiente, que combina as duas acima. Contudo, na prática, raramente podem ser detectadas (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 123). As causas INUS são caracterizadas por serem uma parte não-suficiente, mas necessária de uma condição suficiente mas não-necessária. INUS é um acrônimo de "*insufficient but necessary part of a condition which is itself unnecessary but sufficient for the result*" (MACKIE, 1965, p. 246 *apud* MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 124). O segundo acrônimo de Mackie apresentado por Mahoney, Kimball e Koivu é o das causas SUIN. Essas, por sua vez, caracterizam-se por serem partes suficientes, ainda que não necessárias de uma causa necessária, ainda que não suficiente. O acrônimo refere-se a "*a sufficient but unnecessary part of a factor that is insufficient but necessary for an outcome*" (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 126).



2015, p. 117-118). Tratam-se, assim, de generalizações modestas, isto é, em constante diálogo com os dados conjunturais (empíricos).

Isso traz a necessidade de se recorrer ao domínio do pesquisador sobre os casos. Como recordam Betarelli Junior e Ferreira (2018), a “QCA aborda as hipóteses teóricas que preveem como múltiplos fatores irão operar em conjunto em níveis específicos para produzir um resultado”, isto é, não faz a análise de causalidade sem que o pesquisador não a realize qualitativamente (BETARELLI JUNIOR; FERREIRA, 2018, p. 19).

Consequentemente, a análise pela QCA também contribui para entender melhor como os próprios casos funcionam, isto é, a reavaliação da compreensão dos casos à luz das fórmulas identificadas, em que cada fórmula é uma possibilidade ao resultado (LEGEWIE, 2012, p. 23).

São três as principais técnicas do QCA, ainda que novas modalidades sejam apresentadas, como a *Time series QCA* (*tsQCA*) (IGUANZO, 2018). Essas modalidades são o *Crisp-Set QCA* (*csQCA*), que avalia dados dicotômicos em termos de presença e ausência, o *Multi-Value QCA* (*mvQCA*), que avalia categorias multivariadas, e o *Fuzzy-set QCA* (*fsQCA*), que avalia graus livres entre 0 e 1 (CRONQVIST; BERG-SCHLOSSER, 2009, p. 70-71).

Para o objeto desta pesquisa, mais especificamente, para a definição dos conjuntos causais hipotéticos, optamos pelo *mvQCA*. Isto se deve às vantagens da modalidade para o objetivo da avaliação de múltiplos valores para a formação de uma categoria explicativa, sem que se tenha a limitação de valores excludentes.

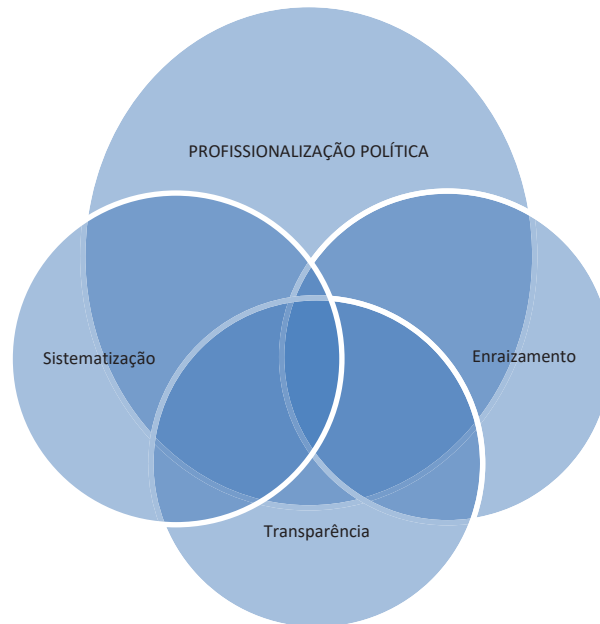
### 3.1 ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

Contudo, antes dessa análise causal, é fundamental que avaliemos a profissionalização política. Assim, partimos da proposta de um índice de profissionalização política, sustentado em cinco possíveis níveis. A estrutura do índice foi pautada nas sugestões de Earl Babbie, que afirma como escolha mais segura a indicação de mesmo peso para cada variável de sua constituição, atribuindo-se um escore proporcionalmente (BABBIE, 1999).

Decorre disso que não se tratam de valores dicotômicos, mas de um mapeamento da posição das Federações no caminho da profissionalização política. Deste modo, dentro da perspectiva conjuntural da *mvQCA*, assim como na de formulação de índice, as Federações podem estar presentes dentro de um, dois ou dos três conjuntos de condições e, então, dentro (ou não) de uma intersecção que atinge o conjunto da profissionalização política. Note-se que esses conjuntos também podem não apresentar relação com o fenômeno da profissionalização

política, sendo sua própria formulação avaliada, considerados, então, inócuos à explicação do fenômeno.

Figura 1: Relação entre os conjuntos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Deste modo, partimos do reconhecimento desse processo com base na verificação empírica e na teoria, buscando identificar o momento de cada Federação. Com isso, não afirmamos que, necessariamente, todas as Federações irão se profissionalizar ou estejam profissionalizadas, mas de que se estabeleceu a tendência processual nos múltiplos casos, que, posteriormente, com o *process tracing*, trataremos dos mecanismos de modo mais detalhado.

A definição de profissionalização política, como já apresentada no capítulo anterior, relaciona-se a considerações, sustentadas pela teoria, de que haveria um processo de institucionalização e burocratização de algumas organizações (WEBER, 1967).

Desse modo, relaciona-se, inicialmente à institucionalização de uma ocupação remunerada. Esta relação entre a organização e os indivíduos não é dicotômica, mas exige que se compreenda uma relação em que se tome indivíduos e burocracia de modo interrelacionado, ou, melhor, “interpenetrados” (CROZIER, 1981, p. 220).

Quando se remete especificamente à profissionalização política de organizações, algumas peculiaridades são postas. O estatuto das Federações da Indústria não remete a uma atuação política, mas de representação de interesses. Uma institucionalização dessas funções políticas, com relação ao poder, seria esperada em outros tipos de organização, em que seu

objetivo inicial é a atuação política, como o caso dos partidos.

A peculiaridade do processo de profissionalização política das Federações foi, inicialmente, tomada a partir da teoria, mais especificamente de Eli Diniz e Bresser-Pereira, que destacaram um direcionamento para uma ação política mais ampla das Federações Subnacionais após a redemocratização (DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2009). Outros autores apontavam para uma organização sólida e capaz de realizar ações coletivas exitosas, ainda que no campo da representação de interesses (MANCUSO, 2007; BAIRD, 2016; SANTOS; MANCUSO; BAIRD, 2017; GUILMO; PASSO, 2017). Contudo, não apenas uma sustentação teórica, mas a própria verificação empírica evidencia uma atuação política de Federações, como sugere a participação de Federações como a Fiesp e a Firjan durante os eventos que culminaram na deposição da presidente Dilma Rousseff (HARTMANN, 2017).

Assim, objetivando avaliar esse novo formato institucional, recorreremos à literatura versada na análise de processos de profissionalização, seja aquela que tem como objeto os partidos e sistemas partidários, seja referente à profissionalização parlamentar e do judiciário.

Isto posto, verificamos três categorias analíticas ou conjuntos de condições que sustentam a profissionalização política: *i. a sistematização*, caracterizada pela complexificação da organização e rotinização de suas novas práticas (PANEBIANCO, 2005); *ii. o enraizamento*, caracterizado pelo estabelecimento de relações mais ou menos perenes com a sociedade (DAZA, 2005) e; *iii. a transparência*, caracterizada pela capacidade de comunicação e responsividade do político (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016; 2017).

Essas categorias indicam o nível de organização distribuído em: a) Baixa Profissionalização política; b) Profissionalização Médio Baixa (Amadorismo); c) Profissionalização Média; d) Profissionalização Médio Alta e; e) Alta Profissionalização.

Os atributos, tomados enquanto condição conjuntural de *Sistematização*, *Enraizamento* e *Transparência*, são, portanto, os seguintes: *i. acompanhamento do processo legislativo* (presença de Departamentos Legislativos ou correspondentes); *ii. produção de Agenda Legislativa Estadual/Distrital da Indústria (ALSI)* (presença de produção de, pelo menos uma, ALSI); *iii. produção contínua de ALSI* (produção de ALSI por, pelo menos, quatro anos – tempo de uma legislatura); *iv. divulgação de ALSI* (publicização de ALSI na *web* por, pelo menos, quatro anos); *v. atuação dirigida à sociedade* (presença de Departamentos de Assuntos Sociais ou correlatos); *vi. atualidade da produção e divulgação de posições* (produção e publicização de ALSI no último ano) e; *vii. transparência das ações referentes ao período anterior* (retorno/pareceres das ações realizadas referentes ao manifesto na última ALSI).

Os dados se apresentam do seguinte modo:

Tabela 4: Distribuição dos atributos

Federação	i.	ii.	iii.	iv.	v.	vi.	vii.	Soma
SP	1	0	0	0	1	0	0	2
RJ	1	1	1	1	1	1	0	6
MG	1	1	1	0	0	0	0	3
PR	1	1	1	0	1	1	0	5
RS	1	1	1	0	1	0	0	4
SC	1	1	1	1	0	1	1	6
BA	1	1	1	1	1	1	0	6
GO	1	1	1	0	1	1	0	5
PA	0	0	0	0	1	0	0	1
ES	1	1	1	0	1	1	0	5
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	1	0	0	0	0	0	0	1
CE	1	0	0	0	1	0	0	2
MT	1	0	0	0	1	0	0	2
MS	0	0	0	0	1	0	0	1
MA	0	0	0	0	0	0	0	0
RN	1	1	0	0	1	0	0	3
DF	1	1	1	1	0	1	0	5
SE	1	1	0	0	0	0	0	2
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	1	0	0	1
PI	1	0	0	0	0	0	0	1
TO	1	1	1	0	0	1	0	4
RR	1	0	0	0	0	0	0	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
AC	0	1	1	0	1	0	0	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Antes da calibragem desses dados para a formulação do índice, dada a maior peculiaridade de acordo com cada caso, apresentamos os dados detalhados referentes à produção de ALSI por Federação, de acordo com a produção/publicação ou não e pelo ano de primeira divulgação, na tabela seguinte:

Tabela 5: Produção de ALSI por Federação

(continua)

UF	Agenda Legislativa
SP	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
RJ	Tem ALSI desde 2005, mas disponibiliza apenas últimas 4 (1)
MG	Tem ALSI, mas sem informações. Divulga apenas última (1)
PR	Tem ALSI desde 2005 (com falhas em 2015 e 2016). Disponibiliza demais (1)
RS	Tem ALSI, mas sem informações. Divulga apenas a partir de 2017 (1)
SC	Tem ALSI desde 2008. Disponibiliza todas desde 2012 (1)
BA	Tem ALSI desde 2013. Divulga todas (1)
GO	Teve ALSI entre 2005 e 2013. Não produz, mas tem acompanhamento interno (1)
PA	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
ES	Tem ALI desde 2003, mas disponibilizou somente até 2009 (1)
PE	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)

Tabela 5: Produção de ALSI por Federação

(continuação)

AM	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
CE	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
MT	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
MS	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
MA	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
RN	Tem ALSI desde 2014, mas divulgou somente a primeira (1)
DF	Tem ALSI e disponibiliza desde 2008 (1)
SE	Tem ALSI. Divulgou somente primeira (1)
PB	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
AL	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
RO	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
PI	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
TO	Tem ALSI desde 2006, disponibiliza desde 2007 (com lacunas em 2014, 2015 e 2016) (1)
RR	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
AP	Não tem ALSI e/ou não divulga (0)
AC	Tem ALSI. Divulgou somente primeira (1)

Fonte: ALSI, 2018.

A disposição desses dados permite sua avaliação parametrizada, de acordo com a seguinte distribuição nas em cinco dimensões:

Quadro 1: Parametrização das categorias analíticas

0	1 – 2	3 – 4	5 – 6	7
BAIXA PROFISSIONALI ZAÇÃO (AUSÊNCIA DE PROFISSIONALI ZAÇÃO POLÍTICA)	PROFISSIONALI ZAÇÃO MÉDIO BAIXA (AMADORISMO/ DILETANTISMO)	PROFISSIONALI ZAÇÃO MÉDIA	MÉDIO ALTA PROFISSIONALI ZAÇÃO	ALTA PROFISSIONALI ZAÇÃO (PROFISSIONALI ZAÇÃO POLÍTICA COMPLETA)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os atributos foram utilizados nesta categorização da seguinte maneira: nível baixo para aquelas entidades que apresentarem ausência de todos os atributos; médio baixo para entidades com um ou dois atributos presentes; nível médio para entidades com três ou quatro atributos presentes; médio alto de profissionalização política para Federações com cinco ou seis atributos presentes e alta profissionalização para as entidades com todos (7) os atributos presentes.

Deste modo, aos resultados se afiguram do seguinte modo:

Tabela 6: Índice de profissionalização política das Federações Subnacionais da Indústria

Federação	Soma das pontuações	Resultado (Nível)
SP	2	MÉDIO BAIXO
RJ	6	MÉDIO ALTO
MG	3	MÉDIO
PR	5	MÉDIO ALTO

RS	4	MÉDIO
SC	6	MÉDIO ALTO
BA	6	MÉDIO ALTO
GO	5	MÉDIO ALTO
PA	1	MÉDIO BAIXO
ES	5	MÉDIO ALTO
PE	0	BAIXO
AM	1	MÉDIO BAIXO
CE	2	MÉDIO BAIXO
MT	2	MÉDIO BAIXO
MS	1	MÉDIO BAIXO
MA	0	BAIXO
RN	3	MÉDIO
DF	5	MÉDIO ALTO
SE	2	MÉDIO BAIXO
PB	0	BAIXO
AL	0	BAIXO
RO	1	MÉDIO BAIXO
PI	1	MÉDIO BAIXO
TO	4	MÉDIO
RR	1	MÉDIO BAIXO
AP	0	BAIXO
AC	3	MÉDIO

---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Identificamos, assim, cinco Federações sem qualquer grau de profissionalização política (baixo). Tratam-se das Federações de PE, MA, PB, AL e AP. Outras dez entidades sindicais apresentam grau médio baixo de profissionalização política: SP, PA, AM, CE, MT, MS, SE, RO, PI e RR.

Quando avaliamos aquelas com profissionalização média ou média alta, tem-se que cinco Federações apresentam grau médio de profissionalização: MG, RS, RN, TO e AC e sete Federações têm médio alto grau de profissionalização política: RJ, PR, SC, BA, GO, ES e DF. Não se encontram Federações com profissionalização completa (alta).

Conforme a disposição dos atributos expostos na tabela 4, encontramos os seguintes resultados. Todas as Federações com médio alto nível de profissionalização política têm em comum a presença dos atributos *i.* (presença de Departamento Legislativo), *ii.* (produção de ALSI), *iii.* (produção de ALSI por, pelo menos, quatro anos) e *vi.* (produção atual de ALSI). Quando englobamos as Federações com nível médio a essas, somente o atributo *ii.*, isto é, a produção de ALSI, continua comum.

Neste caso, é interessante notar que a única Federação com médio ou médio alto grau de profissionalização que não apresenta o atributo *i.*, isto é, a presença de Departamento Legislativo, é a Fieac. Trata-se de um aspecto curioso, a produção de Agenda Legislativa Subnacional sem a existência de um Conselho ou Departamento de Assuntos Legislativos ou

correspondente. Esse dado indica, possivelmente, a tomada de decisões insulada na diretoria da Federação sobre os assuntos do acompanhamento legislativo que comporão sua ALSI – o que indica um aspecto de *transparência* limitado de sua atividade. De modo similar, dentre as Federações com profissionalização média alta ou média, somente a do RN (média) não apresenta o atributo *iii.*, isto é, a produção contínua de ALSI.

Portanto, quando tomamos as Federações com médio ou médio alto nível de profissionalização, encontramos a produção de Agenda Legislativa Subnacional como condição comum, podendo ser tomada como condição suficiente para a sustentação da média alta Profissionalização Política. Ainda que a existência de Departamento Legislativo não esteja presente em todos os casos, trata-se de uma condição presente na maioria desses casos positivos.

Quando analisamos as Federações com média baixa profissionalização, isto é, consideradas amadoras ou diletantes, verificamos a irregularidade como característica principal. Nesse caso, não há um atributo comum, ainda que seja predominante a presença dos atributos *i.* (Dep. Legislativo) e *v.* (Dep. de Assuntos Sociais), o que sugere a necessidade desses aspectos relativos à *sistematização* e ao *enraizamento* para a profissionalização política.

Considerando as Federações com qualquer nível de profissionalização, desde baixa, todas apresentam pelo menos uma dessas condições: Departamento Legislativo ou Departamento de Assuntos Sociais. Deste modo, podemos considerar condições relativas à *sistematização* e *enraizamento* como uma INUS, isto é, como partes insuficientes, mas necessárias de uma condição que, apesar de não-necessária, é suficiente ao resultado (MAHONEY, KIMBALL, KOIVU, 2009, p. 124).

O atributo mais raro entre os sete é, de longe, a emissão de pareceres ou outro retorno público das ações realizadas referentes ao manifestado na última ALSI, o que indica o exotismo quanto à *transparência* das ações das Federações, o que já fora sugerido pelo caso da Fieac – que pode ser tomada como um elemento mais complexo da profissionalização política.

### 3.2 CAUSALIDADE CONJUNTURAL: HIPÓTESES CAUSAIS DA ESTRUTURA SOCIAL E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Relações causais indicam quais condições são mais pertinentes à explicação do fenômeno. Ou seja, nesse caso, verificamos o pertencimento de condições em um conjunto causal e, então, propomos uma escala de múltiplos valores. Isso é apresentado por Cronqvist e Berg-Schlosser pelo conjunto hipotético  $X\{S\}$ , considerando-se que o interior do conjunto  $\{S\}$

pode conter mais de uma condição causal  $\{S, T, U\}$  e/ou algumas condições que, em conjunto, são necessárias e/ou suficientes – enquanto na *csQCA* se considera a presença/ausência da condição causal (CRONQVIST; BERG-SCHLOSSER, 2009, p. 72).

O principal limite da decisão metodológica pela *mvQCA* é a impossibilidade de avaliar graus mais precisos. Entretanto, essa decisão nos aponta para um mapeamento mais elucidativo e para uma maior segurança em relação às condições causais do desenvolvimento processual, visto que teremos um índice com dimensões mais concisas.

Neste tópico, avaliamos as condições causais hipotéticas do processo de profissionalização definido nas seções anteriores. Essa análise somente será concluída após a realização de um *process tracing*, que poderá apresentar os mecanismos do processo. Não obstante, a avaliação dos caminhos causais já é concluída com a *mvQCA*. Com isso se busca conclusões que permitam a realização de generalizações relacionadas aos dados conjunturais (empíricos) que facilitem o passo seguinte – da análise pelo *process tracing*.

São dois os caminhos hipotéticos propostos para a avaliação do desdobramento do processo de profissionalização política das Federações Subnacionais da Indústria. O primeiro é caracterizado pela hipótese *H1*. de uma Estrutura Social capaz de impulsionar a profissionalização política enquanto o segundo é caracterizado pela hipótese *H2*. de uma Estrutura Institucional.

### 3.2.1 Hipótese da Estrutura Social

O primeiro conjunto explicativo para o desenvolvimento do processo de profissionalização política das entidades do sistema corporativista subnacional da Indústria refere-se à presença de uma Estrutura Social na UF que permite esse processo.

Tratam-se de aspectos socioeconômicos, mais especificamente de dados acerca da Riqueza e PIB industrial, Urbanização e de Níveis educacionais. Essas categorias são tributárias da teoria de Seymour Lipset, que avaliou por meio de quatro dimensões a modernização que, de acordo com suas conclusões, garante o desenvolvimento da democracia. As quatro categorias de Lipset para a democratização são a: *i*. Riqueza; a *ii*. Industrialização; a *iii*. Educação e a; *iv*. Urbanização (LIPSET, 1967, p. 51-53).

Lipset avaliou essas categorias do seguinte modo: a Riqueza verificou pelo PIB *per capita* e pelo acesso a medicina pela população (LIPSET, 1967, p. 51); a Industrialização pela população agrícola e pelo consumo de energia elétrica (LIPSET, 1967, p. 52); a Educação por



índices de alfabetização e acesso aos ensinos primário, secundário e superior (LIPSET, 1967, p. 52); e, por fim, a Urbanização foi avaliada pela existência de cidades com mais de 20.000 e 100.000 habitantes e por quantidade de regiões metropolitanas (LIPSET, 1967, p. 53-54).

As duas primeiras, Riqueza e PIB, foram reformuladas para esta pesquisa. Deste modo, foram reunidas enquanto Riqueza e PIB industrial da unidade da federação. Esse dado indica a relevância da Indústria para a economia nacional, além de indicar a capacidade de arrecadação de cada Federação e um possível prestígio da Federação, representante legal do setor.

Ao formular nossas categorias, foi necessário avaliar com dados significantes tanto para a realidade brasileira, ou seja, mais adequado à realidade local, quanto por aspectos mais contemporâneos. Deste modo, buscamos dados no IBGE que trazem características mais adequadas para a atual realidade brasileira. Esses atributos indicarão o pertencimento ao conjunto causal ou categoria, que, por sua vez, indicará a relação com a categoria/conjunto avaliada.

Assim, as categorias da hipótese da Estrutura Social e seus atributos são os seguintes:

Conjunto 1 (Riqueza/Industrialização): Participação da unidade da federação no PIB Industrial Nacional de acordo com as faixas: *i.* maior ou igual a 5% (alto); *ii.* entre 4,9% e 1% (médio); *iii.* Entre 0,9% e 0,5% (baixo).

Conjunto 2 (Educação): Nível de acesso ao Ensino Superior e Qualidade do Ensino Básico (meta IDEB) *iv.* meta IDEB Fundamental I; *v.* meta IDEB Fundamental II; *vi.* meta IDEB Ensino Médio; *vii.* acesso ao Ensino Superior (incompleto); *viii.* acesso ao Ensino Superior (completo).

Condição 3 (Urbanização): Densidade populacional urbana *ix.* densidade populacional (categorias IBGE); *x.* população em cidades com mais ou com 1.000.000 de habitantes; e *xi.* população em cidades não-capitais com mais ou com 500.000 de habitantes.

Quanto à *Riqueza/Industrialização*, seja industrialização urbana ou relativa ao agronegócio, os dados encontrados foram os seguintes:

Tabela 7: Participação no PIB Industrial agregado

UF	Participação no PIB Industrial	> ou = 5% (Alto)	4,9% - 1% (Médio)	0,9% - 0,5% (Baixo)	Soma	Out
SP	30,7%	1	1	1	3	1
RJ	11,3%	1	1	1	3	1
MG	10,3%	1	1	1	3	1
PR	7,2%	1	1	1	3	1

Tabela 7: Participação no PIB Industrial agregado

(continua)

(continuação)

RS	6,7%	1	1	1	3	1
SC	5,2%	1	1	1	3	1
BA	4,1%	0	1	1	2	1
GO	3,3%	0	1	1	2	1
PA	2,9%	0	1	1	2	1
ES	2,7%	0	1	1	2	1
PE	2,3%	0	1	1	2	1
AM	2,1%	0	1	1	2	1
CE	1,9%	0	1	1	2	1
MT	1,5%	0	1	1	2	1
MS	1,4%	0	1	1	2	1
MA	1,2%	0	1	1	2	1
RN	0,9%	0	0	1	1	0
DF	0,9%	0	0	1	1	0
SE	0,7%	0	0	1	1	0
PB	0,7%	0	0	1	1	0
AL	0,6%	0	0	1	1	0
RO	0,5%	0	0	1	1	0
PI	0,4%	0	0	0	0	0
TO	0,3%	0	0	0	0	0
RR	0,1%	0	0	0	0	0
AP	0,1%	0	0	0	0	0
AC	0,1%	0	0	0	0	0

Fonte: CNI – Perfil dos Estados, 2017

Neste caso, definimos 16 UF industrialmente relevantes para o PIB nacional (SP, RJ, MG, PR, RS, SC, BA, GO, PA, ES, PE, AM, CE, MT, MS e MA), isto é, com participação de pelo menos 1% no PIB industrial nacional.

Os dados relativos à *Educação* são retirados de duas fontes: as metas para o Ensino Básico (IDEB) e o acesso ao Ensino Superior.

Tabela 8: Meta IDEB (2017)

(continua)

UF	5º ano E.F.	9º ano E.F.	3º ano E.M.	Soma
SP	1	0	0	1
RJ	0	0	0	0
MG	1	0	0	1
PR	1	0	0	1
RS	0	0	0	0
SC	1	0	0	1
BA	1	0	0	1
GO	1	1	0	2
PA	1	0	0	1
ES	1	0	0	1
PE	1	1	1	3
AM	1	1	1	3
CE	1	1	0	2
MT	1	1	0	2
MS	1	0	0	1
MA	1	0	0	1
RN	1	0	0	1
DF	1	0	0	1

Tabela 8: Meta IDEB (2017)

				(continuação)
SE	1	0	0	1
PB	1	0	0	1
AL	1	1	0	2
RO	1	1	0	2
PI	1	0	0	1
TO	1	0	0	1
RR	1	0	0	1
AP	0	0	0	0
AC	1	0	0	1

Fonte: IDEB: Resultados e Metas, 2017

Quanto ao ensino Básico (Fundamental e Médio), apenas 7 unidades da federação contemplam pelo menos dois resultados positivos, isto é, das metas para o Fundamental I (5º ano), Fundamental 2 (9º ano) e Ensino Médio (3º ano). Essas UF são GO, PE, AM, CE, MT, AL e RO.

O quadro abaixo apresenta os níveis educacionais da população brasileira segundo a PNAD Contínua (IBGE) do quarto trimestre de 2019. Em partes tem apenas função ilustrativa, uma vez que dele retiraremos apenas os dados referentes ao acesso ao Ensino Superior – até mesmo porque a concentração populacional no Ensino Fundamental ou Médio, por exemplo, pode ser direcionada pela média etária populacional. Contudo, o acesso ao Ensino Superior indica uma maior capacitação técnica da população. Ainda assim, optamos por preservar os dados completos na tabela abaixo.

Tabela 9: População por níveis de educação (4º trimestre 2019)

UF	1	2	3	4	5	6	7	(continua) Soma*
Brasil	7,8	35,8	7,7	6,7	24,5	4,6	12,8	0
RO	7,6	40,9	7,3	8,1	21,9	4,2	9,9	0
AC	12,2	37,6	7,1	7,3	20,8	3,9	11,1	0
AM	8,6	36,5	6,6	7,6	25,6	4,6	10,5	1
RR	9,6	31,6	5,7	8,1	26,7	6	12,3	1
PA	8,9	42,1	8,1	7,7	22,1	3,5	7,6	0
AP	9,9	33,4	7,5	7,7	25,1	5,5	10,9	1
TO	10,2	39,3	5,9	7	22,2	4,6	11	1
MA	13,8	40,3	7,5	7,5	21,9	2,8	6,3	0
PI	12,3	43,7	6,5	6,7	18,5	3,8	8,6	0
CE	11,8	37,8	7,7	7,3	22,4	3,9	9,2	0
RN	9,9	41,1	6	7,4	20,7	4,1	10,8	0
PB	12	43,8	6	5,9	19,5	3,4	9,5	0
PE	11,1	38,8	6,5	5,5	24,5	3,6	9,9	1
AL	14,5	43,2	6,5	6,6	18,5	2,8	7,9	0
SE	9,7	43,3	5,9	7	20,8	4	9,3	0
BA	13,3	39,6	5,8	7	23,3	3,3	7,7	0
MG	6,1	39,6	8,5	6,6	23,5	4,4	11,3	0
ES	6,9	37,7	7,4	6,3	24,7	4,2	12,8	1

Tabela 9: População por níveis de educação (4º trimestre 2019)

	(continuação)							
RJ	5,2	28,9	8,3	6,3	28,9	5,8	16,7	1
SP	5,2	29,6	7,9	6,5	28,5	5	17,3	2
PR	6,7	35,6	8,6	6,8	23,5	4,5	14,3	1
SC	5,1	35	10,8	6,6	23,4	4,8	14,2	2
RS	5,1	37,3	9,7	6,3	21,9	6,1	13,6	2
MS	7,1	39,1	8	7,1	20,1	5,5	13,2	2
MT	8,3	37,6	7,1	8,7	21,5	4,8	11,9	1
GO	7,4	36,7	7,1	7,5	24	5	12,3	1
DF	5,5	25,8	6,4	5,9	24,9	6,2	25,3	2

## LEGENDA:

- 1.Sem instrução e menos de 1 ano de estudo (SI)
- 2.Ensino fundamental incompleto ou equivalente (EFi)
- 3.Ensino fundamental completo ou equivalente (EFc)
- 4.Ensino médio incompleto ou equivalente (EMi)
- 5.Ensino médio completo ou equivalente (EMc)
- 6.Ensino superior incompleto ou equivalente (ESi)
- 7.Ensino superior completo ou equivalente (ESc)

\* ESI + ESC (presença/ausência)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios Contínua trimestral

Quanto ao acesso ao Ensino Superior, consideramos a média nacional como parâmetro. As UF que apresentam o valor mínimo de 4,6% de população com Ensino Superior incompleto (média nacional) ou 12,8% de Ensino Superior completo, recebem o valor 1. Quando a UF está acima nas duas médias, valor 2. A presença de valor 1 indicou acesso médio ao Ensino Superior, correspondendo ao resultado de presença. Unidades com acesso relativamente médio ou alto são: AM, AP, DF, ES, GO, MS, MT, PE, PR, RJ, RR, RS, SC, SP e TO.

Considerando a alcance das metas do IDEB para o Ensino Básico e o acesso da população ao Ensino Superior, o quadro relativo aos índices educacionais é o seguinte:

Tabela 10: Educação – Nível Superior (2019) + Meta IDEB (2017)

UF						(continua)	
	IDEB fundamen- tal I	IDEB fundamen- tal II	IDEB Ensino Médio	Acesso ao Ensino Superior (Incomp.)	Acesso ao Ensino Superior (Comp.)	Soma	Out
SP	1	0	0	1	1	3	1
RJ	0	0	0	1	1	2	0
MG	1	0	0	0	0	1	0
PR	1	0	0	0	1	2	0
RS	0	0	0	1	1	2	0
SC	1	0	0	1	1	3	1
BA	1	0	0	0	0	1	0
GO	1	1	0	1	0	3	1
PA	1	0	0	0	0	1	0
ES	1	0	0	0	1	2	0
PE	1	1	1	1	0	4	1
AM	1	1	1	1	0	4	1
CE	1	1	0	0	0	2	0

Tabela 10: Educação – Nível Superior (2019) + Meta IDEB (2017)

								(continuação)
MT	1	1	0	1	0	3	1	
MS	1	0	0	1	1	3	1	
MA	1	0	0	0	0	1	0	
RN	1	0	0	0	0	1	0	
DF	1	0	0	1	1	3	1	
SE	1	0	0	0	0	1	0	
PB	1	0	0	0	0	1	0	
AL	1	1	0	0	0	2	0	
RO	1	1	0	0	0	2	0	
PI	1	0	0	0	0	1	0	
TO	1	0	0	1	0	2	0	
RR	1	0	0	1	0	2	0	
AP	0	0	0	1	0	1	0	
AC	1	0	0	0	0	1	0	

Fonte: IDEB: Resultados e Metas, 2017 & IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios Contínua trimestral, 2019

A calibragem da categoria de níveis educacionais seguiu os critérios de variação entre 0 e 5. Deste modo, o valor 0 foi atribuído para a variável de resultado binária das linhas que somaram entre 0 e 2, enquanto o valor 1 (presença do fenômeno) foi atribuído para as linhas que somaram entre 3 e 5, considerando-se casos positivos as unidades da federação de SP, SC, GO, PE, AM, MT, MS e o DF.

A terceira categoria de Estrutura Social, *Urbanização*, considerando-se a população rural e urbana, para o quê utilizamos o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, apresentou os seguintes dados.

Avaliamos três critérios: *Densidade demográfica*; *População em cidades* com 1.000.000 ou mais habitantes e; *População em cidades não-capitais* com 500.000 ou mais habitantes. Esse parâmetro de 1.000.000 em capitais e 500.000 habitantes em não-capitais segue o corte da Diretoria de Pesquisas – DPE e Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS do IBGE.

Quanto à Densidade, novamente seguindo as definições do IBGE, consideramos até 12.4 (“muito baixa e baixa”) como *densidade baixa* (valor ausente 0), enquanto, acima de 12.5 (“média, alta e muito alta”) como *densidade média e alta* (valor presente 1) (IBGE, 2010).

Tabela 11: Densidade populacional

			(continua)
UF	Densidade	Out	
RO	6.58	0	
AC	4.47	0	
AM	2.23	0	
RR	2.01	0	
PA	6.07	0	

Tabela 11: Densidade populacional

			(continuação)
AP	4.69		0
TO	4.98		0
MA	19.81		1
PI	12.4		0
CE	56.76		1
RN	59.99		1
PB	66.7		1
PE	89.63		1
AL	112.3		1
SE	94.35		1
BA	24.82		1
MG	33.41		1
ES	76.25		1
RJ	365.23		1
SP	166.25		1
PR	52.4		1
SC	65.29		1
RS	39.79		1
MS	6.86		0
MT	3.36		0
GO	17.65		1
DF	444.07		1

Fonte: IBGE: Censo Demográfico, 2010

A densidade foi positiva, portanto, em AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PB, PE, RJ, RN, RS, SE e SP. Sobre as cidades com mais de 1.000.000 de habitantes, tem-se o seguinte:

Tabela 12: Cidades com mais de 1 milhão de habitantes no Brasil

Posição	UF	Cidade	Habitantes
1º	SP	São Paulo	12.252.023
2º	RJ	Rio de Janeiro	6.718.903
3º	DF	Brasília	3.015.268
4º	BA	Salvador	2.872.347
5º	CE	Fortaleza	2.669.342
6º	MG	Belo Horizonte	2.512.070
7º	AM	Manaus	2.182.763
8º	PR	Curitiba	1.933.105
9º	PE	Recife	1.645.727
10º	GO	Goiânia	1.516.113
11º	PA	Belém	1.492.745
12º	RS	Porto Alegre	1.483.771
13º	SP	Guarulhos	1.379.182
14º	SP	Campinas	1.204.073
15º	MA	São Luís	1.101.884
16º	RJ	São Gonçalo	1.084.839
17º	AL	Maceió	1.018.948

Fonte: IBGE: Estimativas da População. Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Note-se que o estado de SP apresenta 3 cidades nessas condições, enquanto o RJ 2 e DF, BA, CE, MG, AM, PR, PE, GO, PA, RS, MA e AL apenas 1.

Considerando somente as cidades não-capitais, com mais ou igual a 500.000 habitantes, tem-se o seguinte:

Tabela 13: População em cidades > ou = 500.000 hab. (excluindo capitais)

Posição	UF	Cidade	Habitantes
1º	SP	Guarulhos	1.379.182
2º	SP	Campinas	1.204.073
3º	RJ	São Gonçalo	1.084.839
4º	RJ	Duque de Caxias	919.596
5º	SP	São Bernardo do Campo	838.936
6º	RJ	Nova Iguaçu	821.128
7º	SP	São José dos Campos	721.944
8º	SP	Santo André	718.773
9º	SP	Ribeirão Preto	703.293
10º	PE	Jaboatão dos Guararapes	702.298
11º	SP	Osasco	698.418
12º	MG	Uberlândia	691.305
13º	SP	Sorocaba	679.378
14º	MG	Contagem	663.855
15º	BA	Feira de Santana	614.872
16º	SC	Joinville	590.466
17º	GO	Aparecida de Goiânia	578.179
18º	PR	Londrina	569.733
19º	MG	Juiz de Fora	568.873
20º	PA	Ananindeua	530.598
21º	ES	Serra	517.510
22º	RJ	Niterói	513.584
23º	RJ	Belford Roxo	510.906
24º	RS	Caxias do Sul	510.906
25º	RJ	Campos dos Goytacazes	507.548

Fonte: IBGE: Estimativas da População. Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Neste caso, SP tem 8 cidades, RJ tem 6, MG 3 e PE, BA, SC, GO, PR, PA, ES e RS apenas 1.

Assim, os dados brutos da distribuição urbana em cidades com 1.000.000 ou mais e das cidades não-capitais com 500.000 ou mais habitantes puderam ser configurados do seguinte modo, de acordo com as unidades da federação:

Tabela 14: População em cidades > ou = 1.000.000 & População em cidades > ou = 500.000 hab. (excluindo capitais)

UF	Out (> ou = 1.000.000 hab.)	Out (> ou = 500.000 hab.)
RO	0	0
AC	0	0
AM	1	0
RR	0	0

(continua)

Tabela 14: População em cidades &gt; ou = 1.000.000 &amp; População em cidades &gt; ou = 500.000 hab. (excluindo capitais)

			(continuação)
PA	1		1
AP	0		0
TO	0		0
MA	1		0
PI	0		0
CE	1		0
RN	0		0
PB	0		0
PE	1		1
AL	1		0
SE	0		0
BA	1		1
MG	1		1
ES	0		1
RJ	1		1
SP	1		1
PR	1		1
SC	0		1
RS	1		1
MS	0		0
MT	0		0
GO	1		1
DF	1		0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A tabela de *Urbanização*, enfim, apresenta o seguinte resultado:

Tabela 15: Urbanização

UF	Densidade	Cidades	Cidades não- capitais	total	Out	(continua)
SP	1	1	1	3	1	
RJ	1	1	1	3	1	
MG	1	1	1	3	1	
PR	1	1	1	3	1	
RS	1	1	1	3	1	
SC	1	0	1	2	1	
BA	1	1	1	3	1	
GO	1	1	1	3	1	
PA	0	1	1	2	1	
ES	1	0	1	2	1	
PE	1	1	1	3	1	
AM	0	1	0	1	0	
CE	1	1	0	2	1	
MT	0	0	0	0	0	
MS	0	0	0	0	0	
MA	1	1	0	2	1	
RN	1	0	0	1	0	
DF	1	1	0	2	1	
SE	1	0	0	1	0	
PB	1	0	0	1	0	
AL	1	1	0	2	1	
RO	0	0	0	0	0	



Tabela 15: Urbanização

	(continuação)				
PI	0	0	0	0	0
TO	0	0	0	0	0
RR	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0
AC	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE – Estimativas da População, 2020.

Portanto, as unidades de SP, RJ, MG, PR, RS, SC, BA, GO, PA, ES, PE, CE, MA, DF e AL são consideradas urbanizadas.

A partir dessas análises, pudemos avaliar a Estrutura Social das 27 Unidades da Federação. Primeiramente, temos as unidades da federação com resultado positivo de Estrutura Social. Neste caso, avaliamos as pontuações dos atributos. Assim, a variável de resultado utilizada considera a soma das pontuações de cada unidade da federação, podendo variar entre 0 e 9.

Note-se que a condição Educação considerou 5 atributos possíveis, podendo variar em seis níveis (0 – 5), enquanto as demais podem variar entre quatro níveis (0 – 3). Nesse caso, optamos por uma calibragem prévia para essa categoria, a fim de deixá-la equivalente às demais. Deste modo, consideramos a seguinte distribuição para essa categoria: presença de 0 ou 1 atributo (valor 0); presença de 2 atributos (valor 1); presença de 3 atributos (valor 2); presença de 4 ou 5 atributos (valor 3).

Para gerar essa variável de resultado binária foi atribuída às linhas que somaram valores entre 0 e 4 o valor 0 (ausência do fenômeno) e para as linhas que somaram entre 5 e 9, a pontuação 1 (presença do fenômeno).<sup>20</sup>

Tabela 16: Estrutura Social

Federação	Riqueza/ Industrialização	Educação	Urbanização	Soma das pontuações	Out
SP	3	2	3	8	1
RJ	3	1	3	7	1
MG	3	1	3	7	1
PR	3	1	3	7	1
RS	3	1	3	7	1
SC	3	2	2	7	1
BA	2	1	3	6	1
GO	2	2	3	8	1

<sup>20</sup> Sobre a organização das premissas, a limitação dos atributos e a calibragem dos dados para a *mvQCA*, ver: (CRONQVIST; BERG-SCHLOSSER, 2009, p. 76-77). Também há uma descrição completa sobre calibragem de dados em Schneider e Wagemann que, apesar de tratar especificamente de *fsQCA*, pode contribuir com a compreensão da técnica (SCHNEIDER; WAGEMANN 2012, p. 32-41).

Tabela 16: Estrutura Social

						(continuação)
PA	2	1	2	5	1	
ES	2	1	2	5	1	
PE	2	3	3	7	1	
AM	2	3	1	6	1	
CE	2	1	2	5	1	
MT	2	2	0	4	0	
MS	2	2	0	4	0	
MA	2	1	2	5	1	
RN	1	1	1	3	0	
DF	1	2	2	5	1	
SE	1	1	1	3	0	
PB	1	1	1	3	0	
AL	1	1	2	4	0	
RO	1	1	0	2	0	
PI	0	1	0	1	0	
TO	0	1	0	1	0	
RR	0	1	0	1	0	
AP	0	1	0	1	0	
AC	0	1	0	1	0	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Portanto, apresentam Estrutura Social as unidades de SP, RJ, MG, PR, RS, SC, BA, GO, PA, ES, PE, AM, CE, MA e o DF. Esses dados, no entanto, também podem indicar graus distintos de Estrutura Social. Deste modo, realizamos a seguinte parametrização:

Quadro 2: Parametrização das categorias analíticas de Estrutura Social

0 – 1	2	3
NÍVEL BAIXO DE ESTRUTURA SOCIAL	NÍVEL MÉDIO DE ESTRUTURA SOCIAL	NÍVEL ALTO DE ESTRUTURA SOCIAL

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Os dados são distribuídos com pontuação 0 (nível baixo) para as unidades da federação que apresentam ausência de todos ou presença de apenas um dos atributos. As UF que receberam pontuação 1 (nível médio) são aquelas que apresentam a presença de dois atributos, enquanto as de nível alto (2) são aquelas com os três atributos. Tem-se, assim, o seguinte:

Tabela 17: Grau de Estrutura Social das Unidades da Federação

						(continua)
Federação	Riqueza/ Industrialização	Educação	Urbanização	Soma das pontuações	Resultado (Níveis)	
São Paulo	1	1	1	3	ALTO	
Rio de Janeiro	1	0	1	2	MÉDIO	
Minas Gerais	1	0	1	2	MÉDIO	
Paraná	1	0	1	2	MÉDIO	
Rio Grande do	1	0	1	2	MÉDIO	

Sul

---

Tabela 17: Grau de Estrutura Social das Unidades da Federação

(continuação)

Santa Catarina	1	1	1	3	ALTO
Bahia	1	0	1	2	MÉDIO
Goiás	1	1	1	3	ALTO
Pará	1	0	1	2	MÉDIO
Espírito Santo	1	0	1	2	MÉDIO
Pernambuco	1	1	1	3	ALTO
Amazonas	1	1	0	2	MÉDIO
Ceará	1	0	1	2	MÉDIO
Mato Grosso	1	1	0	2	MÉDIO
Mato Grosso do Sul	1	1	0	2	MÉDIO
Maranhão	1	0	1	2	MÉDIO
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	BAIXO
Distrito Federal	0	1	1	2	MÉDIO
Sergipe	0	0	0	0	BAIXO
Paraíba	0	0	0	0	BAIXO
Alagoas	0	0	1	1	BAIXO
Rondônia	0	0	0	0	BAIXO
Piauí	0	0	0	0	BAIXO
Tocantins	0	0	0	0	BAIXO
Roraima	0	0	0	0	BAIXO
Amapá	0	0	0	0	BAIXO
Acre	0	0	0	0	BAIXO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

As UF com alta Estrutura Social são SP, SC, GO e PE. Apresentam média Estrutura Social as UF de RJ, MG, PR, RS, BA, PA, ES, AM, CE, MS, MT, MA e DF. Baixa Estrutura Social é presente em 10 dos 11 menores PIBs Industriais do país, somente se excluindo o DF (RN, SE, PB, AL, RO, PI, TO, RR, AP e AC).

Em seguida, esses dados podem ser avaliados quanto aos caminhos causais, buscando-se realizar generalizações modestas acerca da Estrutura Social nas UF. Ainda que essa avaliação não nos entregue a significância da Estrutura para a Profissionalização, permite-nos avaliar melhor essa hipótese causal. A relação com a Profissionalização Política será feita após a análise dos dados Institucionais, podendo-se avaliar esses dois conjuntos em perspectiva diacrônica, com o auxílio do *process tracing*.

### 3.2.1.1 Caminhos causais da Estrutura Social

Tal como será proposto para a institucionalização, a primeira análise que fazemos é sustentada pelo software Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 3.0 (RAGIN; DAVEY,

2016).

Assim, verificamos a consistência e a cobertura das condições causais dos conjuntos. Utilizamos, para isso, os dados de resultado de cada categoria e, para o *outcome*, isto é, para o resultado de Estrutura Social, utilizamos a análise total dos atributos, neste caso, conforme a tabela 22.<sup>21</sup>

Tabela 18: Condições necessárias: estrutura social

Dimensões	Consistência	Cobertura
R/I	0.933333	0.875000
EDU	0.400000	0.750000
URB	0.933333	0.933333

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Esta avaliação de condições necessárias indica, primeiramente, a baixa consistência da condição de Educação. Riqueza/Industrialização e Urbanização são condições com maior consistência e cobertura, destacando-se a Urbanização. O conjunto dessas condições mostra-se significativo, com consistência de 1.000000, ainda que com menor cobertura que a condição de Urbanização - nesse caso, de 0.833333.

Novamente, e o que se seguirá até o final das avaliações, para a elaboração da tabela verdade, objetivando identificar padrões de suficiência e combinações de condições causais suficientes ao resultado (LEGEWIE, 2013, p. 11), optamos pela utilização do software Tosmana versão 1.6.1.0 (CRONQVIST, 2010-2019).

Tabela 19: *Truth-Table*: estrutura social

UF	R/I	EDU	URB	OUT
RN, SE, PB, RO, PI, TO, RR, AP, AC	0	0	0	0
AL	0	0	1	0
DF	0	1	1	1
RJ, MG, PR, RS, BA, PA, ES, CE, MA	1	0	1	1
AM(1), MT(0), MS(0)	1	1	0	C
SP, SC, GO, PE	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

<sup>21</sup> Em todas as avaliações pode haver a indicação de Contradições (C) pelo *software*, uma vez que, ainda que havendo presença (1) da categoria, os atributos podem ser poucos (apenas o necessário) em mais de uma categoria. Ou, de outro modo, havendo ausência (0) da categoria, os atributos podem ser próximos do necessário em mais de uma categoria. Nestes casos, o *software* aponta a dificuldade de se afirmar a ausência/presença da relação entre o conjunto e o fenômeno. No caso da tabela verdade número 19, note-se que na linha 5 existe um caso positivo para a combinação causal Riqueza/Industrialização + Educação (Amazonas), enquanto para outros dois casos essa combinação não foi suficiente. Consideramos, assim, tal combinação como não-suficiente, ainda que tenha garantido o resultado em um caso.

Destaca-se nessa tabela verdade o resultado de AM, MT e MS, em que as categorias de Riqueza/Industrialização e Educação apontavam a presença no conjunto, mas apresentou resultado Contraditório. Tal resultado é devido pela sua presença no conjunto de Educação, categoria que apresentou baixa consistência ao resultado. Assim, pode-se verificar, o Distrito Federal que está presente nos conjuntos causais de Educação e Urbanização e apresenta presença no resultado. Nesse caso, a categoria de Urbanização, de alta consistência e cobertura, contribuiu para esse resultado. RJ, MG, PR, RS, BA, PA, ES, CE e MA encontram-se nas condições causais de Riqueza/Industrialização e Urbanização, combinação que apresentou maior consistência. Já SP, SC, GO e PE encontram-se em todas as condições causais. Assim, as fórmulas mínimas para os resultados de suficiência são os seguintes:

Quadro 3: Resultados da tabela verdade de profissionalização política

Result(s):		
R/I{1} * URB{1}	+	EDU{1} * URB{1}
(SP,SC,GO,PE+RJ,MG,PR,RS,BA,PA,ES,CE,MA)		(SP,SC,GO,PE+DF)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A intersecção de Riqueza/Industrialização e Urbanização apresentou-se como causa suficiente para SP, SC, GO, PE, RJ, MG, PR, RS, BA, PA, ES, CE e MA, enquanto que a intersecção de Educação e Urbanização foi suficiente para SP, SC, GO, PE e DF.

A partir dessa observação, faz-se necessário avaliar os valores de cobertura e consistência, para verificar o peso de cada categoria individualmente, assim como as combinações. Com *software FsQCA Analysis 3.0* (RAGIN; DAVEY, 2016), que utilizamos para todas as análises desse tipo, verificamos o seguinte:

Tabela 20: *Subset/Superset Analysis*: profissionalização política (suficiência)

	Consistência	Cobertura	Combinação
R/I*EDU*URB	1.000.000	0.266667	0.513809
R/I*EDU	0.714286	0.333333	0.428174
R/I*URB	1.000.000	0.866667	0.926283
EDU*URB	1.000.000	0.333333	0.574456
R/I	0.875000	0.933333	0.931665
EDU	0.750000	0.400000	0.513809
URB	0.933333	0.933333	0.956382

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Em vista desses valores, podemos verificar a importância da condição de Urbanização para a Estrutura Social. Trata-se da única condição que, sozinha, apresenta consistência e

cobertura acima de 0.9. Contudo, também é relevante a combinação causal de Riqueza/Industrialização e Urbanização, com consistência 1.00 e cobertura de combinação de 0.92 caracterizando-se como condição suficiente.

### 3.2.2 Hipótese da Estrutura Institucional

A segunda hipótese para a profissionalização política advém da tese de um processo de institucionalização e mudanças comportamentais. Aqui se busca avaliar elementos de como a estrutura institucional acaba por determinar a trajetória das organizações da UF.

Esse conjunto também pode ser identificado a partir dos aspectos das “condições favoráveis à poliarquia” propostos por Robert Dahl, mais especificamente, de seus “sete conjuntos de condições complexas” (DAHL, 2005, p. 190-191). Destaque-se que Dahl, ainda que avaliando algumas condições favoráveis à democracia, não afirmava uma tese da modernização, ou seja, não concluía por um processo concomitante de desenvolvimento econômico e institucional. Deste modo, Dahl avalia algumas condições de múltiplas origens: institucionais, culturais, comportamentais, etc. para o estabelecimento da poliarquia.

Seus sete conjuntos são: *I.* Sequências históricas (competitividade anterior à inclusividade é mais favorável à poliarquia); *II.* Ordem socioeconômica (aspectos como o tipo da economia); *III.* Nível de desenvolvimento socioeconômico (PIB per capita); *IV.* Igualdades e desigualdades; *V.* Pluralismo subcultural; *VI.* Dominação por um poder estrangeiro; *VII.* Crenças de ativistas políticos.

Ao buscar a partir desses princípios dahlianos o estabelecimento de categorias analíticas, precisamos, de partida, abandonar alguns critérios incompatíveis com a realidade da organização política das Federações. Assim, os aspectos de igualdades e desigualdades, pluralismo subcultural, dominação por um poder estrangeiro e crenças de ativistas políticos, não apresentam relação com o objeto, uma vez que não se está avaliando uma população ou país, mas entidades sindicais. Além disso, os aspectos de ordem socioeconômica e nível de desenvolvimento socioeconômico tratam antes de elementos relacionados à consolidologia e, portanto, a elementos de Estrutura Social. Deste modo, dos aspectos propostos por Robert Dahl, utilizamos as sequências históricas, capazes de reforçar a institucionalização dos processos.

Também buscamos aspectos institucionais mais estritos. Nesse caso, consideramos as “ligações causais” propostas por Arend Lijphart (1999). O politólogo neerlandês aponta para os efeitos causais dos desenhos institucionais, incluindo o formato de representação de

interesses por grupos de interesse (típico modelo pluralista) de acordo com o modelo do sistema eleitoral. Nas palavras do autor:

[...] os sistemas eleitorais dão forma aos sistemas partidários, os quais, por seu turno, exercem forte efeito causal sobre a formação dos gabinetes, e os tipos de gabinete ainda são relacionados com a duração do gabinete. Por isso, a hipótese de que os grupos de interesse estejam relacionados com essas outras variáveis baseia-se inteiramente na correspondência conceitual entre a distinção corporativismo/pluralismo e na ampla diferença consensual/majoritário (LIJPHART, 1999, p. 206-207).

Há que se ter em conta que Lijphart trata de duas formas de “corporativismo”, que acabariam por se fundar em uma. A primeira é caracterizada por um “sistema em que grupos de interesse são constituídos em organizações nacionais de pico, especializadas, hierárquicas e monopolistas” (LIJPHART, 2011, p. 197). A segunda, definida a partir de Schmitter, trata da “incorporação dos grupos de interesse no processo decisório”, sendo chamada de “concertação” (LIJPHART, 2011, p. 197). Contudo, a concertação seria um desenvolvimento do primeiro, em que a estruturação do corporativismo primitivo serve de base para o passo da “concertação de decisões”, isto é, a para as associações que se estabelecem a partir do estímulo das entidades do sistema corporativista (LIJPHART, 2011, p. 197).

Esse corporativismo democrático ou neocorporativismo, tal qual nos sistemas pluralistas, acabaria por apresentar maior amplitude social. Retornando à importância do desenho institucional na formulação desse novo corporativismo democrático, afirma Lijphart:

Segundo a hipótese já formulada, as democracias que dispõem de maior número de gabinetes unipartidários minimamente vitoriosos são também os países que têm maior número de sistemas de grupos de interesse. Partidos com multipartidarismo maior tendem a ser menos pluralistas [isto é, com associações independentes] (LIJPHART, 2011, p. 207).

Dado que nosso objetivo é a observação de uma estrutura institucional que possa afetar os formatos das entidades do sistema corporativista, tem-se que um nível maior de multipartidarismo nas Unidades Federativas tende a reforçar o papel das Federações estruturadas pelo sistema corporativista, com menor espaço para grupos de interesses diversos.

Cabe destacar que, de acordo com a tese da profissionalização política das Federações da Indústria, em que sua natureza é modificada, passando unicamente de uma organização de entidades sindicais, representante de interesses, para uma agência com capacidade independente de ação, observa-se uma organização para além da capacidade de concertação.

O terceiro aspecto institucional avaliado é o de Manifestação de Interesses e *Decision-making*. Entendendo política como um processo de “*policy formation*”, isto é, caracterizado por *inputs-process-outputs*, Phillippe Schmitter propõe um entendimento mais alargado da “ciência do Estado”. Nessa concepção, é preciso “incluir algumas organizações anexas que intervêm regularmente ou mesmo ocasionalmente na atividade estatal; órgãos como partidos, facções, grupos de pressão, ligas conspiratórias, sociedades de economia mista, cliques militares e grupos informais” (SCHMITTER, 1965, p. 48).

Nesse contexto, David Easton apontava para a necessidade de se considerar o processo, uma vez que os próprios *inputs* considerados pelos decisores são *escolhidos* e processados. Deriva disso sua noção de “*authoritative decisions*” (EASTON, 1957, p. 389), o que Schmitter chamará de um retorno da Ciência Política ao Estado como objeto de estudo, mas Estado enquanto “processo e não como instituição” (SCHMITTER, 1965, p. 54).

Easton, à vista disso, enfatizava as demandas, entendidas como *inputs* que precisam ser selecionados, uma vez que não há como se atender a todos (EASTON, 1957, p. 387). Assim, Easton sugere a existência de dois tipos de demandas que poderão ser processadas pelos decisores: *i.* externas, oriundas de pessoas e grupos que de modo, não necessariamente organizado, as apresentam para a sociedade e *ii.* as internas, que visam uma realocação das relações políticas pelos próprios decisores (EASTON, 1957, p. 388). Deste modo, para Easton, o estudo da política envolve o quão autoritário (ou, talvez, discricionário) são tomadas as decisões (EASTON, 1957, p. 383).<sup>22</sup>

Decorre dessa observação de um decisor que opta entre demandas, e considerando a participação política de “organizações anexas”, que os próprios formatos institucionais moldados para a participação política podem ser considerados como elementos que contribuem para a transformação de entidades sindicais corporativistas em entidades políticas, capazes de ação política.

Logo, verifica-se, neste caso, a existência de Agenda Legislativa, enquanto publicização de *inputs* aos decisores estabelecidos. Porém, uma vez que enquanto justificativa de seus interesses manifestos e defesa de preferências para a sociedade, também se apresenta como *output*. Isso deve-se à percepção e que não se trata especificamente do conteúdo, sabendo que haveriam outras formas mais discretas de manifestar interesses. Porém, é uma forma “aberta”,

---

<sup>22</sup> “[...] how authoritative decisions are made and executed for a society. We can try to understand political life by viewing each of its aspects piecemeal. We can examine the operation of such institutions as political parties, interest groups, government and voting; we can study the nature and consequences of such political practices as manipulation, propaganda and violence” (EASTON, 1957, p. 383).



transparente, pública de o fazer – que pode até ser entendida como prejudicial à simples atividade de representação de interesses.

Em vista disso, definimos as três categorias dos Aspectos Institucionais pelos seguintes atributos:

Conjunto 1 (Sequências Históricas): Antiguidade de estabelecimento da Federação por UF, dividido em quatro ondas: *i.* Primeira Onda (1930 – 1940); *ii.* Segunda Onda (1950 – 1960); *iii.* Terceira Onda (1970 – 1980) e; *iv.* Quarta Onda (1990).

Conjunto 2 (Sistema Partidário ou Multipartidarismo): Nível de multipartidarismo, em que se considera um maior multipartidarismo como propiciador de maior força para a entidade corporativista: *v.* número de partidos na coligação vencedora ao governo do estado/Distrito igual ou maior que 10 (em 2014); *vi.* número de partidos na coligação vencedora ao governo do estado/Distrito maior ou igual a 10; *vii.* número de partidos na soma das coligações de 2014 e 2018 vencedoras ao governo do estado/Distrito maior ou igual a 20.

Condição 3 (Manifestação de Interesses/Decison-making): Manifestação pública de interesses e participação no processo de tomada de decisões: *viii.* publicação de ALSI; *ix.* produção de ALSI na última legislatura (4 anos) e; *x.* disponibilização (publicização) de ALSI por 4 anos na *web*.

Quanto às *Sequências históricas*, partimos do seguinte quadro com a distribuição das Federações de acordo com a década de sua fundação.

Quadro 4: Federações distribuídas por década de fundação

1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990
FIESP (SE) FIEMG (SE) FIERGS (S)	FIRJAN (SE) FIEPA (N) FIES (NE) FIBA (NE) FIEA (NE) FIEPb (NE) FIEP (S)	FIEG (CO) FIERN (NE) FIEPi (NE) FIEPe (NE) FIEMA (NE) FINDES (SE) FIEC (NE) FIESC (S)	FIEAM (N)	FIEMT (CO) FIEMS (CO) FIBRA (CO)	FIERO (N) FIEAC (N)	FIEAP (N) FIER (N) FIETO (N)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A partir dessa informação, distribuimos as entidades/UF em quatro ondas de formação, conforme quadro a seguir:

Quadro 5: Distribuição das Federações por ondas de fundação

Primeira Onda (1930 – 1940)	Segunda Onda (1950 – 1960)	Terceira Onda (1970 – 1980)	Quarta Onda (1990 – )
FIESP – SE	FIG – CO	FIEMT – CO	FIEAP – N
FIEMG – SE	FIERN – NE	FIEMS – CO	FIER – N
FIERGS – S	FIEPi – NE	FIBRA – CO	FIETO – N
FIRJAN – SE	FIEPe – NE	FIERO – N	
FIEPA – N	FIEMA – NE	FIAC – N	
FIES – NE	FINDES – SE		
FIBA – NE	FIEC – NE		
FIEA – NE	FIESC – S		
FIEPb – NE	FIEM – N		
FIEP – S			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Pode-se perceber a concentração de Federações das regiões Centro-Oeste e Norte nas últimas ondas, sendo que as únicas Federações dessas regiões fundadas nas duas primeiras ondas são as do Pará (1ª) e de Goiás e Amazonas (2ª). Isso se deve, em alguma medida, à própria formação de estados dessas regiões mais hodiernamente.

A partir dessa classificação, pudemos distribuir as Federações agregando valores a cada onda presente – sendo, assim, que as Federações fundadas na primeira onda somam 4, as da 2ª onda somam 3 e assim por diante.

Tabela 21: Sequência histórica – Antiguidade agregada

UF	Primeira Onda	Segunda Onda	Terceira Onda	Quarta Onda	Soma	(continua) Out
SP	1	1	1	1	4	1
RJ	1	1	1	1	4	1
MG	1	1	1	1	4	1
PR	1	1	1	1	4	1
RS	1	1	1	1	4	1
SC	0	1	1	1	3	1
BA	1	1	1	1	4	1
GO	0	1	1	1	3	1
PA	1	1	1	1	4	1
ES	0	1	1	1	3	1
PE	0	1	1	1	3	1
AM	0	1	1	1	3	1
CE	0	1	1	1	3	1
MT	0	0	1	1	2	0
MS	0	0	1	1	2	0
MA	0	1	1	1	3	1
RN	0	1	1	1	3	1
DF	0	0	1	1	2	0
SE	1	1	1	1	4	1
PB	1	1	1	1	4	1
AL	1	1	1	1	4	1
RO	0	0	1	1	2	0
PI	0	1	1	1	3	1
TO	0	0	0	1	1	0
RR	0	0	0	1	1	0

Tabela 21: Sequência histórica – Antiguidade agregada

						(continuação)
AP	0	0	0	1	1	0
AC	0	0	1	1	2	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No caso das Sequências Históricas não há valor zero, uma vez que todas as 27 unidades federativas têm uma Federação da Indústria. Deste modo, a calibragem desses dados seguiu a distribuição de 1 e 2 pontos, valor zero (ausência do fenômeno), enquanto 2 e 3 pontos, valor 1 (presença do fenômeno).

Apresentam-se como casos positivos de Antiguidade as entidades sindicais de SP, RJ, MG, PR, RS, SC, BA, GO, PA, ES, PE, AM, CE, MA, RN, SE, PB, AL e PI.

Os dados relativos à *Multipartidarismo* consideram as eleições de 2014 e 2018.

Tabela 22: Coligações nas eleições ao governo do estado/Distrito (2014 e 2018)

						(continua)
UF	Coligação 2014	Coligação 2018	Número (2014)	Número (2018)	Soma	
SP	PSDB, PSB, PRB, DEM, SD, PSC, PPS, PTC, PTN, PSL, PTdoB, PEN, PMN e PSDC	PSDB, DEM, PSD, PRB, PP e PTC	14	6	20	
RJ	PMDB, PP, DEM, PSD, PSC, PSDB, PPS, PSL, SD, PHS, PTN, PSDC, PMN, PTC, PRP, PRTB, PPL, PEN e PTB	PSC e PROS	19	2	21	
MG	PT, PMDB, PCdoB, PRB e PROS	Novo	5	1	6	
PR	PSDB, PROS, PSD, PSB, DEM, PPS, PSC, PR, SD, PSL, PSDC, PMN, PHS, PEN, PP, PTdoB e PTB	PSD, PSC, PRB, PR, PPS, PV, PHS, AVANTE e PODE	17	9	26	
RS	PMDB, PPS, PSD, PSB, PSDC, PSL, PHS e PTdoB	PSDB, PTB, PP, PRB, PPS, REDE e PHS	8	7	15	
SC	PSD, PMDB, DEM, PRB, PR, PSC, PSDC, PROS, PV, PDT, PCdoB e PTB	PSL	12	1	13	
BA	PT, Pcdob, PR, PMN, PDT, PP, PSD e PTB	PT, PP, PDT, PSD, PSB, Pcdob, PR, PRP, PMB, PODE, AVANTE, PMN, PROS e PTC	8	14	22	
GO	PRB, PP, PDT, PTB, PSL, PR, PPS, PHS, PMN, PTC, PV, PSDB, PEN, PSD, PT do B e PROS	DEM, PRP, PROS, PMN, PMB, PR, PSC, DC, PSL, PODE, PTC, PRTB e PDT	16	13	29	
PA	PSDB, PSC, PSD, PSB, PP, PPS, SD, PTB, PRB, PEN, PMN, PTC, PSDC, PRP e PTdoB	MDB, PR, PP, PSD, PRB, PTB, PODE, PROS, PSC, PSL, PATRI, AVANTE, PHS, DC, PMB e PTC	15	16	31	

Tabela 22: Coligações nas eleições ao governo do estado/Distrito (2014 e 2018)

(continuação)

ES	PMDB, PSDB, PROS, DEM, PEN, SD e PRP	PSB, PHS, PROS, PV, PSC, AVANTE, PTC, PSDB, PP, PCdoB, DEM, PDT, PPL, DC, SD, PRP e PSD	7	17	24
PE	PSB, PMDB, PSDB, DEM, Pcdob, PSD, PR, PPS, SD, PP, PTC, PRP, PTN, PPL, PHS, PSDC, PROS, PEN, PRTB e PSL	PSB, PCdoB, PT, MDB, PP, PV, PMN, PTC, PRP, PATRI, PRTB, PPL e SD	20	13	33
AM	PROS, SD, PEN, PSD, PSDB, DEM, PRP, PSL, PSC, PTN, PTC, PHS, PRTB, PV, PR e PT do B	PSC, PRTB e REDE	16	3	19
CE	PROS, PT, PRB, PP, PDT, PTB, PSL, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV, PEN, PPL, PSD, PCdoB, PTdoB e SD	PT, PDT, PP, PSB, PR, PTB, DEM, Pcdob, PPS, PRP, PV, PMN, PPL, PATRI, PRTB e PMB	18	16	34
MT	PDT, PP, DEM, PSDB, PSB, PPS, PV, PTB, PSDC, PSC, PRP, PSL e PRB	PMB, PHS, PRP, PSD, DEM, PTC, PDT, PSC e MDB	13	9	22
MS	PSDB, PSD, SD, PSD, PMN e DEM	PSDB, DEM, PTB, PSL, PMB, PSB, PSD, PP, PPS, PROS, PMN, Avante, SD e PATRI	6	14	20
MA	PCdoB, PSB, PSDB, PPS, PP, SD, PDT, PTC e PROS	PCdoB, PRB, PDT, PPS, PT, AVANTE, PTB, PROS, PSB, PR, DEM, PP, PATRI, PTC, SD e PPL	9	16	25
RN	PSD, PCdoB, PT, PP, PTC, PEN, PRTB, PPL e PTdoB	PT, PCdoB e PHS	9	3	12
DF	PSB, PSD, PDT e SD	MDB, Avante, PP, PSL e PPL	4	5	9
SE	PMDB, PSB, PT, PRB, PSD, PDT, PROS, PCdoB, PRTB, PSDC e PRP	PSD, PT, MDB, PP, DC, PHS e PCdoB	11	7	18
PB	PSB, PDT, PT, DEM, PRTB, PRP, PV, PSL, PCdoB, PHS e PPL	PSB, PDT, PT, DEM, PR, PTB, PRP, PODE, PRB, PCdoB, AVANTE, PPS, REDE, PMN e PROS	11	15	26
AL	PMDB, PT, PDT, PTB, Pcdob, PSD, PSC, PROS, PV, PTdoB e PHS	MDB, PT, PTB, PDT, PODE, PPS, PR, Pcdob, DEM, PHS, PV, AVANTE, PSD, PRTB, DC, PRP, PMB e PMN	11	18	29
RO	PMDB, PSB, PDT, PTB, PCdoB, PRTB, PSL, PRP e PTN	PSL	9	1	10
PI	PT, PP, PTB, PR, PHS, PROS, PRP e SD	PT, MDB, PP, PR, PTB, PCdoB, PRTB, PDT e PSD	8	9	17
TO	PMDB, PV, PT e PSD	PHS, SD, PP, DEM, PTC, PRB, AVANTE, PATRI e PROS	4	9	13
RR	PP, PTB e DEM	PSL, PTC, PRB, PRP, PROS, PSC, PPL e PATRI	3	8	11
AP	PDT, PP e PMDB	PDT, PROS, PTB, MDB, DC, PRB, PCdoB e PMB	3	8	11
AC	PT, PDT, PCdoB, PSB, PTB, PCB, PSL, PSDC, PTN, PPL, PROS, PRP, PHS e PEN	PP, PSDB, MDB, PSD, PR, DEM, PTB, SD, PPS, PMN, e PTC	14	11	25

Fonte: TSE, 2020

A partir dessas informações, consideramos as unidades da federação que apresentam 10 ou mais partidos nas coligações de 2014 e 2018, e 20 ou mais partidos na soma das eleições. Com isso, distribuímos os atributos e consideramos, para a calibragem, 0 ou 1 atributos considerados, valor 0 (ausência do fenômeno), enquanto a 2 ou 3 atributos encontrados, valor 1 (presença do fenômeno).

Tabela 23: Multipartidarismo/Corporativismo

UF	Número (2014)	Número (2018)	Soma geral	Soma atributos	Out
SP	14	6	20	2	1
RJ	19	2	21	2	1
MG	5	1	6	0	0
PR	17	9	26	2	1
RS	8	7	15	0	0
SC	12	1	13	1	0
BA	8	14	22	2	1
GO	16	13	29	3	1
PA	15	16	31	3	1
ES	7	17	24	2	1
PE	20	13	33	3	1
AM	16	3	19	1	0
CE	18	16	34	3	1
MT	13	9	22	2	1
MS	6	14	20	2	1
MA	9	16	25	2	1
RN	9	3	12	0	0
DF	4	5	9	0	0
SE	11	7	18	1	0
PB	11	15	26	3	1
AL	11	18	29	3	1
RO	9	1	10	0	0
PI	8	9	17	0	0
TO	4	9	13	0	0
RR	3	8	11	0	0
AP	3	8	11	0	0
AC	14	11	25	3	1

Fonte: TSE, 2020.

As unidades da federação que apresentam o *outcome* 1 são consideradas com alto grau de Multipartidarismo, o que tende a garantir sustentação institucional para as entidades do sistema corporativista (tenderiam a ser mais fortes). Esse é o caso de SP, RJ, PR, BA, GO, PA, ES, PE, CE, MT, MS, MA, PB, AL e AC.

A terceira dimensão avaliada dos Aspectos Institucionais é a *Manifestação de Interesses/Decision-making*. Decorre disso, a variável sobre a manifestação pública de demandas pelas Federações por UF, conforme segue na tabela abaixo.

Tabela 24: Manifestação de Interesses/Decision-making

UF	Publicação de ALSI	Produção de ALSI na última legislatura (4 anos)	Disponibilização de ALSI por 4 anos na <i>web</i>	Soma	Out
SP	0	0	0	0	0
RJ	1	1	1	3	1
MG	1	0	0	1	0
PR	1	1	0	2	1
RS	1	0	0	1	0
SC	1	1	1	3	1
BA	1	1	1	3	1
GO	1	1	0	2	1
PA	0	0	0	0	0
ES	1	1	0	2	1
PE	0	0	0	0	0
AM	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	0	0
MT	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0
MA	0	0	0	0	0
RN	1	0	0	1	0
DF	1	1	1	3	1
SE	1	0	0	1	0
PB	0	0	0	0	0
AL	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0	0
TO	1	1	0	2	1
RR	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0
AC	1	0	0	1	0

Fonte: ALSI, 2020.

Pode-se verificar, assim, as Federações das UF de RJ, PR, SC, BA, GO, ES, DF e AC com formatos capazes de apresentar publicamente demandas e defender essas preferências do mesmo modo público.

Decorre desses dados a seguinte classificação dos aspectos institucionais, a partir das somas de atributos das categorias:

Tabela 25: Aspectos Institucionais

UF	Sequências históricas <sup>23</sup>	Multipartidarismo	Manifestação de interesses/Decision-making	Soma	Out
SP	3	2	0	5	1
RJ	3	2	3	8	1
MG	3	0	1	4	0

(continua)

<sup>23</sup> As sequências históricas foram divididas em “quatro ondas”. Os valores foram agregados da primeira até a quarta. Assim, as Federações fundadas na Primeira Onda, apresentam 4 pontos (um por Onda). As fundadas na segunda, 3 pontos. Na terceira 2 e na quarta 1. A fim de padronizar os valores nesta tabela, classificamos do seguinte modo: 0 = Quarta Onda; 1 = Terceira Onda; 2 = Segunda Onda e; 3 = Primeira Onda. Estes valores apresentarão, portanto, divergência com os outcomes de Sequências Históricas, onde a Terceira Onda foi considerada com valor nulo.

Tabela 25: Aspectos Institucionais

						(continuação)
PR	3	2	2	7	1	
RS	3	0	1	4	0	
SC	2	1	3	6	1	
BA	3	2	3	8	1	
GO	2	3	2	7	1	
PA	3	3	0	6	1	
ES	2	2	2	6	1	
PE	2	3	0	5	1	
AM	2	1	0	3	0	
CE	2	3	0	5	1	
MT	1	2	0	3	0	
MS	1	2	0	3	0	
MA	2	2	0	4	0	
RN	2	0	1	3	0	
DF	1	0	3	4	0	
SE	3	1	1	5	1	
PB	3	3	0	6	1	
AL	3	3	0	6	1	
RO	1	0	0	1	0	
PI	2	0	0	2	0	
TO	0	0	2	2	0	
RR	0	0	0	0	0	
AP	0	0	0	0	0	
AC	1	3	1	5	1	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Seguindo a mesma padronização, a variável de resultado foi estabelecida com valor 0 (ausência do fenômeno) quando a soma das pontuações de cada Federação se encontra entre 0 e 4 e valor 1 (presença do fenômeno) quando a soma se encontra entre 5 e 9.

Portanto, as UF com capacidade Institucional foram as de SP, RJ, PR, SC, BA, GO, PA, ES, PE, CE, SE, PB, AL e AC. Novamente cabe avaliar essa distribuição em graus de pertencimento ao conjunto, seguindo a padronização abaixo:

Quadro 6: Parametrização das categorias analíticas de Institucionalização

0 – 1	2	3
NÍVEL BAIXO – COM BAIXA ORGANIZAÇÃO	NÍVEL MÉDIO – COM ORGANIZAÇÃO (ORGANIZADA)	NÍVEL ALTO – INSTITUCIONALIZADA

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A parametrização considera pontuação 0 (nível baixo) para aquelas entidades que apresentarem ausência ou presença de apenas uma das categorias, pontuação 1 (nível médio) para aquelas com duas e 2 (nível alto) para as UF com presença em três categorias.

Tabela 26: Grau de Institucionalização das Unidades da Federação

Federação	Sequências históricas (antiguidade)	Multipartidarismo	Manifestação de interesses/ Decision-making	Soma das pontuações	Resultado (Níveis)
São Paulo	1	1	0	2	MÉDIO
Rio de Janeiro	1	1	1	3	ALTO
Minas Gerais	1	0	0	1	BAIXO
Paraná	1	1	1	3	ALTO
Rio Grande do Sul	1	0	0	1	BAIXO
Santa Catarina	1	0	1	2	MÉDIO
Bahia	1	1	1	3	ALTO
Goiás	1	1	1	3	ALTO
Pará	1	1	0	2	MÉDIO
Espírito Santo	1	1	1	3	ALTO
Pernambuco	1	1	0	2	MÉDIO
Amazonas	1	0	0	1	BAIXO
Ceará	1	1	0	2	MÉDIO
Mato Grosso	0	1	0	1	BAIXO
Mato Grosso do Sul	0	1	0	1	BAIXO
Maranhão	1	1	0	2	MÉDIO
Rio Grande do Norte	1	0	0	1	BAIXO
Distrito Federal	0	0	1	1	BAIXO
Sergipe	1	0	0	1	BAIXO
Paraíba	1	1	0	2	MÉDIO
Alagoas	1	1	0	2	MÉDIO
Rondônia	0	0	0	0	BAIXO
Piauí	1	0	0	1	BAIXO
Tocantins	0	0	1	1	BAIXO
Roraima	0	0	0	0	BAIXO
Amapá	0	0	0	0	BAIXO
Acre	0	1	0	1	BAIXO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

As UF com alta Institucionalização são as de RJ, PR, BA, GO e ES. Com média Institucionalização são as de SP, SC, PA, PE, CE, MA e AL. Nessas duas posições são 12 unidades, ante 15 com baixa Institucionalização.

### 3.2.2.1 Caminhos causais da Estrutura Institucional

A análise das causas necessárias, realizada por meio do *software* Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 3.0 (RAGIN; DAVEY, 2016), indica o seguinte:



Tabela 27: Condições necessárias: aspectos institucionais

Dimensões	Consistência	Cobertura
SEQ	0.928571	0.684211
MULTI	0.857143	0.800000
MI/DM	0.428571	0.750000

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Verifica-se, a partir dessa análise, que a única categoria com consistência acima de 0.9 é a de Sequências Históricas (antiguidade), contudo, com uma cobertura que, ainda que maior que 0,5, é de apenas 0.68. Quando se as avalia conjuntamente, a consistência é de 1.00, mas a cobertura é ainda menor: 0.58, mas novamente acima de 0.5, conforme proposto por LEGEWIE (2013).

Para a análise de suficiência, recorreremos, novamente ao software Tosmana (CRONQVIST, 2010-2019). Dele derivamos a seguinte tabela verdade:

Tabela 28: *Truth-Table*: aspectos institucionais

UF	SEQ	MULTI	MI/DM	OUT
RO, RR, AP	0	0	0	0
DF, TO	0	0	1	0
MT(0), MS(0), AC(1)	0	1	0	C
MG(0), RS(0), AM(0), RN(0), SE(1), PI(0)	1	0	0	C
SC	1	0	1	1
SP(1), PA(1), PE(1), CE(1), MA(0), PB(1), AL(1)	1	1	0	C
RJ, PR, BA, GO, ES	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Quanto aos aspectos institucionais, destacam-se os resultados contraditórios (C), que são encontrados em três linhas. Primeiramente, na terceira linha, o alto Multipartidarismo garantiu o resultado positivo para o estado do Acre, mas não foi suficiente para os estados do MT e MS. Na quarta linha, a condição de Sequência histórica (antiguidade) foi suficiente para a Federação sergipana, contudo, não-suficiente para as unidades de MG, RS, AM, RN e PI. A combinação causal Sequências históricas + Multipartidarismo foi suficiente para as unidades de SP, PA, PE, CE, PB e AL, mas não suficiente para o Maranhão, sendo considerada contraditória por isso.

Deste modo, as únicas combinações causais suficientes para a Institucionalização são Sequências históricas + Manifestação de interesses/Decision-making e a conjunção das três categorias. Assim, a generalização modesta para a institucionalização é apresentada na seguinte conjunção mínima:

Quadro 7: Resultados da tabela verdade de institucionalização

Result(s):
SEQ{1} * MI/DM{1} (RJ,PR,BA,GO,ES+SC)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Entretanto, verifica-se a necessidade da avaliação pormenorizada das conjunções. Considerando os valores de cobertura e consistência e, assim, o peso de cada categoria e das combinações, por meio do *software FsQCA Analysis 3.0* (RAGIN; DAVEY, 2016), tem-se o seguinte:

Tabela 29: *Subset/Superset Analysis*: institucionalização (suficiência)

	Consistência	Cobertura	Combinação
SEQ*MULTI*MI/DM	1.000.000	0.357143	0.594619
MULTI*MI/DM	1.000000	0.357143	0.594619
SEQ*MULTI	0.916667	0.785714	0.873008
SEQ*MI/DM	1.000.000	0.428571	0.651372
MULTI	0.800000	0.857143	0.828079
MI/DM	0.750000	0.428571	0.531843
SEQ	0.684211	0.928571	0.631891

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

As condições, quando consideradas individualmente, não apresentam consistência significativa. Contudo, nas quatro conjunções possíveis encontram-se acima de 0.9. Entretanto, a única conjunção com cobertura maior que 0.5 é a de Sequências históricas + Multipartidarismo. A conjunção causal de Sequências históricas + Manifestação de interesses/ Decision-making apresenta, na combinação, o valor de 0.65. Deste modo, podemos identificar uma institucionalização com muitas contradições e com baixa cobertura.

### 3.2.3 Considerações acerca do índice de profissionalização política e dos dois conjuntos causais

O primeiro aspecto avaliado, da profissionalização política, indicou a importância de algumas condições, como a presença de Departamentos Legislativos e Departamentos de Assuntos Sociais. Entretanto, pudemos definir a partir dessa análise, que a produção e publicização de Agenda Legislativa Subnacional da Indústria, entendida como uma exposição da Federação, o que se relaciona à *transparência*, foi condição suficiente para a

profissionalização política, encontrada em todos os casos positivos de média e média alta profissionalização e infrequente nos demais.

Aspectos referentes à *sistematização* e *enraizamento* também se mostraram importantes, sendo que em todos os casos com algum grau de profissionalização política, ainda que diletante, pelo menos um desses atributos foi encontrado: Departamentos Legislativos e Departamentos de Assuntos Sociais – o que, apensar de sugerir sua necessidade, não é verificado em casos peculiares, como o da Fieac.

Os outros dois conjuntos são apresentados no esforço de identificar as causas do processo. Nesse caso, a QCA serviu de princípio para o próximo passo: a identificação dos mecanismos causais. Até aqui, pudemos identificar a relação estrutural alusiva à indústria das unidades federativas, assim como suas relações institucionais. Identificamos as causas necessárias da Estrutura Social, que são as condições de Urbanização e Riqueza/Industrialização, e suficientes, indicadas pelo conjunto causal da Riqueza/Industrialização + Urbanização.

No caso da hipótese da Institucionalização, a causa necessária é caracterizada pelas Sequências Históricas, isto é, pela Antiguidade de estabelecimento da Federação. Quanto às causas suficientes, os dados são menos seguros, havendo baixa cobertura para o conjunto causal consistente de Sequências Históricas + Manifestação de Interesses/Decision Making ou para Sequências Históricas + Multipartidarismo.

O próximo passo, portanto, apresentado no capítulo seguinte, compreende a identificação dos mecanismos causais do processo observado de profissionalização política das entidades sindicais do sistema corporativista industrial no âmbito subnacional. Para isso, temos essas duas hipóteses, da Estrutura Social e da Institucionalização, e utilizaremos, para essa finalidade, o método do *process tracing*. O capítulo seguinte retomará, portanto, esses dados para a análise dos mecanismos causais.

#### 4 MECANISMOS CAUSAIS DA PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: AVALIAÇÃO DO PROCESSO PELO *PROCESS TRACING*

*"Diante de alguns fatos inexplicáveis deves tentar imaginar muitas leis gerais, em que não vês ainda a conexão imprevista de um resultado, um caso e uma lei, esboça um raciocínio que te parece mais convincente do que os outros. Experimentas aplicá-lo em todos os casos similares, usá-lo para daí obter previsões, e descobres que adivinhaste. Mas até o fim não ficarás nunca sabendo quais predicados introduzir no teu raciocínio e quais deixar fora. E assim faço eu agora. Alinho muitos elementos desconexos e imagino as hipóteses. Mas preciso imaginar muitas delas, e numerosas são tão absurdas que me envergonharia de contá-las."*

(ECO, 1980)

Quando se trata de pesquisas não-estatísticas, alguns equívocos sobre sua compreensão são comuns, sobretudo quando as consideram como meras partes introdutórias às correlações estatísticas. Esse equívoco é destacado por Bent Flyvbjerg, que apresenta a possibilidade de utilização desses métodos, sustentados no princípio científico básico da refutabilidade. Deste modo, parte-se do exemplo clássico de Karl Popper, que, em seu famoso axioma, afirma que a existência de um único cisne negro refutaria a generalização indutiva de que “todos os cisnes são brancos” (FLYVBJERG, 2011, p. 306).<sup>24</sup> Com isso, queremos afirmar que a

---

<sup>24</sup> “The case study is ideal for generalizing using the type of test that Karl Popper called “falsification,” which in social science forms part of critical reflexivity. Falsification is one of the most rigorous tests to which a scientific proposition can be subjected: If just one observation does not fit with the proposition, it is considered not valid generally and must therefore be either revised or rejected. Popper himself used the now famous example of “All swans are white,” and proposed that just one observation of a single black swan, that is, one deviant case, would falsify this proposition and in this way have general significance and stimulate further investigations and theory building. The case study is well suited for identifying “black swans” because of its in-depth approach: What appears to be “white” often turns out on closer examination to be “black.” Deviant cases and the falsifications they entail are main sources of theory development, because they point to the development of new concepts, variables, and causal mechanisms, necessary in order to account for the deviant case and other cases like it” (FLYVBJERG, 2011, p. 306).

complementaridade de métodos não reflete uma concepção hierárquica de métodos em que um positivismo típico do século XIX estaria no topo do progresso científico. A utilização de ferramentas distintas serve, efetivamente, para a investigação de diferentes manifestações de um objeto, naturalmente complexo.

A ciência política tem um de seus marcos metodológicos no trabalho de King, Keohane e Verba (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Esses autores destacaram a importância do rigor nas pesquisas de cunho qualitativo, objetivando-se escapar de modelos meramente descritivos ao invés de desenhos de pesquisa rigorosos (MAHONEY, 2010, p. 120). Em sua exposição, destacam a necessidade, tanto para pesquisas quanti, como para quali, para se obter uma pesquisa com critérios de cientificidade, de:

- a) se buscar inferências em bases empíricas;
- b) apresentar (publicizar) os procedimentos metodológicos;
- c) compreender os graus de incerteza dos resultados que os dados apontam; e
- d) seguir rigorosamente as regras que o método impõe (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

Contudo, por vezes, a mesma proposta de King, Keohane e Verba culmina num engessamento das pesquisas qualitativas em ciências sociais ao sugerir as normas de base das regressões como única forma de pesquisa rigorosa (MAHONEY, 2010).

John Garring também propôs um olhar diverso para as pesquisas qualitativas. Nesse contexto, o que está posto é o formato de pesquisa que o fenômeno exige. Assim, um maior número de casos certamente contribui para uma pesquisa mais segura do ponto de vista metodológico, contudo, por vezes isso não é possível, dada a singularidade do objeto (GERRING, 2001). Isso faz com que a combinação de variados elementos para observação torne-se, segundo o autor, importante, uma vez que o procedimento possibilita análise de variações mesmo num único caso (GERRING, 2001). Portanto, a pesquisa qualitativa surge como uma possibilidade de não se negligenciar o objeto dada tal limitação – e é aí que se encontra sua particularidade (GERRING, 2001).

James Mahoney afirma que King *et. al.* compreendiam o *process tracing* como um método para busca por variáveis intervenientes, indicando os “passos intermediários”, entretanto sem capacidade de produção de alguma inferência causal (MAHONEY, 2010, p. 123). Desse modo, o *process tracing* representaria apenas uma ferramenta descritiva, com a finalidade de iniciar uma pesquisa. Contudo, afirma Mahoney, essa ferramenta pode apresentar possibilidades mais amplas. Nesse contexto, o autor apresenta a *causal-process observation*

(CPO), que corresponde a um método que busca informações sobre o contexto, o processo ou mecanismo, caracterizando, assim, processos causais (MAHONEY, 2010). A CPO não se limita, necessariamente, a um caso particular, mas decorre de uma sistematização de variáveis (MAHONEY, 2010).

Mahoney sugere várias possibilidades de uso de uma CPO. Um dos caminhos possíveis, e em qual o método é útil a esta pesquisa, condiz ao *trajeto do teste de teoria*, culminando nos mecanismos causais (da profissionalização política) (MAHONEY, 2010, p. 126). Especificamente, buscamos *observar mudanças no ambiente* das Federações. Consideramos que da capacidade de observação dos múltiplos casos possa confirmar ou desafiar expectativas anteriores elencadas da teoria (MAHONEY, 2010, p. 128).

Deste modo, temos em vista as duas hipóteses para a profissionalização política: *H1*. a modernização a partir da estrutura social e; *H2*. a transição e consolidação a partir dos formatos institucionais.

Cabe, antes, destacar que o *process tracing* caracteriza-se por uma “descrição cuidadosa”, uma vez que propõe a montagem de um “quebra-cabeças”, mas não se trata de uma narrativa, pois objetiva inferências causais, juntando processos explicativos (COLLIER, 2011; HÉRITIER, 2008). Do mesmo modo, não se trata de historiografia, pois trata-se de uma “explicação causal via referência a mecanismos causais hipotéticos” (BENNETT; CHECKEL, 2015, p. 3).

Assim, torna-se capaz de explicar para além das evidências de mudanças de valores nas variáveis, estabelecendo correlações, mas de identificar a causação, ao reconhecer evidências de mecanismos, isto é, como os mecanismos produzem o efeito. Ainda assim, não se trata de apresentar as causas e o efeito, mas de identificar os processos causais ou mecanismo causal. Portanto, identificar como as partes se conectam para gerar o resultado.

Mecanismo causal é processo causal, e não causa. É como partes se conectam para gerar resultado, ou, como definem Bennett e Checkel, permite uma “[...] análise de evidências sobre processos, sequências e conjunturas de eventos dentro de um caso, com o objetivo de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que podem explicar causalmente o caso” (BENNETT; CHECKEL, 2015, p. 7-8).

A técnica do *process tracing* que utilizamos remete a uma CPO de mecanismos, uma vez que visa observar características no ambiente (especialmente interior) das Federações, a própria medição das categorias, apresentando seus mecanismos causais, além de poder falsear a própria premissa – de que há organização profissional do empresariado reunido nas

Federações. Além disso, seu uso visa ajustar a compreensão acerca dos resultados, evitando que permaneçam os mal-entendidos dos resultados e a equifinalidade ou multicausalidade.

Como se observa os mecanismos intervenientes do processo pode haver uma confusão com os termos. Assim, não se trata de uma variável interveniente como nas análises com regressão analítica. Trata-se de identificar uma “evidência diagnóstica”, por meio dos “eventos observáveis que intercedem entre causas hipotéticas e os efeitos observados” (BENNETT; CHECKEL, 2015, p. 7).

A CPO, conforme Mahoney, trata de retirar inferências a partir de “evidências de diagnóstico”, instantâneos em uma sequência de eventos (MAHONEY, 2012, p. 2). Dessa maneira, sua utilidade se encontra na avaliação das próprias hipóteses descritivas e explicativas. Trata-se de uma avaliação das hipóteses causais, seguindo uma “*conceptual typology*”, caracterizada por descrever os fenômenos em análise (COLLIER; LaPORTE; SEAWRIGHT, 2012, p. 218-226).

Nesse sentido, David Collier sugere um rastreamento de um processo longitudinal e que visa à análise causal de determinados processos, sustentados numa descrição cuidadosa e na confrontação de hipóteses contrafactuais. Collier traça um paralelo entre essa técnica e o trabalho do detetive de Conan Doyle, Sherlock Holmes, na história do Estrela de Prata (Silver Blaze) (COLLIER, 2011).

Essa última proposta de Collier sugere que uma *descrição minuciosa* (“*careful description*”) é fundamental, sendo que os detalhes devem ser considerados – o que a pesquisa quantitativa não consegue captar –, além das *fatias transversais* (“*cross-sectional slices of reality*”), isto é, detalhes sincrônicos que buscaremos não negligenciar, ainda que se apresente uma proposta predominantemente diacrônica.

Esse trabalho de detetive é realizado em quatro etapas ou quatro testes de necessidade e suficiência, cada qual como uma pista, até a quarta, uma prova incontestável do “crime”. Collier parte da descrição estática, neste caso, da apresentação do caso, ou seja, de um processo iniciado com uma causa que culmina em um efeito, para avaliar a sequência de eventos que interligam essas causas aos seus efeitos (COLLIER, 2011, p. 823).

Sua realização precisa considerar três tipos de variáveis: as variáveis independentes se caracterizam pelas causas que levarão a um resultado, as intervenientes são os procedimentos que transformam as causas em algum efeito e as dependentes caracterizam-se pelo engate da causa com o efeito, culminando em sua concretização.

Os testes seguem hierarquicamente uma gama de avaliações mais ou menos seguras para a identificação dos mecanismos causais, sendo que os dois primeiros apontam causas necessárias, enquanto os dois últimos causas suficientes para o efeito. O primeiro teste é um *Straw-in-the-wind*. Considera-se que, quando a hipótese passa por essa avaliação, tem-se o enfraquecimento das hipóteses rivais, ainda que não sua anulação. Assim, afirma a relevância da hipótese, mas não a confirma (COLLIER, 2011, p. 826). O segundo é um *Hoop Test*. Considera-se que se a hipótese “passa pelo aro”, tem-se reforçada a necessidade da hipótese sugerida, porém, ainda não se pode confirmá-la (COLLIER, 2011, p. 827). A confirmação se dá pelo *Smoking Gun Test*, contudo, somente se elimina hipóteses rivais pelo teste de *Doubly Decision* (COLLIER, 2011, p. 827-828).

No exemplo do quebra-cabeças do caso Silver Blade, Sherlock Holmes, analisando a descrição oficial, considera algumas hipóteses iniciais. Contudo, após buscar evidências analisando a cena do crime, propõe uma sequência explicativa em que se tem as seguintes partes: primeiramente, (variáveis independentes) que os eventos foram iniciados (H1) a partir de um caso amoroso envolvendo o treinador morto do cavalo desaparecido, John Straker, e (H2) de que a cadeia de eventos foi iniciada na casa do treinador. As variáveis intervenientes, isto é, o processo, pode ser explicado, então, pelo (H3) sequestro do cavalo pelo próprio treinador, (H4) pelo plano do treinador em prejudicar o cavalo favorito na corrida do dia seguinte e (H5) pela tentativa de Straker de cometer o ferimento no cavalo. Decorre disso, a possibilidade de três variáveis dependentes, (H6) que o intruso da noite do crime no haras, Fitzroy Simpson matou Straker, (H7) que Straker tirou a própria vida ou (H8) que o cavalo matou Straker com um coice (COLLIER, 2011, p. 836).

O *Straw-in-the-wind* é identificado a partir de uma conta que Straker carregava no bolso, de um caro vestido, ignorado por sua esposa. Esse dado apenas aponta a possibilidade de um custoso caso amoroso envolvendo Straker que poderia motivá-lo a cometer um crime por dinheiro, entretanto, não elimina outras hipóteses, apenas sugerindo uma relação entre causas e efeitos para Holmes. Além disso, o fato de ninguém ter escutado o cachorro latir pode indicar que o cavalo foi sequestrado por um conhecido, o que indica a H3, sem, contudo, confirmá-la (COLLIER, 2011, p. 826).

O *Hoop Test* poderia reforçar a hipótese causal de Holmes, caso as demais não passassem pela “argola”, apresentando uma causa necessária. Contudo, no exemplo do fictício crime pensado por Sir. Conan Doyle, esse teste não é nada conclusivo, pois é incerto quanto a H6, e não pode tratar das demais. Isso ocorre pois Simpson poderia ter matado Straker, uma



vez que se encontrava no lugar do crime e teria um objeto que poderia ser a arma do crime. Por outro lado, Simpson aparentava não ser ameaçador e o golpe dado em Straker deveria ser realizado com uma arma pesada, fazendo dessa conclusão um mero *Straw-in-the-wind* (COLLIER, 2011, p. 826).

O terceiro teste, de *Smoking Gun* confirma a H2, de que uma cadeia de eventos iniciada na casa do treinador seria uma causa suficiente para sua morte. Esse teste também sugere a H4, uma vez Straker pegou uma lâmina muito fina e precisa para incisões, ao invés de uma arma melhor para se defender, na hipótese de que saíra para lutar com um invasor. Portanto, esses eventos deixam Straker com a “arma fumegante nas mãos” (COLLIER, 2011, p. 827).

Por fim, o caso é desvendado com o *Double decision*. Nesse caso, a hipótese rival da H6 é eliminada, uma vez que o ópio utilizado para drogar o cuidador do estábulo foi aplicado no caminho entre a casa de Straker e o estábulo e não poderia ter sido posto sem algum cuidado para disfarçá-lo, retirando a suspeita de Simpson. Straker também não poderia ter tirado a própria vida, uma vez que não poderia ter se dado um golpe tão forte com suas armas. Portanto, o teste comprova a H8, que a única possibilidade restante é de um golpe dado pelo cavalo em um treinador disposto a feri-lo, devido ao susto que teve com as luzes dos fósforos usados por Straker para ter visão da discreta incisão que pretendia causar no cavalo (COLLIER, 2011, p. 828).

Autores como Ricks e Liu (2018) sugerem alguns passos anteriores aos quatro testes, objetivando apresentar as hipóteses causais rivais – o que é fundamental para se “montar o quebra-cabeças”. Neste ponto, destacamos a identificação das hipóteses teoricamente orientadas, incluindo-se as hipóteses “rivais” (RICKS; LIU, 2018, p. 2).

Assim, para a análise do resultado da profissionalização política, buscamos encontrar H1. que a existência de uma estrutura social garantiu a profissionalização das Federações ou H2. que os arranjos institucionais e comportamentais são responsáveis por essa profissionalização.

#### 4.1 EXPLICAÇÃO CAUSAL DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA

A primeira hipótese, da tese condicionalista, seria caracterizada pela identificação de que riqueza/industrialização da Unidade Federativa e/ou mais nível educacional da população

da Unidade da Federação e/ou mais urbanização seriam causas necessárias e/ou suficientes para a profissionalização política.

A segunda hipótese, da tese da consolidologia, afirma que sequências históricas (antiguidade) da Federação e/ou mais multipartidarismo e/ou mais manifestação de interesses/decision making seriam causas necessárias e/ou suficientes para a profissionalização política.

A sequência de eventos apresentada como hipótese causal, contudo, é retirada dos resultados das avaliações dessas teses, ou seja, da estrutura social e institucional, encontrados no capítulo anterior. Ainda assim, o uso do *process tracing* permite que avaliemos as diversas conjunções possíveis.

Essas seriam, no caso da hipótese da estrutura social, constituídas por: (h1) Riqueza/Industrialização aumenta (h4) arrecadação, que, então, aumenta a independência da entidade, levando (h7) à profissionalização política. Ou (h2) Níveis Educacionais da população aumentam (h5) valorização da democracia/transparência, que (h7) leva à profissionalização política das Federações. Ou, ainda, (h3) a Urbanização aumenta (h6) a importância da indústria para economia local, aumentando o prestígio da Federação, levando (h7) à profissionalização política.

Para o caso da hipótese 2, da estrutura institucional, a sequência seria explicada do seguinte modo: (h1) Sequências históricas aumentam (h4) tempo de organização, levando (h7) à profissionalização política. Ou, (h2) Multipartidarismo aumenta (h5) abarca grupos diversos e reforça instituições de base corporativista, levando (h7) à profissionalização. Ou, (h3) a Manifestação de interesses/decision making aumenta (h6) a capacidade de organização em relação à política das entidades sindicais, levando (h7) à profissionalização política.

Contudo, essas sequências apresentam algumas hipóteses rivais, uma vez que pudemos retirar da avaliação pela QCA, realizada no capítulo anterior, a hipótese causal. Assim, como visto naquele capítulo, a QCA nos indicou como sendo dados mais seguros aqueles relativos às categorias de estrutura social. Mais especificamente, apresentou como categorias necessárias para a estrutura social a combinação causal de Riqueza/Industrialização + Urbanização, e como causas suficientes, a combinação de Riqueza/Industrialização + Urbanização ou, apenas, Urbanização. Deste modo, a construção dessa hipótese estática considera a importância da condição de Urbanização para a profissionalização política.

A hipótese rival, retirada da teoria e avaliada pela QCA, originou-se do conjunto de estrutura institucional. Nesse caso, ainda que com valores inferiores aos de estrutura social,

apresentou-se como causa necessária para a institucionalização as Sequências Históricas. Enquanto causa suficiente, a combinação de Sequências Históricas + Multipartidarismo ou Sequências Históricas + Manifestação de interesses/Decision making. Deste conjunto, portanto, as Sequências Históricas são tidas como fundamentais para o processo de profissionalização política.

Deste modo, podemos apresentar essas hipóteses já avaliadas pela QCA a serem analisadas pelo *process tracing*. Duas sequências são avaliadas, então, conforme os seguintes quadros. Note-se que cada uma recebe nova numeração.

Quadro 8: Sequência de eventos da H1 (*Estrutura Social*)

Variáveis Independentes	Variáveis Intervenientes	Variáveis Dependentes
H1 – Riqueza/Industrialização H2 – Urbanização	H4 – Aumenta arrecadação H5 – Aumenta importância local da Federação	H6 – Profissionalização política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A hipótese consolidologista é definida do seguinte modo:

Quadro 9: Sequência de eventos da H2 (*Estrutura Institucional*)

Variáveis Independentes	Variáveis Intervenientes	Variáveis Dependentes
H1 – Sequências históricas	H2 – Aumentam tempo de organização	H3 – Profissionalização política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A avaliação dessas hipóteses rivais visa, para além de apresentar a relação causal entre os conjuntos, isto é, uma análise dos efeitos das configurações de Estrutura Social e Institucionalização para o processo de profissionalização política, considerando tratar-se de uma causalidade conjuntural múltipla, desenvolver uma avaliação dos mecanismos causais da profissionalização política.

#### 4.1.1 (Re)construção das hipóteses causais

A primeira sequência de eventos, a sequência condicionalista, é definida pela possibilidade de que (h1) Riqueza/Industrialização aumenta (h4) a arrecadação, enquanto a (h2) Urbanização, aumenta (h5) a importância local da Federação, aumentando, por sua vez, a independência da entidade, levando (h6) à profissionalização política.

É sabido que o PIB industrial define o orçamento das Federações. Assim, quanto maior o parque industrial de uma Unidade Federativa, maior será a arrecadação da entidade sindical. Isso se deve ao formato do financiamento que perdurou até 2017. Ainda que, após essa data essa contribuição sindical patronal se tornou facultativa, perdurou durante décadas, vigorando durante a maior parte do período analisado (até 2018). Além disso, mantém-se a possibilidade de financiamento facultativo, e um parque industrial capitalizado tem mais recursos para dispende. Ademais, uma fonte de recursos abundante das Federações, ainda que não destinado a atividade de defesa de interesses, é proveniente do sistema S. Essa contribuição social das empresas, chega ao caixa das entidades diretamente da Receita Federal.

Essas considerações não deixam de ser *Straws-in-the-wind*, uma vez que sugerem a necessidade de um PIB pujante para a profissionalização, ainda que não se possa suspender as demais hipóteses e, tampouco, confirmá-la em definitivo.

Assim, a seguir retomamos o quadro de graus de organização das Federações comparando essa distribuição com o peso do PIB nacional.<sup>25</sup> Os 10 maiores PIB industriais nacionais são considerados altos, os 10 últimos, Baixos, enquanto que os 7 intermediários são médios. Recorde-se que a avaliação de Riqueza/Industrialização considerou aquelas UF com PIB Industrial superior a 1%. Neste caso, encontram-se as Unidades de PIB Alto e Médio (desde SP até RN).

Tabela 30: Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x PIB Industrial

(continua)

Federação	Grau de profissionalização política	PIB Industrial
São Paulo	MÉDIO BAIXO	ALTO
Rio de Janeiro	MÉDIO ALTO	ALTO
Minas Gerais	MÉDIO	ALTO
Paraná	MÉDIO ALTO	ALTO
Rio Grande do Sul	MÉDIO	ALTO
Santa Catarina	MÉDIO ALTO	ALTO
Bahia	MÉDIO ALTO	ALTO
Goiás	MÉDIO ALTO	ALTO
Pará	MÉDIO BAIXO	ALTO
Espírito Santo	MÉDIO ALTO	ALTO
Pernambuco	BAIXO	MÉDIO
Amazonas	MÉDIO BAIXO	MÉDIO
Ceará	MÉDIO BAIXO	MÉDIO
Mato Grosso	MÉDIO BAIXO	MÉDIO
Mato Grosso do Sul	MÉDIO BAIXO	MÉDIO

<sup>25</sup> Os dados das tabelas a seguir são oriundos das avaliações apresentadas no capítulo 3. Assim, as tabelas apresentam os resultados daquelas avaliações. As referências dos dados, como, por exemplo, os valores do PIB Industrial, apresentam-se naquelas tabelas.

Tabela 30: Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x PIB Industrial

		(continuação)
Maranhão	BAIXO	MÉDIO
Rio Grande do Norte	MÉDIO	MÉDIO
Distrito Federal	MÉDIO ALTO	BAIXO
Sergipe	MÉDIO BAIXO	BAIXO
Paraíba	BAIXO	BAIXO
Alagoas	BAIXO	BAIXO
Rondônia	MÉDIO BAIXO	BAIXO
Piauí	MÉDIO BAIXO	BAIXO
Tocantins	MÉDIO	BAIXO
Roraima	MÉDIO BAIXO	BAIXO
Amapá	BAIXO	BAIXO
Acre	MÉDIO	BAIXO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Quando observamos as UF com maior peso no PIB Industrial nacional, verificamos a correspondência com parte das Federações da Indústria organizadas politicamente. Dentre as Federações com organização média alta ou média (RJ, MG, PR, RS, SC, BA, GO, ES, RN e DF, TO e AC), não se encontram entre os dez maiores PIBs industriais nacionais apenas as Federações do Distrito Federal, Tocantins e Acre.

Além disso, entre esses dez maiores PIBs, somente duas Federações não apresentam elevada profissionalização política: SP e PA. O caso mais emblemático é, sem dúvidas, o da Federação paulista, uma vez que esse estado representa mais de 30% do PIB Industrial brasileiro, enquanto a segunda maior fatia, o Rio de Janeiro, representa cerca de 10%.

A definição de necessidade poderia ser sustentada na seguinte proposição: todas as Federações com médio alto ou médio grau de profissionalização política são encontrados em UF com alto ou médio PIB Industrial. Caso não houvesse outra condição causal necessária, poderíamos definir essa condição (neste primeiro caso, o PIB industrial) também como suficiente. Não obstante, casos como o de PE eliminam a possibilidade de se considerar o PIB industrial/Riqueza como causa suficiente, uma vez que se trata de uma UF com médio PIB industrial com uma Federação com profissionalização nula (baixa).

Tem-se, no entanto, que apesar da forte relação encontrada, não se pode definir, pelo critério da refutabilidade, o PIB Industrial como causa necessária, dado haverem duas Federações de UF com médio alto PIB Industrial, incluindo SP com cerca de 30% do PIB Industrial nacional, sem profissionalização. Além disso, os casos do DF, TO e AC também não corroboram com essa hipótese, uma vez que, em UF de baixo PIB industrial, apresentam elevada profissionalização, incluindo o DF, com média alta profissionalização política.

Quanto à Urbanização, sugerimos que possa estar relacionada à importância da Indústria, e, conseqüentemente, da Federação da Indústria para a localidade e para a UF. Tal relação estaria coadunada com a possibilidade de tratar-se de uma economia industrial, não agrícola – ainda que a presença do setor de serviços possa eliminar essa hipótese. A tabela abaixo apresenta essa relação:

Tabela 31: Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x Urbanização (continua)

Federação	Grau de profissionalização política	Urbanização
São Paulo	MÉDIO BAIXO	SIM
Rio de Janeiro	MÉDIO ALTO	SIM
Minas Gerais	MÉDIO	SIM
Paraná	MÉDIO ALTO	SIM
Rio Grande do Sul	MÉDIO	SIM
Santa Catarina	MÉDIO ALTO	SIM
Bahia	MÉDIO ALTO	SIM
Goiás	MÉDIO ALTO	SIM
Pará	MÉDIO BAIXO	SIM
Espírito Santo	MÉDIO ALTO	SIM
Pernambuco	BAIXO	SIM
Amazonas	MÉDIO BAIXO	NÃO
Ceará	MÉDIO BAIXO	SIM
Mato Grosso	MÉDIO BAIXO	NÃO
Mato Grosso do Sul	MÉDIO BAIXO	NÃO
Maranhão	BAIXO	SIM
Rio Grande do Norte	MÉDIO	NÃO
Distrito Federal	MÉDIO ALTO	SIM
Sergipe	MÉDIO BAIXO	NÃO
Paraíba	BAIXO	NÃO
Alagoas	BAIXO	SIM
Rondônia	MÉDIO BAIXO	NÃO
Piauí	MÉDIO BAIXO	NÃO
Tocantins	MÉDIO	NÃO
Roraima	MÉDIO BAIXO	NÃO
Amapá	BAIXO	NÃO
Acre	MÉDIO	NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Neste caso, todas as Federações com profissionalização média alta apresentam elevados índices de Urbanização, ainda que o mesmo não ocorra para aquelas de média profissionalização. Entretanto, as Federações de SP, PA, PE, CE, MA e AL, ainda que em Unidades da Federação urbanizadas, não apresentam elevada profissionalização política. Deste modo, a hipótese pode ser considerada necessária quando se considera a média alta profissionalização política.

É possível perceber alguma proximidade entre os resultados da relação entre o PIB Industrial ou Riqueza/Industrialização e Urbanização. Isso pode ser explicado pela própria

construção da hipótese, de importância da Indústria para a localidade. Contudo, o caso do DF (com Alta profissionalização, fatia do PIB industrial baixo e altamente urbanizado) aponta para que não tanto o peso da riqueza industrial, mas da importância da indústria para a economia local tem maior peso. Esse dado está, portanto, antes relacionado com a Urbanização do que com a Riqueza/PIB – ou, ainda, tomadas no conjunto, tal como sugerido pela QCA. Podemos, deste modo, considerar a Urbanização senão ainda como uma *Double decision*, uma vez que é preciso avaliar a hipótese institucionalista, uma *Smoking gun* nas mãos da profissionalização política, indicando a necessidade para os casos de média alta profissionalização.

Alagoas, Maranhão e Pernambuco impedem que se tome a Urbanização como causa suficiente, uma vez que se tratam de UF com Urbanização e Federações com profissionalização nula.

Voltemos à segunda sequência de eventos, a sequência consolidologista. Neste caso, tem-se que as (h1) Sequências históricas, ou a Antiguidade de estabelecimento da Federação aumenta (h2) o tempo de organização política, culminando na (h3) sua profissionalização política.

Quanto às Sequências históricas, a relação do tempo e da organização se estabelece tanto sobre a consolidação da entidade sindical na Unidade Federativa enquanto representante legal da Indústria local, quanto sobre sua organização interna, uma vez que pesa o tempo de estabelecimento e formação de vínculos, tradições e lealdades.

As últimas Federações a serem estabelecidas foram as da região Norte. Essa região também se caracteriza por concentrar os últimos estados a serem emancipados no país. Suas Federações remontam, via de regra, às décadas de 1980 e 1990.

A mais antiga Federação da região é a Fiepa, em funcionamento desde 1949 (Fiepa). Seu objetivo, afirmam, era o de superar a indústria baseada na exploração de matérias-primas, sobretudo a borracha (Fiepa). Em seguida, instituiu-se a Fieam, que data de 1960. Seu estabelecimento, entretanto, relaciona-se com a defesa de interesses de empresários ligados ao ramo do processamento de “[...] matérias-primas regionais, com destaque para as serrarias, usinas de beneficiamento de borracha, de castanha e de curtume, fabricação de calçados, bebidas e panificação” (FIEAM).

O estado do Acre não se destaca nacionalmente pelo tamanho de sua indústria. Forjado pela exploração da borracha, viu o declínio dessa indústria ao longo do século XX. Por muito tempo, não apresentou o mínimo de cinco sindicatos patronais, exigência legal para que uma Federação fosse estabelecida. A pequena indústria presente no estado era representada, em vista

disso, pela Federação do Amazonas (Fieam). O primeiro sindicato patronal no estado data somente de 1985, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Acre (Sinduscon), representante da, ainda hoje, maior indústria acreana. Somente em 1988, a Federação das Indústrias do Estado do Acre foi fundada (Fieac).

As Federações do Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins também são posteriores à redemocratização, mas cabe lembrar que esses estados são relativamente novos (em status de estado) e também remetem a fins da década de 1980.

Apenas Rondônia elevou-se a estado no início da década, em 1982. Sua Federação foi instituída em 1986, abrangendo 20 sindicatos patronais (Fiero). A Federação do Amapá (Fieap) foi fundada em 1990. Contudo, desde 2013 não mantém atividades (CNI). Roraima, como o Amapá, era considerado um Território da União até 1988. Sua indústria também era representada pela Fieam. Em 1987, foi instalado um Senai em Boa Vista. Posteriormente, em 1991, foi instituída a Federação das Indústrias do Estado de Roraima (SENAI-RR). O estado do Tocantins foi o último a ser emancipado no Brasil, com a Constituinte de 1988. Sua Federação data de 1992 (Fieto).

A região Centro-Oeste também apresenta um estabelecimento relativamente novo do sistema de representação corporativista da Indústria. Com a nova capital, Brasília, fundada em 1960, a região recebeu maior destaque político. Assim, em 1972, foi estabelecida a Federação do Distrito Federal, em Brasília (Fibra). Contudo, a Federação mais antiga da região é a goiana, estabelecida em 1950. Goiás é um estado de destaque na economia nacional e já no período colonial, além de representar o 8.º PIB Industrial do país. No Mato Grosso, a Federação Estadual da Indústria data de 1976, enquanto a do Mato Grosso do Sul, estado desmembrado e elevado a essa condição somente em 1979, data do mesmo ano da fundação do estado (Fiems).

As Federações da região Nordeste do Brasil tiveram o sistema implementado sobretudo no final dos anos de 1940 e na década de 1950. Em 1945, foi criada a Delegacia Regional do Senai para os Estados da Bahia e Sergipe (Fies), que marca o início do estabelecimento do sistema representativo na região.

A reunião dos cinco sindicatos patronais que permitiram o estabelecimento da Federação sergipana, e sua conseqüente instituição, deu-se em 1948 (Fies). Também em 1948 fundou-se a Federação baiana (Fiba). Um ano antes, em 1947, foi fundada por meio de Carta Ministerial, a Federação alagoana (Fiea). Em 1949, foi a Federação da Paraíba, que, no entanto, filiou-se à CNI somente em 1957 (Fiepb). A Federação potiguar foi fundada em 1953 (Fiern).



A Fiepi foi instituída em 1954, contando hoje com 27 sindicatos associados (Fiepi). Em 1950, fundou-se a Federação do Ceará (Fiec).

Com base numa indústria têxtil, o setor cearense conseguiu os cinco sindicatos patronais e teve o reconhecimento da Federação pelo Ministério do Trabalho em 1950. Pernambuco teve a Federação reconhecida em 1953 e o Maranhão em 1956.

As duas demais regiões marcam o início dessa representação no país. A própria CNI fundou-se a partir de Federações estaduais, marcadamente do centro-sul do país. Em 1938, ainda chamada CIB, Confederação Industrial do Brasil, unia as Federações de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (CNI).

A Federação paulista foi fundada por empresários ligados à Associação Comercial de São Paulo e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo passou a ser assim nomeada em 1931. CIESP e FIESP estiveram separados inicialmente, mas se reuniram após o Estado Novo (Fiesp).

A Federação do Rio de Janeiro sofreu uma série de mudanças em sua nomenclatura. Isso deveu-se, sobretudo à mudança da Capital Federal para Brasília. Contudo, em 1941 sua estrutura já estava instituída, chamada à época de Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF). A atual nomenclatura passou a ser utilizada somente em 1975, tendo passado por Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIDF) e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) (Firjan).

A Federação mineira também remonta à década de 1930, sendo estatuída em 1933. A Federação capixaba foi a última da região a ser fundada, em 1958.

No Sul, a Federação gaúcha é uma das mais antigas do país, tendo sua história atada à 1930, quando foi fundado o Centro da Indústria Fabril (Cinfa). Posteriormente, o Cinfa passou a ser chamado de Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS). Em 1937, com a legislação da representação industrial criada no Estado Novo, instituiu-se a Federação do estado (Fiergs). As demais Federações da Região Sul foram fundadas em 1944, a do Paraná (Fiep) e em 1950 a de Santa Catarina (Fiesc).

A relação entre a Antiguidade ou Sequências históricas pertinentes e a profissionalização política pode ser vista na seguinte tabela:

Tabela 32: Grau de profissionalização política das Federações da Indústria x Sequências históricas

Federação	Grau de profissionalização política	Sequências históricas (Antiguidade)
São Paulo	MÉDIO BAIXO	SIM
Rio de Janeiro	MÉDIO ALTO	SIM
Minas Gerais	MÉDIO	SIM
Paraná	MÉDIO ALTO	SIM
Rio Grande do Sul	MÉDIO	SIM
Santa Catarina	MÉDIO ALTO	SIM
Bahia	MÉDIO ALTO	SIM
Goiás	MÉDIO ALTO	SIM
Pará	MÉDIO BAIXO	SIM
Espírito Santo	MÉDIO ALTO	SIM
Pernambuco	BAIXO	SIM
Amazonas	MÉDIO BAIXO	SIM
Ceará	MÉDIO BAIXO	SIM
Mato Grosso	MÉDIO BAIXO	NÃO
Mato Grosso do Sul	MÉDIO BAIXO	NÃO
Maranhão	BAIXO	SIM
Rio Grande do Norte	MÉDIO	SIM
Distrito Federal	MÉDIO ALTO	NÃO
Sergipe	MÉDIO BAIXO	SIM
Paraíba	BAIXO	SIM
Alagoas	BAIXO	SIM
Rondônia	MÉDIO BAIXO	NÃO
Piauí	MÉDIO BAIXO	SIM
Tocantins	MÉDIO	NÃO
Roraima	MÉDIO BAIXO	NÃO
Amapá	BAIXO	NÃO
Acre	MÉDIO	NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Verifica-se, que entre as Federações com média alta ou média profissionalização política, novamente, tal como visto sobre a Riqueza/PIB Industrial, Distrito Federal, Tocantins e Acre não apresentam Sequências históricas (antiguidade). Neste caso, o DF, com média alta profissionalização, não permite que se considere as Sequências históricas como causa necessária nem para as Federações de Alta profissionalização.

Quanto à suficiência, a Antiguidade é encontrada em 10 casos sem profissionalização política média alta ou média: SP, PA, PE, AM, CE, MA, SE, PB, AL e PI. Portanto, também não se trata de uma causa suficiente.

Tem-se, assim, que elementos da tese condicionalista, mais especificamente a Urbanização, apresentam-se mais seguros, indicando-se como mecanismo causal necessário para a média alta profissionalização. Ainda que não encontramos outra hipótese assim, não sugerimos uma *Double decision*, uma vez que pode haver multifinalidade ou equifinalidade.

Não obstante, esses resultados sugerem a importância da estrutura social para o desenvolvimento do processo de profissionalização política, o que indica a importância da

estrutura criada no Estado Novo, garantidora de condições econômicas e sociais capazes de impulsionar esse desenvolvimento dessas entidades que já traziam significativa autonomia de representação de interesses. Essas condições prévias podem, mesmo, serem compreendidas como capazes de possibilitar que as Federações extrapolassem sua função de representação de interesses para uma ação política mais ampla.

## 5 FORMATOS INSTITUCIONAIS E PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA DAS FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA

*" Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês."*

(MARX, 2008)

Pode-se afirmar que o acompanhamento legislativo e a produção de Agenda Legislativa Subnacional da Indústria aumentaram desde a década de 2000. A Confederação Nacional da Indústria iniciou a divulgação da sua Agenda Legislativa em 1996 (MANCUSO, 2007). A produção da Agenda Nacional é realizada a partir de consultas às Federações subnacionais e “Associações Setoriais de caráter nacional”, reunidas no Seminário RedIndústria (REDINDÚSTRIA). Nos anos seguintes, algumas Federações estaduais começaram a divulgar o acompanhamento sobre as Assembleias Legislativas de seus respectivos estados – encetado pela Federação do Espírito Santo (2003) e pelas Federações do Rio de Janeiro e Paraná (2005).

As Federações subnacionais da indústria fazem parte do mesmo sistema corporativista, integrando e contribuindo na indicação de temas/proposturas e no acompanhamento desses projetos da Agenda Nacional (ALI-CNI). Para isso, compõem a RedIndústria.

Essas entidades subnacionais podem encontrar maior facilidade em atuar politicamente, uma vez que a CNI representa um conjunto de diversas Federações. Isso pode ser verificado no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em que a CNI foi mais parcimoniosa em tomar uma posição (contra ou a favor do processo) do que Federações, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (HARTMANN, 2017).

Nesse contexto de acompanhamento e posicionamento em relação ao processo legislativo, iniciado pela CNI ainda nos anos de 1990, algumas Federações subnacionais passaram a acompanhar o processo legislativo nas respectivas Assembleias/Câmara Legislativas. Seguindo o modelo da CNI, as primeiras Agendas estaduais que podem ser

encontradas são do início dos anos 2000. No quadro a seguir, pode-se ver a situação de produção dessas ALSI.

Quadro 10: Agendas subnacionais produzidas pelas Federações

(continua)

REGIÃO	FEDERAÇÕES								
CO	DF: divulga desde 2008 até 2017	GO: divulga desde 2005 até 2013 (última)	MT: não divulga	MS: não divulga					
NE	AL: não divulga	BA: 2013 até 2018 ininterruptamente	CE: não divulga	MA: não divulga	PB: não divulga	PE: não divulga	PI: não divulga	RN: houve divulgação somente da Agenda de 2014 (primeira)	SE: não divulga, mas afirmar em 2014
NO	AC: não divulga, mas informa produzir ALSI desde 2011	AP: não divulga	AM: não divulga	PA: não divulga	RO: não divulga	RR: não divulga	TO: produz Agenda desde 2006, mas disponibiliza desde 2007. Porém com algumas lacunas (2010 e 14, 15 e 16).	SUFRA MA (Zona Franca de Manaus) afirma que haverá em 2019 Agenda da Amazônia.	
SE	ES: publicou entre 2003 e 2009	MG: divulga somente 2015.	RJ: disponível somente 2015, 16, 17 e 18. Porém, na Agenda de 2015 há informação da existência de Agendas ininterruptas desde 2005	SP: não divulga					

Quadro 10: Agendas subnacionais produzidas pelas Federações

(continuação)

S	PR: divulga desde 2005 até 2018, porém não houve publicação o em 2015 e 2016	RS: divulga apenas a de 2017.	SC: produz desde 2008 até 2018. Disponív el somente desde 2012.						
---	--	-------------------------------	---	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Dividindo-se por ano de início de publicação e divulgação eletrônica das ALSI, tem-se o quadro seguinte. Antes, contudo, cabe informar que nem todas essas Federações publicizam esse material pela internet ou, mesmo, fisicamente. Um exemplo é a Firjan, que produz ALSI desde 2005, mas só permite o acesso das últimas edições (desde 2014), que estão disponíveis em seu site (FIRJAN). Desse modo, o seguinte quadro considera o acesso à informação, seja pelo acesso à própria Agenda ou por informação de existência de Agendas anteriores pelas próprias Federações (sobretudo nas seções pré-avaliativas das ALSI). Registre-se que a disponibilidade de ALSI, isto é, a possibilidade de acesso pela *web*, das Agendas é um item do *índice* que se refere à *transparência* das ações políticas das Federações.

Quadro 11: Produção e divulgação de ALSI por quinquênio

Até 2005	Entre 2005 e 2010	Após 2010	Sem divulgação
Espírito Santo (2003); Goiás, Paraná e Rio de Janeiro (2005).	Tocantins (2006); Distrito Federal e Santa Catarina (2008).	Acre (2012); Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Sergipe (2014).	Alagoas; Amapá; Amazonas; Ceará; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Pará; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Rondônia; Roraima; São Paulo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Entre essas Federações, algumas chamam a atenção por não publicarem Agendas, sobretudo pelo peso do PIB Industrial e Urbanização da UF, e da sua Antiguidade. Esse é o caso de Pará e Amazonas na região Norte, sendo que no Amazonas existe uma Zona Franca Industrial regulamentada desde 1967 (SUFRAMA, [s.d.]), o que faz crer haver alguma tradição industrial (recorde-se que essas Federações remetem seu estabelecimento às décadas de 1940 e 60 respectivamente).

Para o ano de 2018, a Federação e o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Fieam e Cieam) divulgam estarem a produzir uma Agenda Legislativa Regional da Indústria (ALRI), não apenas estadual, mas da região da “Amazônia Ocidental e da Amazônia Legal”. Sobre a extensão, afirmam dever-se ao âmbito de jurisdição da Suframa, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, autarquia que administra a Zona Franca de Manaus e vinculada, até 2018, ao extinto Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (LOPES, 2018). Por um lado, isso demonstra o interesse em desenvolver uma Agenda Legislativa Regional da Amazônia, de esfera supraestadual, por outro, aponta para um desenvolvimento tardio de Agenda Regional ou estadual para uma região industrializada, talvez, mesmo, devido ao apego às decisões insuladas da Suframa em relação ao Executivo.

O mesmo vale para Ceará e Pernambuco na região Nordeste, estados significativos no PIB industrial nacional e de alta Urbanização, além de terem Federações estabelecidas precocemente e que não divulgam ALSI. Outras Federações de UF, com características semelhantes, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, apresentam somente uma ALSI, sem disponibilizar informações suficientes sobre seu acompanhamento do processo legislativo – o que denota, pelo menos, baixa *transparência*.

Contudo, o caso mais curioso e emblemático de *não-Agenda* é o da Federação de São Paulo, que representa, de longe, o estado com maior participação no PIB Industrial, altamente urbanizado, além de tratar-se de uma das primeiras Federações do país, remetendo à década de 1930. Esse caso é emblemático pois pode indicar um acompanhamento do processo legislativo estadual unicamente sem *transparência* (indicando interesse pelo *locus* subnacional, mas não contemplando um ponto essencial à profissionalização política), inclusive por dispor de um departamento com a função de acompanhamento legislativo – o Departamento Jurídico (FIESP).

Apenas oito Federações não apresentam Departamentos Legislativos ou correlatos, PA, PE, MS, MA, PB, AL, RO e AP. Portanto, mais uma vez, assim como nos casos anteriores, a explicação de não apresentar ALSI pode estar na baixa *transparência* do acompanhamento e da ação política da entidade. Não desconsideramos, também, os casos de baixa ou nula profissionalização.

A *transparência*, contudo, como postulado desde as proposituras desta pesquisa, é um aspecto fundamental da profissionalização política das Federações. Não obstante, obviamente, não se trata do único. Deste modo, da não divulgação do acompanhamento legislativo não deriva a não realização do mesmo. Uma Federação pode fazer um acompanhamento interno,

sem divulgá-lo. Assim, somente pela a inexistência de ALSI, não podemos afirmar estarmos diante de uma fragilidade quanto ao acompanhamento e a defesa de interesses, mas, podemos afirmar estarmos diante de um caso de baixa *transparência* (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2016).

A Fiesp apresenta, dentre as funções de seu Departamento Jurídico, a responsabilidade de acompanhar o processo legislativo, como se manifesta em sua *web page*:

[...] alterações do ordenamento jurídico nacional, com o fito de identificar e apontar situações de interesse do setor industrial. Propor soluções para os problemas encontrados. Agir em busca da garantia de um ambiente legal favorável à instalação e ao desenvolvimento da atividade empresarial (FIESP).

Suas ações vão no sentido de

Análise crítica de leis, projetos, anteprojetos, normas e regulamentos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos interesses da indústria, propondo emendas e alterações quando necessário. Encaminhamento de pleitos às autoridades e órgãos do Poder Público, solicitando alteração de normas ou procedimentos. Elaboração de pareceres, estudos e trabalhos técnicos. Distribuição do Informativo Jurídico, com alterações legislativas e notas de interesse (Setor de Referência Jurídica). Propositura e acompanhamento de medidas judiciais para a defesa do setor industrial (FIESP).

Verifica-se, portanto, uma maior preocupação com o âmbito nacional pela Fiesp, ainda que não se possa afirmar que negligencie alterações no ordenamento que possam ser significativas aos seus interesses no âmbito estadual. Não obstante, a Fiesp, como sabido, representa o maior PIB industrial entre as Federações estaduais, o que a põe em situação privilegiada, relativamente à sua presença e recursos que pode utilizar para exercer pressão. Portanto, sua presença extrapola o ambiente estadual, despontando como importante entidade de ação nacional.

A Federação do Pará divulga organizar-se em cinco conselhos temáticos, cada qual com “[...] oito participantes, entre industriais, representantes de sindicatos e pessoas indicadas por associações setoriais da indústria” (FIEPA). Cabe registrar que isso não significa que a Federação não acompanhe projetos de seu interesse, mas que não atua em nível institucional de modo *manifesto*, sendo que o acompanhamento e a tomada de decisões podem ocorrer diretamente entre os membros de sua diretoria. De qualquer modo, uma vez que se avalia sua estrutura institucional, burocratizada e, nesses termos, *profissional*, não se enquadra no esperado.

O mesmo ocorre com a Fiepe, a Federação de Pernambuco, que possui os seguintes departamentos: Infraestrutura: “Tem como prioridade a busca por melhorias na infraestrutura



do Estado”; Meio Ambiente: “Voltado para o debate sobre práticas socioambientais na produção industrial”; Relações Institucionais: “Criado para potencializar a representatividade em assuntos que tenham impacto no setor produtivo”; Comitê de Defesa: “Lançado com o objetivo de identificar oportunidades de negócios entre as Forças Armadas e as indústrias de Pernambuco”; e Comitê de Jovens Empresários: “Focado na integração e desenvolvimento de novas lideranças visando o progresso econômico, social e político de Pernambuco” (FIEPE).

A Federação amazonense, ainda que não tenha publicado ALSI, possui uma coordenadoria de Assuntos Legislativos e Tributários (FIEAM, 2015). O mesmo ocorre na Federação cearense, com o Conselho de Assuntos Legislativos (FIEC). A Federação mato-grossense possui a Unidade Estratégica de Defesa de Interesses e Relações Sindicais (UEDIRS), que entre suas assessorias conta com uma Assessoria Legislativa. A FIEMT assume como função dessas assessorias estratégicas a realização de “[...] ações voltadas ao desenvolvimento associativo e a defesa de interesses da indústria” (FIEMT).

A Federação sul-mato-grossense também não conta com um Departamento Legislativo institucionalizado. Sua organização compreende seis Conselhos: Conselho Temático Permanente de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Conselho Temático Permanente de Relações do Trabalho; Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social e Empresarial; Conselho Temático Permanente da Micro e Pequena Empresa Industrial; Conselho Temático Permanente de Infraestrutura; e Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente (FIEMS).

Também a Federação maranhense não conta com um Departamento de Assuntos Legislativos. Sua atuação se dá nos seguintes eixos: Formação de Líderes e Executivos Sindicais; Gestão Sindical; Inteligência Sindical; e Prestação de Serviços (FIEMA). Também não possuem departamentos legislativos as Federações paraibana (FIEPB), alagoana (FIEA), rondoniense (FIERO), roraimense, que dispõe de um Conselho de Responsabilidade Social e Relações Trabalhistas; de Micro e Pequena Empresa, Economia e Política Industrial e de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Energia e Infraestrutura (FIER); e amapaense (FIAP). A Federação piauiense, por sua vez, também dispõe de um Conselho de Assuntos Legislativos (FIEPI).

As Federações com produção de ALSI por, pelo menos, quatro anos ininterruptos, ou seja, pelo tempo mínimo de uma legislatura, são: Fieac, Fiba, Fibra, Findes, Fieg, Fiep, Firjan, Fiesc e Fieto.

Aquelas que produziram ALSI ininterruptamente na última legislatura, ou seja, apresentam produção atual e institucionalizada, foram: Fiba, Fibra, Firjan e Fiesc.

Outro ponto avaliado foi a presença de Departamentos de Assuntos Sociais ou correlatos. Tratam-se de departamentos institucionalizados, que apresentam alguma proposta de políticas públicas, para além de ações esporádicas de “responsabilidade social”. Caracterizam a manifestação de ações políticas dirigidas à sociedade.

As Federações que não dispõem desse tipo de unidade são as de MG, SC, PE, AM, MA, DF, SE, PB, AL, PI, TO, RR e AP. Novamente, a não-presença desses departamentos se concentra entre Federações de UF com menor PIB Industrial, Urbanização e Antiguidade, ainda que essa não seja uma regra, dado, sobretudo, as Federações de MG, SC, PE e AM.

A Federação de São Paulo afirma ter uma área de atuação em responsabilidade social, mas que propõe uma “agenda propositiva” em temas diversos, sustentando uma visão de desenvolvimento de políticas públicas (FIESP). Desse modo, verifica-se que sua ação extrapola intervenções esporádicas, mas representa um departamento estruturado institucionalmente com uma função direcionada à sociedade.

A Firjan estabeleceu sua Assessoria de Responsabilidade Social em 2000. Oferece apoio legal e de consultoria ao desenvolvimento de ações na área (FIRJAN). A Federação mineira mantém somente suas atividades relacionadas ao sistema S, mas não apresenta um Departamento para Assuntos Sociais.

No Paraná, mantém-se um Conselho Temático de Desenvolvimento das Cidades e Regiões, que atua nas cidades do estado por meio de projetos de desenvolvimento local. Também conta com um Conselho Temático de Responsabilidade Social (FIEP).

A Federação gaúcha explica do seguinte modo seu Conselho:

Conselho de Cidadania (CIDADANIA) desenvolve projetos de mobilização e ações empresariais facilitando a inserção das entidades representativas de classe, empresas, empresários e sociedade civil na área de Responsabilidade Social. O objetivo é apoiar e fortalecer as iniciativas do Terceiro Setor no combate à fome, à violência e à miséria (FIERGS).

Os critérios para ações em relação à sociedade (opinião pública) são, portanto, cumpridos. No estado de Santa Catarina, a Fiesc concentra sua atuação no “associativismo” (sindical), sendo que demais ações concentram-se no sistema S (FIESC).

O Conselho de Responsabilidade Social da Federação baiana (CORES) atua em relação às Secretarias de Estado como da Cultura, Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e Educação

(FIBA). A Federação goiana expõe do seguinte modo as ações de sua área de Responsabilidade Social:

- Disseminação da cultura de Responsabilidade Social Empresarial;
- Realização de cursos e eventos para capacitação de técnicos e gerentes para atuar na área de responsabilidade social;
- Publicação semestral da Revista CORES de Responsabilidade Socioambiental;
- Desenvolvimento de projetos e discussão de novas perspectivas no âmbito da Responsabilidade Social;
- Articulação com o Fórum de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência e/ou Reabilitada pelo INSS (FIEG).

Dessa forma, atua relativamente a órgãos de Estado, assim como publica ações e preferências sobre políticas. No Pará, também é o Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores) que exerce as funções de atuação em relação à sociedade, promovendo e defendendo políticas nesse sentido (FIEPA). O mesmo ocorre com a Findes (FINDES).

A Fiepe concentra sua atuação na Indústria, sem apresentar sistematicamente e não pontualmente, para além do sistema S, ações de Conselho de Responsabilidade Social (FIEPE). O mesmo ocorre com a Fieam (FIEAM). No Ceará (FIEC) e Mato Grosso (FIEMT), existem CORES – Coordenadorias de Responsabilidade Social. No Mato Grosso do Sul, a CORES recebe o nome de Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social e Empresarial (FIEMS).

A Federação maranhense não conta com um Departamento de Assuntos Sociais (FIEMA). No Rio Grande do Norte, a CORES é chamada de Comissão Temática (FIERN). A Fibra (Distrito federal), a Fies (Sergipe), a Fiepb (Paraíba) e a Fiea (Alagoas) não apresentam Departamento de Assuntos Sociais.

A Federação do estado de Rondônia não apresenta Departamento de Assuntos Sociais. Contudo, mobiliza-se em torno de um projeto que corresponde ao que consideramos direcionamento à sociedade. Trata-se do Movimento Rondônia pela Educação. Sobre esse movimento, a Fiero afirma que seu foco é “[...] engajar o poder público e a sociedade no compromisso pelo efetivo direito das crianças e jovens à uma educação básica de qualidade” (MOVIMENTO RONDÔNIA PELA EDUCAÇÃO). A Federação expõe suas metas como:

- Integrar escola, família e sociedade no movimento de melhoria da qualidade da educação enfatizando o protagonismo dos alunos para atingir 100% das escolas no nível adequado;
- Zerar o analfabetismo entre os trabalhadores de Rondônia;
- Promover 70% de escolaridade básica completa dos trabalhadores da indústria;
- Reduzir 80% da evasão escolar identificada no estado;

Implantar o observatório educacional de Rondônia;  
 Implantar projeto de formação para gestores escolares com vistas à gestão para resultados;  
 Rever a formação de professores integrando teoria e prática nas licenciaturas (MOVIMENTO RONDÔNIA PELA EDUCAÇÃO).

Conseqüentemente, o Movimento Rondônia pela Educação procura se direcionar para a sociedade (opinião pública), apresentando propostas de políticas educacionais e de formação de pessoas (até mesmo gestores escolares), o que está em consonância com a noção de *inside lobby*.

A Federação do Piauí (Fiepi) e a Federação do Tocantins (Fieto) também não apresentam Departamentos de Assuntos Sociais ou correlato permanente. A Federação de Roraima, ainda que tenha um Departamento de Responsabilidade Social e Relações Trabalhistas, sua atuação se dá relacionada às relações trabalhistas, entendendo a responsabilidade social nesse aspecto (FIER, 2013).

Na Federação do Amapá (Fieap) não há informações sobre Departamento de Assuntos sociais. A Federação acreana (Fieac), por sua vez, mantém um Conselho Temático de Responsabilidade Social (FIEAC).

A busca por Departamentos de Assuntos Sociais deveu-se, primeiramente, pela forte presença de Coordenadorias de Responsabilidade Social (CORES), em grande parte das Federações, o que indica uma característica institucional, nesta pesquisa tratada como parte do processo de profissionalização das Federações.

Uma crítica possível a essa avaliação seria a de que políticas de desenvolvimento industrial poderiam representar *inside lobby* (KANOL, 2014), enquanto que Assuntos Sociais não necessariamente defenderiam ideias ou valores das entidades visando pressionar a opinião pública (tendo como alvo os decisores). A questão é que a defesa de interesses industriais já está avaliada na própria existência de Departamentos Legislativos e da Agenda Legislativa Subnacional da Indústria. Não obstante, os Departamentos de Assuntos Sociais remetem a ações direcionadas à sociedade, em que há uma proposta de políticas públicas (sociais, educacionais etc.) para além de mão de obra qualificada para as indústrias representadas, como é missão das iniciativas do sistema S, como o SENAI – que, por isso mesmo, foi excluído da análise. Trata-se, assim, de um critério de *enraizamento* (DAZA, 2005) dessas Federações.

Quanto à disponibilização de suas ALSI de modo público e irrestrito, pela *web*, a Federação fluminense (que tem ALSI desde 2005) disponibiliza suas quatro últimas. A Fiep disponibiliza todas suas Agendas desde 2005, com interrupção na produção em 2015 e 16. A Fiesc disponibiliza todas desde 2012, ainda que tenha números anteriores. A Agenda goiana é

disponibilizada, porém foi produzida entre 2005 e 2013. A Fiba disponibiliza todas desde 2013. A Fines produziu a primeira ALSI, em 2003, mas não divulga desde 2009, quando encerrou essa publicação. A Fibra disponibiliza todas as suas ALSI, desde o primeiro volume (2008). A Fieto divulga desde 2006, com lacunas em 2014, 2015 e 2016.

Sobre a produção de pareceres das ações realizadas no período anterior (ALSI anterior), verifica-se que apenas a Federação catarinense apresenta uma seção correspondente em suas ALSI. Nelas, antes da apresentação das proposituras acompanhadas se faz um resgate das proposituras anteriormente examinadas. Isso é exposto por meio de gráficos, que apresentam percentualmente as posições tomadas ano a ano pela Federação, o número de proposições acompanhadas, além dos os temas (FIESC).

Entretanto, o destaque dá-se à apresentação das ações. Por exemplo, na ALSI de 2017, afirma-se que:

O aumento no número de proposições com posicionamento divergente levou a um debate técnico aprimorado com os parlamentares e suas assessorias, possibilitando resultados mais positivos, na medida em que os subsídios encaminhados pela FIESC às proposições foram incorporados aos textos legislativos na forma de emendas (ALIESC, 2017).

Algumas ações relativas à tramitação de PLs são apresentadas. Exemplifica sua atuação em ações relativas ao PL 300/2015, que tratava de alterações nos valores de multas a transgressões às normas sanitárias. A Fiesc informa que “[...] manifestou o posicionamento divergente, encaminhando, ainda assim, sugestões para o aprimoramento [da legislação]” (ALIESC, 2017).

A Fiesc apresenta suas preferências, destacando as áreas de maior preocupação e ação. Na mesma ALSI, destaca os motivos para um maior acompanhamento de temas relativos à área ambiental:

Embora o quadro político-econômico apresente um cenário desfavorável, importantes iniciativas parlamentares contribuíram para a melhoria no ambiente de negócios, como a simplificação da obtenção de licenças ambientais, conferindo agilidade ao processo que ainda segue as rígidas normas estabelecidas para a proteção ao meio ambiente. Nesta Agenda Legislativa, as proposições com essa temática se destacaram, exigindo uma atenção maior da indústria catarinense (ALIESC, 2017).

Ainda que não se possa estar diante de todas as ações promovidas pela Federação, tem-se a preocupação com a *transparência*, ou seja, com a exposição de um parecer sobre suas ações aos interessados – sem restrições para os dados.

## 5.1 PADRÕES DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO SUBNACIONAL

Para além dos resultados verificados a partir da avaliação das hipóteses, parece importante, antes das considerações finais, apresentar um panorama dos padrões de acompanhamento do processo legislativo subnacional realizado pelas Federações. Não com o objetivo de mensurar o sucesso de suas ações, mas a fim de verificar quais suas preocupações, se essas vão além de interesses imediatos e setoriais, se indicam um padrão dos *cross cases*.

Para isso, selecionamos uma Federação por região do país, recorrendo àquelas com maior disponibilidade de dados. A maior dificuldade se encontrou na avaliação da região Norte, em que a única Federação com dados disponíveis, a do Tocantins, não o tinha para os quatro anos da última legislatura – padrão de análise que adotamos. Ainda assim, optamos por incluí-la, considerando o ganho de avaliar os dados (disponíveis) das cinco regiões.

Outra dificuldade para esse exame refere-se ao N baixo de informações para que se possa apresentar dados estatísticos. Novamente, a opção de manter essa análise, ainda que de caráter descritivo, sustenta-se na possibilidade de apresentação de padrões que acabam por mapear os formatos institucionais dessas entidades. Não se trata de um objetivo a mensuração da correspondência entre os interesses manifestos das Federações e seus resultados (satisfatórios ou não).

Para tanto, os dados foram buscados nas Agendas Legislativas de cinco Federações, da BA, DF, RJ, SC e TO. Para a avaliação desses dados utilizamos o software SPSS (IBM CORP, 2012).

A primeira Federação avaliada foi a da região Nordeste, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fiba). A análise da Agenda Legislativa da Indústria da Fiba (ALIBA) foi feita dividindo-se os dados por ano. Assim, apresentam-se primeiro os dados de 2015, seguidos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Como esperado, algumas proposituras aparecem repetidas nas Agendas Legislativas dos diferentes anos. Assim, optamos por deixar os projetos repetidos sempre na última ALSI. Desse modo, por exemplo, se algum projeto é acompanhado na ALSI de 2015 e também de 2016, os dados são tratados somente na Agenda de 2016. Caso se repita em mais anos, será avaliado somente no último. O mesmo foi realizado na avaliação das demais Federações.

A ALSI da Fiba de 2015 apresenta, nesse critério que exclui os dados repetidos nos anos seguintes, somente dois Projetos de Lei (PLs) – o que faz com que sejam apresentados apenas

de modo descritivo. Os dois PLs que compuseram valores válidos para a pesquisa (pois não repetidos nos anos/ALSI seguintes) acompanhados na ALSI de 2015 foram apresentados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em um, a Fiba posicionou-se de modo *divergente* e no outro *convergente*. O PL convergente ainda estava *Em Trâmite*, o que o torna um valor *ausente*. Assim, o único PL que se pode avaliar dessa ALSI foi *correspondente* aos interesses da Federação, pois, de posição *divergente*, acabou por ser *arquivado*. Acompanhando a definição de Costa e Borck (2017), tratou-se de uma *Correspondência Negativa*, caracterizada por uma posição *divergente* e sua não transformação em Norma Jurídica. Na concepção dos autores, esse tipo de *Correspondência* representa *não* um *ganho*, para usar o termo de Mancuso (2007, p. 106) (que é caracterizado por um *sucesso* com mudança no *status quo*, ou seja, por meio de uma Nova Norma Jurídica), mas um *alívio* (*sucesso* em que o *status quo* permanece o mesmo, por Proposição Rejeitada, Retirada pelo Autor ou Arquivada). Costa e Borck (2017) tratam o *alívio* como *Correspondência Negativa*

A ALIBA de 2016 apresenta 37 proposituras acompanhadas e não repetidas com 2015. A essas, coube a seguinte avaliação:

Tabela 33: Posição da Fiba – 2016

Posição	Frequência	Percentual
Convergente	11	29,7
Divergente	26	70,3
Total	37	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Uma constante nos dados, desde aqueles de 2015, é o baixo índice de proposituras encerradas. Para 2016, foram apenas três PLs tramitados até o fim – sendo um deles prejudicado, isto é, adjunto a outra propositura. Em 2016, as 37 proposituras do ano se acumularam, preponderantemente, na posição inicial da entidade de “*divergente*”. Com isso, pode-se verificar que a Fiba adotou nessa ALSI uma *postura combativa*, isto é, manifestando-se predominantemente de modo contrário às proposituras acompanhadas e não simétrica à pauta do legislativo daquele ano.

As duas proposituras transitadas até o fim na Assembleia Legislativa apresentaram resultados positivos para a Fiba. A primeira correspondia a uma posição *combativa* da Federação e acabou arquivada. Nesse caso, pode ser classificada como uma *correspondência negativa – alívio*. A segunda, de posição *convergente*, acabou por ser transformada em Nova Norma Jurídica, sendo classificada como *correspondência positiva – ganho*.

Quanto à origem dessas proposições, todas foram do Legislativo, destacando-se, por partido, o PMDB (10 proposições), o PT (8) e o DEM (7). Quanto à distribuição por temas, a Federação baiana organizou e nomeou as proposições em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia do seguinte modo:

Tabela 34: Tema Fiba – 2016

Temas		Frequência	Percentual
	Política urbana, infraestrutura e meio ambiente	13	35,1
	Social e trabalhista	5	13,5
	Tributário e econômico	19	51,4
	Total	37	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Verifica-se, portanto, o predomínio de *acompanhamento* de proposições relativas ao tema *tributário e econômico*, seguido de *política urbana, infraestrutura e meio ambiente*. Por fim, *questões sociais e trabalhistas* fecham as principais preocupações da Federação.

Para o ano de 2017, foram 24 proposições válidas. Dessas, novamente, apenas duas foram encerradas e ambas com resultado *correspondente*. Mais uma vez, uma com *correspondência positiva* e outra *negativa*. Quando se observam as posições da entidade, tem-se o seguinte:

Tabela 35: Posição da Fiba – 2017

Posição		Frequência	Percentual
	Convergente	9	37,5
	Divergente	15	62,5
	Total	24	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Assim como nos anos anteriores, a Fiba adotou uma postura mais *combativa* que *favorável* (62,5%). Quanto à origem das proposições avaliadas, novamente o Legislativo corresponde ao total. Nesse ano, contudo, não há um predomínio tão marcante para algum partido, destacando-se o PT (cinco proposições), PDT e PMDB (4) e DEM e PP (3). Referente aos temas tratados, pode-se verificar na tabela a seguir sua distribuição:



Tabela 36: Tema Fiba – 2017

Tema		Frequência	Percentual
	Institucional	1	4,2
	Interesse setorial	6	25,0
	Política urbana, infraestrutura e meio ambiente	10	41,7
	Social e trabalhista	2	8,3
	Tributário e econômico	5	20,8
	Total	24	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Nesse caso, diferentemente do ano anterior, o predomínio foi das questões urbanas, de infraestrutura e meio ambiente. Em 2017, o segundo tema mais recorrente no acompanhamento da Fiba foi o de *interesse setorial* (que não foi considerado no ano de 2016), seguido de *tributário e econômico*, mais abaixo *social e trabalhista* e, por último, *institucional*.

Em 2018, restaram 31 proposituras válidas. Como esperado, dado o estágio da legislatura, nenhuma delas encontra-se encerrada. Quanto à origem, todas provenientes do Legislativo, destacam-se nove do DEM, 5 do PSD e quatro do PT.

O posicionamento da entidade apresenta a seguinte configuração:

Tabela 37: Posição Fiba – 2018

Posição		Frequência	Percentual
	Convergente	13	41,9
	Divergente	18	58,1
	Total	31	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Verifica-se, tal como nos anos anteriores, o predomínio de uma postura *combativa* da entidade (58,1%). Quanto ao tema, tem-se:

Tabela 38: Tema Fiba – 2018

Temas		Frequência	Percentual
	Interesse setorial	3	9,7
	Política urbana, infraestrutura e meio ambiente	19	61,3
	Social e trabalhista	4	12,9
	Tributário e econômico	5	16,1
	Total	31	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

No que concerne aos temas, assim como no ano anterior, o tema da política urbana, infraestrutura e meio ambiente predominou (61,3%). Em seguida, dessa vez de modo mais

distribuído, estão os temas *tributário e econômico; social e trabalhista*; e, nesse ano, por último, *interesse setorial*.

Desse modo, verifica-se que os dados dos quatro anos da legislatura 2015-2018 apontam para uma postura *combativa* da entidade sindical baiana e, conseqüentemente, combativa em relação à Assembleia Legislativa do estado. Ainda que escassos, os dados apontam o seguinte resultado:

Quadro 12: Resultados Fiba (ano a ano)

	2015	2016	2017	2018
RESULTADOS	1 Correspondência Negativa	1 Correspondência Negativa e 1 Correspondência Positiva	1 Correspondência Negativa e 1 Correspondência Positiva	–

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Todas as proposições encerradas culminaram em resultados *correspondentes* aos interesses da Fiba, seja por *alívios* (3), seja, propriamente, por *ganhos* (2). A origem dessas proposições, inteiramente de assuntos provenientes da alçada do Legislativo, teve como principais partidos o DEM e o PT, com 19, o PMDB, com 14 e, mais abaixo, o PSD com cinco, o PDT com quatro e o PP com três. Assim, a base do governo apresenta, entre as principais proposições por partido acompanhados (PP, PSD e PT), um número menor, com 27 proposições acompanhadas. O bloco de oposição, por sua vez (DEM, PMDB e PDT), apresenta 37.

Quanto aos temas, no período completo, tem-se o seguinte:

Tabela 39: Temas Fiba (total)

Temas	Frequência	Percentual
Institucional	1	1,3
Interesse setorial	8	10,7
Política urbana, infraestrutura e meio ambiente	31	41,3
Social e trabalhista	7	9,3
Tributário e econômico	28	37,3
Total	75	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Os dados dos temas remetem aos “*interesses estáveis*”, componente de processos de profissionalização política (PANEBIANCO, 2005, p. 36). Contudo, esses interesses serão apresentados com mais segurança ao se agrupar os dados das 5 Federações, o que se faz em seguida.

O total apresenta uma maior preocupação com os temas de *política urbana, infraestrutura e meio ambiente* (41,3%) – possivelmente por se tratarem de atividades fundamentais a atividade industrial, seja pela oferta de produtos, seja por restrições à sua atividade (como restrições ambientais). Em seguida, há os temas *tributário e econômico* (37,3%). Numa distância maior, *interesses setoriais*, com 10,7%, *questões sociais e trabalhistas*, com 9,3% e, por fim, com 1,3%, *temas institucionais*.

A Federação da Bahia também apresentou um acompanhamento bastante direcionado ao Legislativo, sendo que todas as proposições tiveram origem na própria Assembleia Legislativa.

A segunda Federação analisada foi a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra). Ainda que não seja um estado da Federação, o Distrito Federal encontra-se na região Centro-Oeste e disponibiliza com facilidade seus dados, pelo que se optou por tomá-la como Federação a ser avaliada para a região. Chama a atenção o fato de não ser uma unidade com grande tradição industrial.

Novamente, os dados repetidos nas diferentes ALSI foram retirados, sendo apresentados na última edição, de 2018. No ano de 2015, desse modo, a Agenda Legislativa do Distrito Federal (ALIDF) apresentou os seguintes dados.

São 26 as proposições acompanhadas em 2015 e não repetidas nos anos posteriores. Dessas, 12 foram *convergentes* aos interesses manifestos da entidade sindical (46,2%) e 14 *divergentes* (53,8%). Sua origem é bastante diversificada quanto aos partidos e todas são originárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Os partidos mais acompanhados foram o PRTB (5 proposições), PMDB (4) e PDT, PEN e PPS (3).

Houve uma maior diversidade no resultado final do processo legislativo para o primeiro ano do obtido pela Federação baiana. No Distrito Federal, dos 26 projetos, 15 mantêm o *trâmite*, seis culminaram em NNJ, dois foram *prejudicados* e outros dois foram aprovados pela CLDF, mas vetados pelo Executivo (com veto não derrubado pelo Legislativo). Nesse último caso, considerou-se o resultado “*aprovado*”, uma vez que se analisa o resultado no Legislativo. Portanto, 57,7% das proposições continuam em tramitação, contudo não é insignificante a porcentagem de 23,1% de Novas Normas, ainda mais se somadas aos 7,7% de proposições aprovadas, mas vetadas pelo Executivo.

Quanto aos temas, tem-se a seguinte distribuição<sup>26</sup>:

Tabela 40: Tema ALIDF – 2015

Temas		Frequência	Percentual
	Assuntos sociais/trabalho e empregabilidade	2	7,7
	Assuntos tributários e fiscais/instrumentos fiscais e financeiros	4	15,4
	Defesa do Consumidor	3	11,5
	Defesa do contribuinte	1	3,8
	Desenvolvimento científico e tecnológico	1	3,8
	Educação e saúde	2	7,7
	Meio Ambiente	5	19,2
	Microempresa e empresa de pequeno porte	1	3,8
	Obrigações e administração tributária	2	7,7
	Regulamentação adicional	3	11,5
	Total	26	100

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

A distribuição, também no referente aos temas, é bastante diversificada no Distrito Federal. Ocorre, porém, que os temas são mais divididos na ALIDF do que ocorria na ALIBA. Assim, o tema do meio ambiente é o mais acompanhado, com cinco proposições. Em seguida, com quatro, estão os *assuntos tributários e fiscais/instrumentos fiscais e financeiros*. O terceiro tema é o de *regulamentações adicionais* (3). Os demais não ultrapassam 2 proposições no ano.

Para o ano de 2016, houveram 27 proposições acompanhadas. Dessas, 15 com posição convergente e 12 divergentes, portanto, com predominância de uma postura *favorável* (predominantemente convergente às proposições em trâmite na Câmara Legislativa). Na CLDF, concluíram o trâmite somente três, sendo duas *correspondentes* e uma não. Ambas se caracterizaram como de *correspondência positiva* (uma culminou em NNJ e outra *aprovada* com veto do Executivo). A *não correspondente* tratou-se de um projeto retirado pelo autor. Houve ainda uma proposição prejudicada.

Quanto à sua origem, somente uma proposição originou-se do Executivo – indicando a atenção da Federação, tal como no caso baiano, sobre a ação do legislativo. Das originárias do próprio legislativo (26), verificou-se uma ampla distribuição partidária. PR e PTB foram os partidos com maior número de proposições acompanhadas – quatro cada. PTN teve três e com duas propostas acompanhadas encontram-se PDT, PPS, PRB e PSDB.

Os temas de interesse da Fibra acompanhados pela entidade foram os seguintes:

<sup>26</sup> Note-se que há uma variação entre a nomenclatura utilizada por cada Federação aos temas de seus interesses, uma vez que são definições arbitrárias de cada uma delas. No final da seção, procurou-se padronizar os temas, a fim de se analisar os dados das cinco Federações.

Tabela 41: Tema ALIDF – 2016

Temas	Frequência	Porcentagem
Assuntos relativos à política urbana e meio ambiente/uso do solo	2	7,4
Assuntos sociais/trabalho e empregabilidade	2	7,4
Assuntos tributários e fiscais/instrumentos fiscais e financeiros	2	7,4
Defesa do consumidor	4	14,8
Defesa do contribuinte	3	11,1
Desenvolvimento científico e tecnológico	1	3,7
Meio ambiente	1	3,7
Obrigações e administração tributária	1	3,7
Regulamentação adicional	11	40,7
Total	27	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Temas de *regulamentação adicional* foram os de maior preocupação em 2016, representando 40,7%. Em seguida, questões relacionadas à *defesa do consumidor* (14,8%) e *defesa do contribuinte* (11,1%). *Assuntos relativos à política urbana e meio ambiente/uso do solo*, *assuntos sociais/trabalho e empregabilidade* e *assuntos tributários e fiscais/instrumentos fiscais e financeiros* tiveram, cada tema, duas proposições acompanhadas (7,4%). Já *desenvolvimento científico e tecnológico*, *meio ambiente* (como categoria classificada separadamente) e *obrigações e administração tributária* tiveram uma proposição acompanhada (3,7%).

Também na ALIDF de 2017 foram 27 proposições acompanhadas. Dessas, 11 foram *convergentes* e 16 *divergentes*, apresentando uma postura *reativa* (59,3%). Vinte e duas propostas seguem em *trâmite* na CLDF, enquanto cinco foram concluídas. Dessas, quatro apresentaram *correspondência* com os interesses manifestos e um não. A *correspondência* predominante foi *positiva* (três proposições das quatro).

Quanto à origem dessas proposições, em 2017 o PSD teve cinco proposições acompanhadas. Em seguida, PTB, PTN e o Poder Executivo tiveram três proposições; PMDB, PRB, PSDB, PT e REDE, duas; PSB e PHS, um projeto acompanhado.

Sobre os temas acompanhados, a distribuição foi a seguinte:

Tabela 42: Tema ALIDF – 2017

Tema	Frequência	Porcentagem
Administração pública	5	18,5
Assuntos de relações do trabalho/trabalho e empregabilidade	1	3,7
Assuntos econômicos/relações de consumo	7	25,9
Assuntos relativos à política urbana e meio ambiente/uso do solo	2	7,4
Ciência, tecnologia e inovação	3	11,1
Meio Ambiente	6	22,2
Obrigações e administração tributária	2	7,4
Política tributária e fiscal/instrumentos fiscais e financeiros	1	3,7
Total	27	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

*Assuntos econômicos/relações de consumo* foi o tema mais acompanhado, com sete proposições (25,9%). *Meio ambiente*, na sequência, teve seis projetos acompanhados (22,2%). *Administração pública* (cinco) representou 18,5% dos projetos, *ciência, tecnologia e inovação* (três), 11,1%, *assuntos relativos à política urbana e meio ambiente/uso do solo* e *obrigações e administração tributária* (duas) representaram 7,4% e *assuntos de relações do trabalho/trabalho e empregabilidade* e *política tributária e fiscal/instrumentos fiscais e financeiros* (um), 3,7%.

Em 2018, encontram-se 36 proposições. Como esperado, devido à proximidade temporal, todos continuam em tramitação. Nesse ano, houve uma distribuição uniforme da posição manifesta da entidade sindical (18 *convergentes* e 18 *divergentes*). Não há, portanto, resultado da correspondência.

A origem das proposições foi abundantemente distribuída. O partido com mais projetos acompanhados foi o PTN, com seis. Seguiu-se o PR com quatro, mesmo número de proposições acompanhadas originárias do Executivo. Com três proposições, encontram-se PMDB, PSD, PSDB, PT e PTB.

Quanto aos temas, a divisão deu-se do seguinte modo:

Tabela 43: Tema ALIDF – 2018

		Frequência	Porcentagem
Temas	Administração pública	3	8,3
	Assuntos de relações do trabalho/trabalho e empregabilidade	5	13,9
	Ciência, tecnologia e inovação	2	5,6

(continua)

Tabela 43: Tema ALIDF – 2018

		(continuação)
Obrigações e administração tributária	7	19,4
Política tributária e fiscal/instrumentos fiscais e financeiros	2	5,6
Política urbana e meio ambiente	5	13,9
Regulamentação adicional	2	5,6
Relações de consumo	7	19,4
Uso do solo	3	8,3
Total	36	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Como verificado na tabela acima, a distribuição dos temas seguiu a ordem agora exposta: *relações de consumo* (19,4%), *assuntos de relações do trabalho/trabalho e empregabilidade* e *política urbana e meio ambiente* (13,9%), *administração pública e uso do solo* (8,3%) e *ciência, tecnologia e inovação, política tributária e fiscal/instrumentos fiscais e financeiros e regulamentação adicional* (5,6%).

Comparando-se os quatro anos da legislatura, verificam-se os seguintes dados. São 116 proposições acompanhadas, desconsiderando-se repetições entre as ALIDF. A posição da entidade foi ligeiramente *combativa*, conforme se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 44: Posição da Fibra – 2015-2018

Posição		Frequência	Porcentagem
Convergente		56	48,3
Divergente		60	51,7
Total		116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Há um alto número de proposições que seguem em tramitação (99). Entre as concluídas, 11 foram *correspondentes* aos interesses manifestos da entidade (64,7% das concluídas), enquanto 6 não (35,3%). Das *correspondentes*, 9 foram *positivas* (81,8% dessas) e 2 não (18,2%).

O Poder Executivo representou 6,9% do total de proposições acompanhadas nas ALIDF (8). O partido com mais proposições acompanhadas foi o PTN, com 13, seguido do PTB (12), PMDB e PR (10), PSD (9) e PT com o mesmo número do Executivo. Destaca-se que nenhum desses partidos era o do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB). O presidente da Câmara Legislativa era Joe Valle (PDT) e o vice-governador, do MDB, Wellington Luiz. Valle foi presidente desde 2016, quando substituiu a deputada distrital Celina Leão (PPS), afastada pela Justiça (Câmara Legislativa do Distrito Federal). O PT representa,

nessa legislatura o bloco opositorista, enquanto os demais partidos participam da base do governo na CLDF.

Os temas com pelo menos 5% de recorrência no acompanhamento da entidade, durante a legislatura 2015-2018 seguem na tabela a seguir.

Tabela 45: Tema 2015-2018

Temas	Frequência	Porcentagem
Administração pública	8	6,9
Assuntos de relações do trabalho/trabalho e empregabilidade	6	5,2
Assuntos econômicos/relações de consumo	7	6,0
Assuntos relativos à política urbana e meio ambiente/uso do solo	6	5,2
Assuntos tributários e fiscais/instrumentos fiscais e financeiros	6	5,2
Defesa do Consumidor	7	6,0
Meio ambiente	12	10,3
Obrigações e administração tributária	12	10,3
Regulamentação adicional	16	13,8
Relações de consumo	7	6,0
Total	116	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), em sua ALSI de 2015 acompanhou (desconsiderando-se as repetidas nos anos seguintes) 28 proposições. Diferentemente do que se via nas Federações anteriores, a postura foi mais *favorável* – 17 *convergentes* (60,7%) e 11 *divergentes*.

Na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), as proposições acompanhadas pela Fiesc se encerraram (até 2018) do seguinte modo:

Tabela 46: Resultado do processo legislativo – ALESC (2015)

Resultado	Frequência	Percentual
Aprovado – veto Executivo	1	3,6
Arquivado	16	57,1
NNJ	7	25,0
Trâmite	4	14,3
Total	28	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020



Apenas quatro proposições seguem em *tramitação* (14,3%). Uma foi *aprovada* (3,6%), porém vetada no Executivo sem que o veto tenha sido derrubado. Sete proposições culminaram em NNJs, representando 25%. Outras 16 (57,1%) foram *arquivadas*.

Dessas 28 proposições, quatro são consideradas valores *ausentes*, pois seguem em *trâmite*. Das 24 válidas, 11 foram *correspondentes* aos interesses manifestos da Federação, enquanto 13 *não correspondentes*. Dessas proposições, cinco trataram-se de *correspondências positivas*, enquanto seis representaram *correspondências negativas*.

Três proposições tiveram origem no Poder Executivo e uma no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC). Entre os partidos, o PMDB teve nove proposições acompanhadas na ALSI-2015, seguido pelo PT, com seis. PCdoB e PSDB tiveram três proposições acompanhadas.

A distribuição dos temas de interesse da Fiesc configurou-se do seguinte modo:

Tabela 47: Tema 2015 – ALISC

Temas	Frequência	Percentual
Administração e políticas públicas	4	14,3
Econômicos e tributários	12	42,9
Infraestrutura	2	7,1
Institucional	5	17,9
Meio ambiente	5	17,9
Total	28	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Temas *econômicos e tributários* representaram 42,9% do acompanhamento da Federação. A *Administração pública*, em seguida, representou 14,3% dos projetos acompanhados. *Institucionais* e relativos ao *meio ambiente* representaram 17,9% cada. Por fim, *infraestrutura* teve duas proposições acompanhadas, representando 7,1%.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) acompanhou – sempre retirando-se os repetidos em anos posteriores e deixando somente no último ano em que é acompanhado – 19 proposições na ALISC de 2016. Dessas, 15 (78,9%) foram *convergentes* aos seus interesses, contra quatro (21,1%) *divergentes*. Quatro delas foram provenientes do Executivo estadual; as demais do próprio Legislativo, sendo cinco do PMDB, três do PSD, duas do PSB e do PT e uma do PP, do PSDB e conjunta do PSD, PSDB e PMDB.

Nove proposições foram correspondentes aos interesses manifestos da Fiesc ao fim do processo legislativo, o que representa 75% do total finalizado na Assembleia Legislativa do

Estado de Santa Catarina (ALESC), enquanto três (25%) foram *não correspondentes*. Das nove correspondentes, oito representaram *correspondências positivas*.

Quanto aos temas acompanhados, tem-se o seguinte:

Tabela 48: Tema 2016 – ALISC

Temas		Frequência	Porcentagem
	Administração e políticas públicas	4	21,1
	Econômicos e tributários	5	26,3
	Infraestrutura	1	5,3
	Institucional	5	26,3
	Meio ambiente	4	21,1
	Total	19	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Apresenta-se uma distribuição uniforme. Temas *Econômicos e tributários* e *Institucionais* representaram 26,3% cada; *Administração e políticas públicas* e *Meio Ambiente* 21,1% cada; e, por fim, *Infraestrutura* representou 5,3%.

Em 2017, foram, novamente, 19 proposituras. Em 10, a Fiesc manifestou concordância (*convergência*) e em nove discordância (*divergência*). Percentualmente, 52,6% de *convergência* e 47,4% de *divergência*. Cinco dessas proposituras seguem em tramitação. Das 14 encerradas, 10 (71,4% do total tramitado) representaram *correspondências* e quatro (28,5%) não. Entre as proposituras *correspondentes* aos seus interesses, cinco (50% das *correspondentes*) foram *positivas* (*ganhos*).

Os temas acompanhados foram:

Tabela 49: Tema 2017 – ALISC

Temas		Frequência	Porcentagem
	Administração e políticas públicas	3	15,8
	Econômicos e tributários	5	26,3
	Infraestrutura	1	5,3
	Institucional	2	10,5
	Meio ambiente	8	42,1
	Total	19	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Novamente, apresenta-se um padrão de ampla distribuição dos temas. *Meio ambiente* correspondeu à maior preocupação na agenda de 2017, representando 42,1%. Seguiu-se de temas *econômicos e tributários* (26,3%), *administração e políticas públicas* (15,8%), *institucionais* (10,5%) e *infraestrutura* (5,3%).

A Agenda de 2018 concentrou 43 projetos. Dessa vez, houve mais propostas *divergentes* (23), representando 53,5% do total. As proposições *convergentes* (20) representaram 46,5%. Vinte seguem em tramitação. Dezenove foram *correspondentes* aos interesses da entidade sindical, o que representa 82,6% do total com processo encerrado. Quatro foram *não correspondentes* (17,4%). Entre as correspondentes, 10 são *correspondências positivas*.

Quanto à origem, o Poder Executivo representou 18,6% do total das proposições acompanhadas na ALISC-2018. Entre os partidos do Legislativo, o PMDB teve 15 projetos acompanhados (34,9% do total), PSB e PT 4 (9,3%), PR 3 (7%) e PCdoB, PDT e PSD 2 cada (4,7%).

Os temas foram os seguintes:

Tabela 50: Tema 2018 – ALISC

Temas	Frequência	Porcentagem
Administração e políticas públicas	6	14,0
Econômicos e tributários	17	39,5
Infraestrutura	9	20,9
Institucional	3	7,0
Meio ambiente	8	18,6
Total	43	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Em 2018, houve concentração nos temas *econômicos e tributários* (39,5%). *Infraestrutura* representou 20,9%, *meio ambiente*, 18,6%, *administração e políticas públicas*, 14% e *institucionais*, 7%.

Quando se consideram os quatro anos da legislatura, a Fiesc acompanhou 109 proposições (desconsideradas as repetidas), entre as quais manifestou *convergência* com 62 – o que representa 56,9% do total. Para as 47 demais (43,1%), manifestou-se de modo *divergente*. Dessa forma, exibe uma postura *favorável* em relação ao processo legislativo. Os resultados foram positivos, com 48 proposições culminando de modo *correspondente* (66,6%) e 24 (33,3%) *não correspondente*.

Quanto à origem, novamente retirando aquelas cuja porcentagem representou menos de 5%, tem-se a seguinte composição:

Tabela 51: Origem das propositoras – ALESC 2015-2018

		Frequência	Porcentagem
Origem	PCdoB	6	5,5
	PMDB	36	33,0
	Poder Executivo	19	17,4
	PP	4	3,7
	PR	3	2,8
	PSB	6	5,5
	PSD	8	7,3
	PSDB	7	6,4
	PT	16	14,7
	Total	109	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Destaca-se o PMDB no Legislativo catarinense acompanhado pela Federação das Indústrias do Estado, com 33% do total de propositoras acompanhadas. Também o Executivo, com 17,4% de propositoras. Há que se recordar que também o TJ-SC teve uma propositora acompanhada pela Fiesc, o que não ocorreu em nenhuma outra das Federações avaliadas.

O MDB era o partido do governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira. Contudo, entre 2011 até abril de 2018, foi Raimundo Colombo, do PSD. Também do MDB era o partido do presidente da ALESC, Aldo Schneider, que sucedeu a Sílvio Dreveck (Progressistas), que ocupava a cadeira desde 2017. Schneider era, entretanto, vice-presidente. O partido também apresenta a maior bancada na Assembleia, com 10 deputados, seguido do PSD do governador anterior, com nove.

Quanto aos temas, tem-se o seguinte:

Tabela 52: Temas ALISC – 2015-2018

		Frequência	Porcentagem
Temas	Administração e políticas públicas	17	15,6
	Econômicos e tributários	39	35,8
	Infraestrutura	13	11,9
	Institucional	15	13,8
	Meio ambiente	25	22,9
	Total	109	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Predominaram temas *econômicos e tributários* (35,8%), seguidos de *meio ambiente* (22,9%), *administração e políticas públicas* (15,6%), *institucionais* (13,8%) e *infraestrutura* (11,9%).

A Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto) foi incluída como representante da região Norte do país. Nessa região, localiza-se a Zona Franca Industrial de

Manaus, no estado do Amazonas. Contudo, Tocantins é o único estado a contar com uma ALSI na região. Neste momento, cabe afirmar que a Fieto acompanha o processo legislativo, produzindo e divulgando ALSI desde 2005 (ALETO, 2007). Entretanto, sua divulgação foi interrompida – não se permitindo o acesso às Agendas de 2014, 2015 e 2016.

Na Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Tocantins (ALITO) de 2017, foram 17 proposições acompanhadas – retiradas as repetidas em 2018. Dessas, 10 (58,8%) foram classificadas como *convergentes* aos seus interesses, enquanto sete (41,2%) *divergentes*.

Nos dois anos em que se pode verificar as posições manifestas da Fieto na legislatura 2015-2018, não houve proposições encerradas na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (ALETO).

Cinco das 17 proposições originaram-se do Executivo estadual. As demais são originárias de deputados(as) dos seguintes partidos: PMDB (4), PDT e PSB (2) e PHS, PP, PSC e PSDB (1).

Quanto aos temas, a distribuição é a seguinte:

Tabela 53: Tema ALITO – 2017

Temas	Frequência	Porcentagem
Assuntos ambientais e sociais	5	29,4
Assuntos tributários	10	58,8
Direitos do consumidor	2	11,8
Total	17	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Predominou entre 2016 e 2017, quando se publica a ALSI, a preocupação principal com o tema de *assuntos tributários* (58,8%); em seguida, com os *assuntos ambientais e sociais* (29,4%), e, por fim, com os *direitos do consumidor* (11,8%).

Em 2018, foram 16 as proposições acompanhadas. Dessas, 13 (81,3%) estão *convergentes* aos interesses da entidade, enquanto três (18,8%) não. Quatro são oriundas do Executivo. As demais, do Legislativo, dividem-se, por partido, do seguinte modo: PHS, PSDB e PT (3), PSB (2) e PP (1).

Quanto aos temas, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 54: Tema ALITO – 2018

		Frequência	Porcentagem
Temas	Assuntos ambientais e sociais	10	62,5
	Assuntos tributários	3	18,8
	Direitos do consumidor	3	18,8
	Total	16	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Assuntos *ambientais e sociais* tornam-se centrais (10), representando 62,5% das proposituras acompanhadas. *Assuntos tributários* e *direitos do consumidor* representam 18,8% (3) do total cada.

Avaliando-se os dois anos, são 33 proposituras, das quais 23 (69,7%) são *convergentes* aos interesses da Fieto e 10 (30,3%) são *divergentes* – o que representa uma postura predominantemente *favorável* dessa Federação.

Quanto à origem, sete proposituras advieram do Executivo, o que representa 21,2% do total. Entre os partidos, houve uma distribuição bastante uniforme, destacando-se os partidos com 4 proposituras acompanhadas (valor máximo) – PHS, PMDB, PSB e PSDB.

A ALETO foi presidida, entre 2015 e 2016, por Osiris Damaso (PSC). Em 2017, foi sucedido por Mauro Carlesse (PHS), eleito para mandato de 2017-2018. Contudo, em 2018, Carlesse foi eleito para mandato tampão ao governo do estado, após a cassação do governador Marcelo Miranda (MDB). Em 2018, então, a Assembleia Legislativa passou a ser presidida por Luana Ribeiro (PR). Os partidos de Carlesse (Presidente da Assembleia) e de Marcelo Miranda (governador entre 2015 e 2018) foram, também, os mais acompanhados pela Fieto. O governo Miranda não encontrou um bloco formal de oposição na Assembleia.

No tocante aos temas, a distribuição foi a seguinte:

Tabela 55: Temas ALITO – 2017-2018

		Frequência	Porcentagem
Temas	Assuntos ambientais e sociais	15	45,5
	Assuntos tributários	13	39,4
	Direitos do consumidor	5	15,2
	Total	33	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Os *assuntos ambientais e sociais* representaram 45,5% dos projetos acompanhados pela Federação; os *assuntos tributários*, 39,4%; e os *direitos do consumidor* 15,2%. A Fieto foi a Federação que mais concentrou sua atenção, compreendendo o menor número de temas (3).

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) apresentou no ano de 2015 dez proposições que não se repetiram em ALIRJ seguintes. Entre essas, posicionou-se de modo *convergente* em 6 e *divergente* em 4. Dessas 10 proposições, uma foi prejudicada e outras cinco seguem em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). As quatro encerradas resultaram em três proposições *correspondentes* aos interesses manifestos da Firjan e uma *não correspondente*. As três representaram *correspondências negativas* (duas arquivadas e uma retirada pelo autor).

Quanto à origem, todas são provenientes do Legislativo, mas a distribuição entre os partidos é muito ampla, sendo que apenas o PSD apresentou duas (e mais uma em conjunto com outros partidos), o PMDB uma e mais outra em conjunto com outros partidos e o PSDB duas em conjunto. Os demais partidos com proposição (apenas uma) acompanhadas na ALIRJ foram PDT, PP, PR, PSL, PSOL (em conjunto), PPS (em conjunto) e PT.

Os temas foram distribuídos do seguinte modo:

Tabela 56: Tema ALERJ – 2015

		Frequência	Percentual
Temas	Assuntos tributários e econômicos	4	40,0
	Indicações setoriais	3	30,0
	Meio ambiente	1	10,0
	Relações de consumo	1	10,0
	Tecnologia e cultura	1	10,0
	Total	10	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

*Assuntos tributários e econômicos* representaram o maior número de proposições acompanhadas (40%), seguido de *indicações setoriais* (30%). Os demais temas (*meio ambiente, relações de consumo e tecnologia e cultura*) tiveram apenas um projeto acompanhado, o que representa 10% do total.

Em 2016, a Firjan acompanhou 18 propostas (retiradas as repetidas). Dez seguem em trâmite, três foram prejudicadas e uma não contém informação. Desse modo, as quatro encerradas representaram uma *correspondência (negativa)* e três *não correspondências* aos seus interesses. A postura da entidade nesse ano foi predominantemente *combativa*, posicionando-se sobre 14 com *divergência* e quatro com *convergência*.

Na ALERJ, o processo legislativo definiu-se do seguinte modo:

Tabela 57: Processo Legislativo ALERJ – 2016

Resultado	Frequência	Percentual
Aprovado veto Executivo	1	5,6
Arquivado	1	5,6
NNJ	2	11,1
Prejudicado	3	16,7
Sem informação	1	5,6
Trâmite	10	55,6
Total	18	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Verificou-se, para além daquelas propostas que são mantidas em tramitação, que três foram prejudicadas. Somente duas correspondem a NNJs, o que representa 11,1% do total.

Novamente, houve uma ampla distribuição entre os partidos proponentes, sendo que quatro foram apresentadas por deputados do PMDB e quatro sem partido. O PSDB teve duas proposições acompanhadas e mais uma em conjunto, o PSD uma acompanhada e outra em conjunto e as demais distribuem-se uma por partido (DEM, PSD, PSOL, PTB, PTN e Rede).

Quanto aos temas, *meio ambiente e relações de consumo* apresentaram cinco projetos acompanhados cada (27,8%); *indicações setoriais* e assuntos *trabalhistas*, três (16,7%), e *assuntos tributários e econômicos e interesse geral da indústria*, 5,6% (uma proposição).

Em 2017, foram 20 proposições acompanhadas. Predominou, novamente, uma postura *combativa*, com 13 *divergências* e sete *convergências* manifestadas. Esse posicionamento representou três *não correspondências* e uma *correspondência (positiva)*.

Outra vez se destacou a presença de projetos prejudicados na ALERJ (quatro). Além desses, um foi aprovado, mas vetado no Executivo, e três foram transformados em NNJs, enquanto 12 mantêm-se em trâmite.

No tocante à origem, novamente o PMDB representa o partido com mais proposições acompanhadas, assim como uma variedade de partidos com apenas uma proposição também se mantém. Nesse ano, o PT também figura com mais projetos (quatro). Com dois projetos estão os partidos o PRB e o PSDB, e SD tem um projeto e outro em conjunto, além de proposições *sem partido*. Com um projeto estão: PDT (em conjunto), PSOL, PTB e Rede.

Os temas em destaque foram *assuntos tributários e econômicos*, que ocuparam metade do acompanhamento na ALIRJ-2017, *indicações setoriais* (25%), *interesse geral da indústria* (10%) e *infraestrutura, meio ambiente e relações de consumo* (5%).

Em 2018 concentram-se 93 proposições, das quais 68 (73,1%) receberam a posição de *divergentes* aos interesses da Firjan e 25 (26,9%) *convergentes*. Dessas 93 proposições, 85



continuam em tramitação, seis foram prejudicadas e uma não contém informação. Apenas uma teve tramitação encerrada, culminando em NNJ. Essa, contudo, representou uma *não correspondência* aos interesses manifestos da entidade sindical.

Considerando-se os partidos com mais de 5% de proposições acompanhadas no total da ALIRJ-2018, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 58: Origem das proposições – ALERJ – 2018

Origem	Frequência	Percentual
DEM	7	7,5
PDT	13	14,0
PMDB	13	14,0
PSB	15	16,1
PSDB	9	9,7
Total	93	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Nesse ano o PMDB não representou o partido com maior número de projetos acompanhados. Esse espaço foi preenchido pelo PSB, com 15 proposições (16,1%). O PMDB, assim como o PDT, ocupa a segunda colocação – 13 proposições (14%). O PSDB teve nove projetos acompanhados, o que representa 9,7% do total. O DEM teve sete proposições acompanhadas – 7,5% do total.

Os temas distribuíram-se do seguinte modo:

Tabela 59: Tema ALERJ – 2018

Temas	Frequência	Percentual
Assuntos tributários e econômicos	19	20,4
Indicações setoriais	33	35,5
Infraestrutura	1	1,1
Interesse Geral da Indústria	8	8,6
Meio Ambiente	19	20,4
Relações de consumo	4	4,3
Trabalhista	9	9,7
Total	93	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

*Indicações setoriais* representaram 35,5% do total, *assuntos tributários e econômicos e meio ambiente*, 20,4%; *assuntos trabalhistas*, 9,7%; *interesse geral da indústria*, 8,6%; *relações de consumo*, 4,3%; e *infraestrutura*, 1,1%.

No total dos quatro anos da atual legislatura (2015-2018), a Firjan acompanhou 141 proposições diferentes. Sua posição foi predominantemente *reativa*. Dessas 141, em 99 (70,2%) sua posição foi *divergente*, enquanto em 42 (29,8%) *convergente*. Oito dessas proposições que tramitaram completamente no Legislativo Estadual culminaram em *não correspondências*, enquanto cinco foram *correspondentes*, das quais quatro *negativas* e uma *positiva*.

Os temas de maior preocupação da Firjan foram:

Tabela 60: Temas ALERJ 2015-2018

Temas	Frequência	Percentual
Indicações setoriais	44	31,2
Assuntos tributários e econômicos	34	24,1
Meio Ambiente	26	18,4
Trabalhista	12	8,5
Total	141	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Destacaram-se os temas referentes a *indicações setoriais* (44), *assuntos tributários e econômicos* (34), *meio ambiente* (26) e *assuntos trabalhistas* (12).

A origem dessas proposições segue esta ordem:

Tabela 61: Origem das proposições por partido – ALERJ – 2018

Origem	Frequência	Percentual
DEM	8	5,7
PDT	14	9,9
PMDB	23	16,3
PSB	15	10,6
PSDB	13	9,2
PT	9	6,4
Total	141	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

No total, o PMDB foi o partido com maior número de proposições acompanhadas (23), representando 16,3% do total. Em seguida, o PSB teve 15 (10,6%), PDT teve 14 (9,9%), PSDB, 13 (9,2%), PT, nove (6,4%) e DEM, oito (5,7%). Partidos com menos de 5% foram, mais uma vez, excluídos.

A ALERJ foi presidida por Jorge Sayed Picciani (PMDB/MDB) entre 2015 e 2017, quando se licenciou. Foi, então, substituído por Wagner Montes, do PRB. O governo do Rio de Janeiro também era encabeçado pelo PMDB, com Luiz Fernando Pezão. O PRB, por sua vez, esteve na oposição ao governo do RJ e é o partido do atual prefeito (desde 2017) da cidade do

Rio de Janeiro, Marcelo Bezerra Crivella. Até 2017, a cidade era governada por Eduardo da Costa Paes, do DEM – partido da base do governo.

O bloco de oposição na ALERJ foi significativo quando comparado com as demais Assembleias analisadas. O governo recebeu a oposição de PR, PT, PSOL, PRB, PSB e PC do B. A base de apoio do governo ficou composta por DEM, PDT, PEN, PHS, PMDB, PMN, PP, PPS, PRTB, PTC, PRP, PSDB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PROS, PTB, PTdoB, PTN e SD.

Quanto ao resultado do processo legislativo na legislatura 2015-2018, tem-se:

Tabela 62: Resultado do processo legislativo – ALERJ (2015-2018)

Resultado	Frequência	Percentual
Aprovado veto Executivo	2	1,4
Arquivado	4	2,8
NNJ	6	4,3
Prejudicado	14	9,9
Retirado pelo autor	1	0,7
Sem informação	2	1,4
Trâmite	112	79,4
Total	141	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

A maior parte dos projetos totalmente tramitados foram prejudicados (14). Novas normas representaram 2,8% do total (seis). Duas proposições foram aprovadas na Assembleia, porém, vetadas no Executivo sem ter o veto derrubado. Cento e doze continuam em tramitação.

Em vista disso, os *padrões de acompanhamento* legislativo refletem o *como* se organizam as Federações – ainda que limitado pela restrição de Agendas. Os dados sustentam seus *formatos institucionais e padrões de ação política*.

Quanto aos *formatos*, remete-se à organização institucional das entidades avaliadas. Nesse caso, as Agendas apontam para os modos de monitoramento e a estrutura que utilizam para isso.

Desde 1994, a CNI organiza o seminário RedIndústria, que reúne as Federações e outras entidades sindicais e associativas, a fim de organizar os temas que compõem seus interesses manifestos na ALI. A partir desse movimento, verifica-se a fundação de departamentos legislativos na maioria das Federações,<sup>27</sup> compostos de um corpo especializado de funcionários, que farão o acompanhamento conforme decisão das suas diretorias.

<sup>27</sup> Conforme verificado no capítulo anterior.

Obviamente, as cinco Federações avaliadas nesta seção dispõem de um departamento especializado no acompanhamento do processo legislativo. O que não é tão explícito são os motivos ao fato de Federações sem publicação de ALSI também disporem de um departamento com função de acompanhamento, pois, pode-se originar de múltiplas causas, a começar pelo custo da publicação, além do próprio desgaste que a manifestação de interesses pode gerar à relação entre entidade sindical e Assembleia/Câmara Legislativa. Ainda, pode-se inferir que para a ação política das entidades pode não ser interessante sua exposição pública. Trata-se de uma pressão por preferências sendo que as estratégias de pressão podem passar pela publicização do *acompanhamento* e demais ações ou não. Entretanto, quando se afirma a profissionalização política dessas Federações, estamos afirmando um caráter diverso daquele da pura representação de interesses sindicais.

Os *padrões de ação política*, por sua vez, referem-se à *tendência* de *ação* das entidades, e, quanto ao *acompanhamento*, são avaliados pelo modo como as Federações acompanham as proposições em trâmite. Na definição de Paulo R. N. Costa (2003), correspondem ao próprio funcionamento daquelas entidades (COSTA, 2003). Mais especificamente, sua definição diz respeito às “[...] táticas e as estratégias que são adotadas quando se possui um dado objetivo político, seja enquanto reação, seja enquanto iniciativa própria ou mesmo pela inação” (COSTA, 2003, p. 39). Em consequência, esses padrões remetem ao modo de ação comum, estabelecido pelos “*formatos institucionais*” da entidade (COSTA, 2003, p. 39).

Tem-se, em vista disso, que, não repedidas, as proposições somaram 486. Dessas, em relação a 213 as entidades sindicais se posicionaram de modo *convergente* e para 273 de modo *divergente* – o que indica que, no total, predominou uma postura *combativa*, ou de reação a uma proposição de teor contrário aos seus interesses. De modo *combativo*, foram 56,2% das proposições ante 43,8% em que o *acompanhamento* se deu com manifestação *convergente*.

Cabe destacar que a manifestação de interesses não corresponde necessariamente ao total de proposições de interesse das Federações, mas a proposições para as quais as entidades optaram por se manifestarem publicamente. Desse modo, pode-se identificá-las por meio dos *padrões de ação política* e, especificamente, de *acompanhamento*. Uma vez que as diretorias decidem discricionariamente sobre quais proposições comporão a ALSI. Sabe-se que sua postura tem como significado um modo de relação com o Legislativo estadual, seja com a Assembleia, com a base de apoio do governo ou com a oposição e, quiçá, com o Executivo.

A postura *combativa* não é, portanto, necessariamente em relação à presidência e mesa diretora do Legislativo. O caso do Rio de Janeiro demonstra isso. Naquele estado, vários

projetos acompanhados eram oriundos da oposição – composta por 6 partidos. A postura da Firjan foi predominantemente *combativa*. Portanto, o padrão de sua postura pode ser relacionado antes ao teor dos temas do que à composição da ALERJ.

Ainda assim, pode-se verificar a importância que as Federações deram aos legislativos locais – achado que diverge do clássico entendimento de Fernando Luiz Abrúcio sobre o “ultrapresidencialismo estadual”, em que os deputados estaduais se veriam “compelidos a apoiar o governo”, tornando as Assembleias Legislativas pouco importantes do ponto de vista das decisões (ABRÚCIO, 1998, p. 111).

Separadamente, apenas as Federações de Santa Catarina e Tocantins apresentaram uma postura predominantemente *favorável* em relação às proposições acompanhadas em suas Assembleias Legislativas.

No conjunto, conforme se verifica na tabela a seguir, um teste de *qui-quadrado* indica a concentração na posição *divergente* (30) e a digressão em *convergente* (-30), compreendendo uma postura *combativa*, isto é, de reação *divergente* em relação às proposições acompanhadas.<sup>28</sup>

Tabela 63: Posição das Federações – qui-quadrado

	N Observado	N esperado	Residual
Convergente	213	243,0	-30,0
Divergente	273	243,0	30,0
Total	486		

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Cruzando-se os dados das posições manifestadas pelas entidades sindicais, pelo resultado do processo legislativo, tem-se o seguinte:

Tabela 64: Posição das Federações \* resultado do processo legislativo (tabela cruzada)

		Resultado			
		Não concluídas	Correspondentes	Não correspondentes	Total
Posição das Federações	Convergente	155	40	18	213
	Divergente	224	29	20	273
Total		379	69	38	486

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Entre as *convergentes*, 155 ainda estavam em tramitação em 2018, foram prejudicadas ou não havia informação. Isso ocorre com 224 das *divergentes*. Considerando-se as encerradas, são 58 entre as *convergentes* e 49 entre as *divergentes*. Para essas encerradas (e que podem ser

<sup>28</sup> O qui-quadrado ( $\chi^2$ ) apresentou valor de  $\chi^2 = 7,407$ , com graus de liberdade de  $df = 1$  e com sig. de 0,006.

consideradas como valores válidos a essa análise), entre as *convergentes*, 68,9% (40 proposituras) foram *correspondentes* aos interesses manifestos das entidades, ante 31,1% (18 proposituras) de *não correspondentes*. Entre as *divergentes* válidas, 29 foram *correspondentes* aos interesses das Federações, enquanto 20 foram *não correspondentes*. Isso equivale, percentualmente, a 59,2% de *correspondência* e 40,8% de *não correspondência*.

Assim, verificou-se que as *correspondências* representaram um número mais elevado, a saber, 69 proposituras (64,5%), enquanto as *não correspondências*, 38 (35,5%). Quanto à qualidade dessa *correspondência*, 40 foram *positivas* e 29 *negativas*.

Verificou-se, conseqüentemente, que a *correspondência* entre os interesses manifestos e o resultado do processo legislativo foi maior quando adotada uma posição *favorável*. Isso não significa afirmar que não houve *correspondência* quando adotada uma postura *combativa*. Pelo contrário, as proposituras com manifestações de *divergência* resultaram em uma *correspondência* de 59,2% (mais que a metade). O que se verifica é somente que uma postura *favorável* apresentou um resultado positivo mais expressivo – de 68,9%.

Cabe destacar, mais uma vez, que esses resultados são um produto secundário da análise dos *padrões de acompanhamento*. Não queremos afirmar uma mensuração de resultados de sucesso ou fracasso, uma vez que se considera um recorte temporal muito curto, sugerindo-se a necessidade de aprofundamento nesses estudos. Além disso, os dados se limitam a cinco Federações, não sendo possível mensurar os resultados do conjunto das 27 Federações.

A tabela a seguir apresenta os dados do processo legislativo das proposituras acompanhadas pelas Federações.

Tabela 65: Resultado do processo legislativo das cinco Federações (2015-2018)

Resultado	Frequência	Percentual
Aprovado – veto Executivo	8	1,6
Arquivado	42	8,6
NNJ	52	10,7
Prejudicado	19	3,9
Retirado	5	1,0
Sem informação	4	0,8
Trâmite	356	73,3
Total	486	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Considerando-se aprovadas com veto no Executivo não derrubado pelas Assembleias/Câmara e Novas Normas Jurídicas, foram 60 proposituras. Arquivadas, prejudicadas e retiradas, foram 66 – número levemente superior.

À vista disso, reforça-se que se está tratando de posições manifestadas, e, pelo menos, desde Bachrach e Baratz é sabido que as *não decisões* são significativas, uma vez que os agentes podem abdicar de manifestar uma posição caso acreditem em seu fracasso prematuro ou haja algum constrangimento externo (BACHRACH; BARATZ, 2011).

Dessarte, é importante para a compreensão dos *padrões de acompanhamento* das Federações que as Agendas Legislativas se caracterizam como instrumentos de pressão, uma vez que sua posição é pública e distribuída aos legisladores.

Além disso, em qualquer uma das posições assumidas, a *correspondência* se demonstra superior à *não correspondência* – o que indica que, nessas proposições acompanhadas e publicizadas pelas entidades sindicais, as entidades são exitosas, seja pela afinidade entre os temas aprovados ou rejeitados pelos legisladores e os interesses dos industriários, seja pelo sucesso da pressão realizada pelas Federações. Essa última inferência, ainda que tentadora, não é possível de se fazer categoricamente, uma vez que, como já afirmamos, o resultado de uma decisão legislativa pode ter múltiplas causas.

O que, contudo, podemos afirmar é a correlação entre os interesses manifestos das entidades sindicais e os resultados do processo legislativo nas Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa. Conjuntamente a isso, a capacidade de organização dessas Federações analisadas é inconteste.

Em tempo, apresentamos os dados de origem partidária no Legislativo ou do Executivo das proposições acompanhadas, retiradas aquelas com menos de 5% de acompanhamento. Registra-se que houve uma única proposição originada num Tribunal, o TJ-SC, abaixo, portanto, do critério percentual proposto.

Tabela 66: Origem das proposições acompanhadas pelas cinco Federações (2015-2018)

Origem	Frequência	Percentual
DEM	26	5,3
PDT	29	6,0
PMDB	84	17,3
Poder Executivo	36	7,4
PSB	29	6,0
PSD	32	6,6
PSDB	35	7,2
PT	55	11,3
Total	486	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor, 2020

Consideradas em conjunto as cinco Federações, o PMDB foi o partido com maior peso nas respectivas Assembleias/Câmara, representando 17,3% do total de proposições acompanhadas. O segundo partido foi o PT, com 11,3%. Os Executivos estaduais/distrital corresponderam apenas a 7,4% das proposições acompanhadas. PSDB também apresentou um índice acima de 7%. Outros partidos com mais de 5% de acompanhamento, mas abaixo desses expostos, foram o PSD (6,6%), o PDT (6%), PSB (6%) e o DEM (5,3%).

Quanto aos temas, para avaliar os dados das cinco Federações, foi necessário padronizar as categorias. Também foi necessário agregar as situações dos projetos no processo legislativo de “apensados” para “prejudicados” – como são classificadas na maioria das Assembleias Legislativas as proposições que são anexadas a outras de caráter similar. Objetivou-se observar os *interesses estáveis*, dado que pode contribuir para a verificação ou não verificação da profissionalização das Federações, enquanto organizações/instituições no seu conjunto (PANEBIANCO, 2005, p. 36).

Assim, os temas agregados foram: 1. “Administração e políticas públicas” e “Administração pública” ficaram apenas como “Administração pública”. 2. “Assuntos tributários”; “Assuntos tributários e econômicos”; “Obrigações e administração tributária”; “Política tributária e fiscal/instrumentos fiscais e financeiros”; “Assuntos econômicos/ relações de consumo”; e “Defesa do contribuinte, foram classificados como assuntos “Econômicos e tributários”. 3. “Assuntos ambientais e sociais”; “Uso do solo”; “Política urbana, infraestrutura e meio ambiente”; “Assuntos relativos à política urbana, infraestrutura e meio ambiente”; “Política urbana e meio ambiente”; e “Infraestrutura” foram categorizadas como “Infraestrutura e Meio ambiente”. 4. “Social e trabalhista”; “Trabalhista”; “Assuntos sociais/ Trabalho e empregabilidade”; e “Assuntos de relações do trabalho”; e “Trabalho e empregabilidade”, classificadas como “Social e trabalhista”. 5. “Desenvolvimento científico e tecnológico”; “Ciência, tecnologia e inovação”; e “Tecnologia e cultura” como “Ciência, tecnologia e inovação”. 6. “Defesa do consumidor”; “direitos do consumidor”; e “relações de consumo” como “Direitos do consumidor”. 7. “Educação e saúde” foi mantida como categoria unitária. 8. “Interesse setorial”; “Indicações setoriais”; e “Microempresa e empresa de pequeno porte” como “Interesse setorial”. 9. Manteve-se, também, “Institucional”. Por fim, 10. “Regulamentação adicional” foi agregada à “Interesse geral da indústria”, utilizando-se a nomenclatura de “Interesse geral da indústria”.

Os resultados obtidos foram os seguintes:



Tabela 67: Temas Federações (2015-2018)

Temas	Frequência	Percentual
Administração pública	25	5,1
Ciência, tecnologia e inovação	8	1,6
Direitos do consumidor	30	6,2
Econômicos e tributários	145	29,8
Educação e saúde	2	0,4
Infraestrutura e meio ambiente	147	30,2
Institucional	16	3,3
Interesse geral da indústria	27	5,6
Interesse setorial	54	11,1
Social e trabalhista	32	6,6
Total	486	100

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Nesses anos, os *padrões de acompanhamento* quanto aos temas de interesse das Federações foram predominantemente referentes à *infraestrutura e meio ambiente* (147 proposituras), correspondendo a 30,2% do total. Outro tema abrangentemente acompanhado foi sobre *assuntos econômicos e tributários* (145 proposituras), 29,8% do total. *Interesses setoriais*, dada a variedade de questões, apresentou-se como o terceiro tema mais acompanhado (11,1%). Outros temas significativos aos interesses desses industriários, como *questões sociais e trabalhistas*, *direitos do consumidor*, de *interesse geral da indústria*, *administração pública* ou questões institucionais, foram constantemente acompanhados. Apresentaram-se como questões menos significativas ao *acompanhamento* das Federações *ciência, tecnologia e inovação e educação e saúde*.

Portanto, quando agregados, os dados acompanham, o que se espera, as particularidades de cada Federação observada, indicando um processo de profissionalização, nesse caso uma padronização de sua *ação política* e, especificamente, do *acompanhamento*. De modo inequívoco, pode-se perceber o cuidado com o acompanhamento do processo legislativo e a atenção dada pelas Federações aos legislativos subnacionais.

Predominaram temas esperados quanto aos interesses empresariais, como tributários ou de direito do consumidor. Contudo, ainda assim, os temas abrangem elementos bastante heterogêneos e amplos, para além de Interesses setoriais – que, aliás, se encontra como terceiro tema mais acompanhado, com 11,1%. Meio ambiente, por exemplo, foi tema muito acompanhado, o que indica essa amplitude nos esforços de acompanhamento. Outro exemplo dessa amplitude são os temas relativos à Administração pública, representado 5,1% das proposituras acompanhadas pelas Federações Subnacionais, que, definitivamente, não podem

ser compreendidos como de interesses imediatos do empresariado, mas de um escopo de valores políticos mais amplos que, nem por isso, são negligenciados dos custos do acompanhamento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Os homens de 89 tinham derrubado o edifício,  
mas suas fundações permaneceram na própria alma de seus destruidores  
e foi sobre estas fundações que puderam erguê-lo novamente  
e torná-lo mais sólido de que jamais o fora."*

(TOCQUEVILLE, 1997)

Uma mudança essencial nos formatos institucionais das entidades representativas do patronato industrial subnacional brasileiro foi verificada. Caracteriza-se por um direcionamento a abandonar um papel exclusivamente de representação de interesses, estabelecendo-se enquanto ator político, isto é, inseridas no contexto de disputa pelo poder – ainda que não eleitoralmente.

Foi possível inferir que a estrutura corporativista de representação de interesses patronais peculiar criada no Brasil se configurou como uma sustentação para o desenvolvimento de um sistema corporativista orientado para a profissionalização política, com impulso no período pós-autoritário.

Deste modo, esse sistema (entidades sindicais) não se caracterizou como impeditivo, o que já fora afirmado por parte da literatura, mesmo para o período democrático anterior a 1964 (COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000) tal como para o período pós-Ditadura (MANCUSO, 2007). Pelo contrário, apresentou-se compatível com a democracia, possibilitando a ação de grupos de interesses capazes de privilegiar a organização política de uma parcela do empresariado brasileiro.

Portanto, sua estrutura burocrática estabeleceu meios institucionais para ação política sistemática, com capacidade técnica de ação para que seus profissionais e dirigentes tivessem em vista esse jogo político.

O desenvolvimento desses formatos, contudo, não pode ser entendido dentro de uma perspectiva de rupturas, porém, em uma longa trajetória, em que prevalece a dependência de trajetória e os *increasing returns* (PIERSON, 2000) iniciada na década de 1930 (SCHMITTER, 1974; COSTA, 1998; LEOPOLDI, 2000).

Verificamos uma organização, via de regra, profissional e não apenas focada na relação insulada com uma burocracia. As Federações se apresentaram atentas aos legislativos subnacionais com lideranças participando ativamente do jogo político (inclusive com candidaturas), o que corrobora com o entendimento adotado da profissionalização política.

O primeiro aspecto relativo à profissionalização política que avaliamos indicou a importância de algumas condições, como a presença de Departamentos Legislativos e Departamentos de Assuntos Sociais. Entretanto, pudemos definir, a partir dessa análise, que a produção e publicização de Agenda Legislativa Subnacional da Indústria, entendida como uma exposição nem sempre vantajosa do ponto de vista da representação de interesses da Federação, foi condição suficiente para a profissionalização política, encontrada em todos os casos positivos de média e alta profissionalização e infrequente nos demais.

Aspectos referentes à *sistematização* e *enraizamento* também se mostraram importantes, sendo que em todos os casos com algum grau de profissionalização política, ainda que diletante, pelo menos um desses atributos foram encontrados. Esses aspectos são a presença de Departamentos Legislativos e Departamentos de Assuntos Sociais – o que, apesar de sugerir sua necessidade, não é verificado em casos peculiares, como o da Fieac.

Outro elemento da profissionalização política avaliado, a *transparência*, não se apresenta como necessária para o processo de profissionalização, tratando-se do aspecto mais dificultoso para essas entidades nesse desenvolvimento institucional em andamento.

Pode-se verificar 7 Federações com média alta profissionalização (RJ, PR, SC, BA, GO, ES e DF). Outras cinco Federações apresentaram média profissionalização política (MG, RS, RN, TO e AC). Dez Federações apresentaram média baixa (SP, PA, AM, CE, MT, MS, SE, RO, PI e RR), enquanto que cinco não apresentaram qualquer profissionalização política (PE, MA, PB, AL e AP). Não foram identificadas Federações com profissionalização completa (alta), o que se atribui, sobretudo, à dificuldade do aspecto da *transparência*.

Verificamos que as Federações com média baixa profissionalização política tendem a dispor de Departamentos de Assuntos Legislativos ou de Assuntos Sociais, porém, sem desenvolver, manter e publicizar dados de acompanhamento legislativo. A produção de ALSI é aspecto predominante quando se considera as Federações com média alta ou média profissionalização. A maior dificuldade, mais uma vez, se encontra na prestação de contas de suas ações políticas – o que denota a ausência de *transparência* nas ações das entidades sindicais subnacionais da indústria.

Os resultados nos permitem afirmar a característica dos conjuntos de *sistematização* e *enraizamento* como partes INUS, isto é, partes insuficientes, mas necessárias, de uma condição que, apesar de não-necessária, é suficiente ao resultado.

Ou seja, verificamos como aspectos essenciais ao desenvolvimento da profissionalização política elementos relacionados à autonomia, rotinização e complexificação de suas ações, que culminam na caracterização da *sistematização*. O indicador mais visível disso é forte tendência de institucionalização de Departamentos de Assuntos Legislativos e de aspectos de direcionamento à sociedade.

Não obstante, a consolidação de Departamentos de Assuntos Sociais, que extrapolam as ações propostas pelo Sistema S, indicam o *enraizamento* de suas ações, fundamento central para a profissionalização.

Esses resultados iniciais permitiram verificar a existência desse processo de profissionalização, mas não os seus mecanismos causais. Por isso, recorreremos, no intuito de avaliar os elementos que levam ao desenrolar desse processo, hipóteses causais observadas pela *QCA* e pelo *process tracing*.

Essas condições foram verificadas pela presença de Departamentos Legislativos ou de Assuntos Sociais em todos os casos com algum grau de profissionalização, ainda que amador ou diletante. Ainda assim, a produção de ALSI foi observada como suficiente para a (média) alta profissionalização, presente em todos esses casos e, dentre as Federações com média profissionalização, ausente somente na Federação acreana.

Disso decorreu que passamos a buscar a explicação das hipóteses de causalidade conjuntural, sugerindo, a partir da literatura, dois conjuntos explicativos. O primeiro, caracterizado pela Estrutura Social e o segundo pela Estrutura Institucional. Esses conjuntos explicativos foram coadunados com o grau de profissionalização das Federações na avaliação dos mecanismos causais realizada por meio de um *process tracing*.

Os achados classificaram as Unidades da Federação com alta, média ou baixa Estrutura Social, sendo que SP, SC, GO e PE apresentaram alta Estrutura Social enquanto RJ, MG, PR, RS, BA, PA, ES, AM, CE, MS, MT, MA e DF apresentaram média. Para este resultado pesou, sobretudo, as condições de Riqueza/Industrialização e Urbanização. Mais especificamente, a condição de Urbanização, sozinha, apresenta consistência e cobertura acima de 0.9, ainda que a combinação causal de Riqueza/Industrialização e Urbanização tenham consistência 1.00 e cobertura de combinação de 0.92 caracterizando-se como condição suficiente.

O outro conjunto explicativo hipotético sugerido a partir da literatura, a Estrutura Institucional, indicou as UF de RJ, PR, BA, GO e ES com média alta Institucionalização enquanto SP, SC, PA, PE, CE, MA e AL apresentaram média. Nesse resultado, a categoria positiva, com consistência e cobertura satisfatória ainda que não elevada, foi a de Sequências Históricas (antiguidade).

Em seguida, a partir desses resultados da QCA, avaliamos os mecanismos causais do processo de profissionalização política, considerando como explicações causais contextuais a Estrutura Social, relacionada à tese condicionalista, e a Estrutura Institucional, relacionada à tese consolidologista.

Nesta análise de *process tracing*, tivemos como caricatura o personagem Guilherme de Baskerville, de Umberto Eco, que, utilizando a perspectiva parcimoniosa do filósofo Guilherme de Ockham, levanta muitas hipóteses possíveis e, então, busca as relações lógicas mais simples, isto é, que não multipliquem além do necessário as possibilidades explicativas. Esse método, também é lembrado em outro personagem, sugerido pela literatura, aquele de Sir. Conan Doyle (COLLIER, 2011).

Assim, a primeira sequência de eventos sugestionada, a sequência condicionalista, apresentou a seguinte configuração: (h1) Riqueza/Industrialização aumenta (h4) a arrecadação, enquanto a (h2) Urbanização, aumenta (h5) a importância local da Federação, aumentando, por sua vez, a independência da entidade, levando (h6) à profissionalização política.

Pudemos, então, definir a Urbanização como causa suficiente para a alta profissionalização, uma vez que se apresentou em todos esses casos positivos, estando ausente, via de regra, nos casos negativos. Esse atributo também foi encontrado na maior parte dos casos de média profissionalização.

Aspectos relacionados à *transparência* são atípicos e, em vista disso, tomados como suficientes à profissionalização política – enquanto condições de *sistematização* e *enraizamento* são básicas, necessárias a graus de alta profissionalização, estando presentes na maior parte dos casos de profissionalização diletante e média e, também, na totalidade daqueles de média alta profissionalização.

A segunda sequência de eventos, a sequência consolidologista, apresentou a seguinte configuração: (h1) Sequências históricas, ou a Antiguidade de estabelecimento da Federação aumenta (h2) o tempo de organização política, culminando na (h3) sua profissionalização política. Nesse caso, contudo, não foi possível afirmar o mecanismo causal.

Deste modo, aspectos condicionalistas, mais especificamente a Urbanização, não nos permite refutação, considerada mecanismo causal necessário para a média alta profissionalização política.

Tais achados indicam como a Estrutura Social foi fundamental para o desenvolvimento do processo de profissionalização política, garantindo condições econômicas e sociais capazes de estimular tal processo. Indicaram, portanto, como essas condições prévias puderam contribuir para que as Federações extrapolassem sua função de representação de interesses em direção a uma ação política mais ampla.

Por fim, buscamos apresentar uma descrição dos padrões de acompanhamento do processo legislativo das entidades sindicais. Nesse caso, optamos por apresentar uma Federação por região do país, respeitando a disponibilidade de dados.

Dentre as 486 proposituras, não repetidas, acompanhadas pelas Federações, em 213 as entidades sindicais se posicionaram de modo convergente, enquanto em 273 de modo divergente. Tal postura é definida como predominantemente *combativa*, ou reativa, indicando sua autonomia em relação aos legislativos subnacionais. Deste modo, tem-se que as Federações deram aos legislativos locais grande atenção, o que diverge, não apenas da clássica definição Fernando Luiz Abrúcio do “ultrapresidencialismo estadual” (ABRÚCIO, 1998), mas também de noções que sugerem a fragilidade desse empresariado e sua desorganização. Minimamente, é preciso considerar um esforço de criação e manutenção de Departamentos Legislativos e outras ações como a publicação de ALSI ou criação e desenvolvimento de Departamentos de Assuntos Sociais. Não é preciso destacar que essas ações geram custos de recursos financeiros, de tempo e de concentração. Ainda assim, desde 1988 até hoje, grande parte das Federações inclusive utilizaram essa estrutura para acompanhamento de temas diversos dos interesses imediatos do empresariado industrial.

Os temas de interesse das Federações foram predominantemente de infraestrutura e meio ambiente, seguido de assuntos econômicos e tributários, Interesses setoriais, questões sociais e trabalhistas, direitos do consumidor, de interesse geral da indústria, administração pública ou questões institucionais, ciência, tecnologia e inovação e educação e saúde.

Tem-se, assim, a diversidade de temas acompanhados pelas entidades corporativistas. Ainda que predomine temas ligados diretamente à economia ou sensíveis à atividade econômica, sua preocupação extrapola interesses setoriais, atingindo questões diversas como sociais e de educação e saúde – o que reforça sua atuação política. Também é notada uma padronização da ação política dos múltiplos casos, notando-se a preocupação com o

acompanhamento do processo legislativo subnacional. Logo, ainda que temas relativos aos interesses setoriais tenham concentrado grande parte da atenção das Federações no período, o acompanhamento – com seus custos – apresentou grande abrangência incluindo, por exemplo, proposituras relativas à Administração pública, o que não seria bem definido como um interesse imediato do empresariado industrial, a não ser que sua ação seja ampla e em vistas a uma complexa ação política que sobrepuja a representação de interesses.

Em vista disso, concluímos que, para esse processo, foi fundamental a presença de uma Estrutura Social, considerando, portanto, aspectos condicionalistas (ou de modernização) enquanto conjunto causal para a democratização da ação política, pelo menos nessa relação entre empresariado e democracia em âmbito subnacional.

Entendemos tal democratização como a adoção de uma série de padrões mais *sistematizados, enraizados e transparentes*, com maior atuação dessas entidades tanto em relação aos legislativos quanto em relação à própria sociedade, ficando posições políticas amplas e heterodoxas quanto a representação de interesses imediatos.

Portanto, é possível perceber como o sistema corporativista não se apresentou como restritivo às atividades dessas Federações que, de modo autônomo, isto é, com capacidade técnica e busca por convencer a sociedade dessa sua capacidade puderam, então com legitimidade de atuação política, defender preferências mais amplas que a simples representação de seus interesses setoriais.

Isso denota a peculiaridade do desenvolvimento institucional do sistema corporativista de representação de interesses subnacional no Brasil. Não se pode classificá-lo enquanto um sistema alheio à democracia, apresentado muitos aspectos pluralistas. Por outro lado, não se trata de um neocorporativismo, uma vez que não partiu de associações livres, mas se utilizou da estrutura corporativista para sustentar sua ação autônoma e abrangente.

Além disso, essas Federações, ainda que se utilizando dessa estrutura fundante do sistema corporativista, apresentam diversidade de arrecadação, tempo de instituição, além da Estrutura Social em que se inserem. É possível, então, notar a diversidade de sua organização, ainda que similaridades do processo de profissionalização sejam identificadas. Dentre as 27 Federações, apenas cinco não apresentam qualquer aspecto de profissionalização política. Deste modo, mesmo que não se possa afirmar de saída a existência de um “grupo poderoso”, uma elite que tem vantagens em relação à burocracia, pelo menos em todas as UF, pode-se, por outro lado, afirmar, via de regra, a capacidade de organização profissional para a ação política das Federações Subnacionais da Indústria no Brasil.



Ao mesmo tempo em que as Federações da Indústria despontam como entidades relevantes para a economia local, tornam-se mais autônomas para a ação política, assim como mais aparentes. Isso não impediu que pudéssemos perceber aspectos de *transparência* das ações das Federações como aqueles que mais carecem de ampliação. Aliás, a *transparência* foi a enorme pedra no sapato da profissionalização política das Federações. Pareceres públicos de sua ação política foram encontrados apenas na Federação de Santa Catarina, enquanto na mais importante (do ponto de vista econômico) Federação do país, a Fiesp, pouco se encontrou de publicização de sua ação política, impedindo-nos de classificá-la entre as entidades profissionalizadas.

O caso da Fiesp é muito peculiar, e demandará um outro esforço para sua compreensão, que sugerimos para um estudo futuro. Sua capacidade de atuação política não pode ser desconsiderada. Além de manter um Departamento de acompanhamento legislativo, sua diretoria é muito ativa na vida política nacional. Talvez, a ausência de *transparência* das ações da Fiesp aponte para a necessidade de regulamentação externa da ação política dessas entidades e de outros grupos políticos e de pressão no país, acompanhando a mesma lacuna sobre o tema do lobby.

Disso também decorre outras questões que podem ser avaliadas futuramente, como a possibilidade de se ter um âmbito privilegiado de ação das Federações diferente daquele da Confederação Nacional. Assim, entidades como a Fiesp poderiam estar a privilegiar uma ação nacional ou em relação com o Executivo estadual, onde poderiam ter maior trânsito e/ou êxito – explicando o resultado encontrado de uma baixa profissionalização política.

## REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. O ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, Regis de Castro (org.). **Processo de Governo no Município e no Estado**. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 87-116.
- ALCÁNTARA-SÁEZ, M. A. **A profissionalização da política**. CURITIBA: CPOPPPGCP/UFPR. 2016.
- ALCÁNTARA-SÁEZ, M. Political career and political capital. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, nº 73. Ciudad de México, p. 1-17, 2017.
- AMARAL, A. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- ANDREW, C.; GOLDSMITH, M. From Local Government to Local Governance. – and Beyond? **International Political Science Review**. Vol 19 Nº 2, p. 101 – 117, 1998.
- BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Duas Faces do Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, 2011.
- BAIRD, M. F. O lobby na regulação da publicidade de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 24 nº 57, p. 67-91, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245706>.
- BENNETT, A. e CHECKEL, J. T. Process tracing: from Philosophical roots to best practices. In: BENNETT, A. e CHECKEL, J. T., (eds.), **Process Tracing in the Social Sciences: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2015, p. 3-37.
- BERG-SCHLOSSER, D.; De MEUR, G.; RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach. In: RIHOUX, B. & RAGIN, C. (eds.). **Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) & Related Techniques**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2009, p. 1-18.
- BIANCHI, Á. **Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais**. Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Trad.: Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSCHI, R.; DINIZ, E. Globalização e elites empresariais: padrões alternativos de relações entre os setores público e privado no Brasil. Petrópolis-RJ: 24.º Encontro Anual da ANPOCS, 2000, **Anais do Encontro**, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Transição, Consolidação Democrática e Revolução Capitalista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, nº 2, p. 223 a 258, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, nº.84, p.83-99, 2009.

CALICCHIO, V; COUTO, A. SETEMY, A. Confederação Nacional da Indústria (CNI). In: ABREU, A. A. de *et. al.* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CARDOSO, F. H. Estado e Sociedade no Brasil. In:\_\_\_\_\_. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 165-186.

COLLIER, D. Teaching Process Tracing: Examples and Exercises. **Political Science and Politics**, Cambrige, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.

COLLIER, D. LaPORTE, J. SEAWRIGHT, J. Putting Typologies to Work: Concept Formation, Measurement, and Analytic Rigor. **Political Research Quarterly**, Salt Lake City, v. 65, n. 1, p. 217-232, 2012.

COSTA, P. R. N. Burguesia, Corporativismo e Democracia no Brasil (1946/1964). **Revista de Sociologia e Política**, nº 3, p. 49–63, 1994

COSTA, P. R. N. **Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento**. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, P. R. N. **Empresariado e democracia no Brasil (1984 - 1994)**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2003.

COSTA, P. R. N.; BORCK, I. S. S. F. Empresariado industrial e Legislativo: a Agenda Legislativa da CNI (2010-2017). ANPOCS. **Anais...**Caxambú: 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.

COSTA, P. R. N.; COSTA, L. D.; NUNES, W. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.14, p.227-253, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141409>.

CRONQVIST, Lasse. **Tosmana**: tool for cs-mv- and fsQCA. Versão 1.6.1.0, 2010-2019.

CRONQVIST, L.; BERG-SCHLOSSER. D. Multi-Value QCA (mvQCA). In: RIHOUX, B.; RAGIN, C. (eds.). **Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) & Related Techniques**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2009, p. 69-86.

CROZIER, Michel. **O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural**. Brasília: Editora UnB, 1981.

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EdUsp, 2005.

DAZA, J. D. La institucionalización partidista: una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. **Estudios Políticos**. Nº 27. Medellín, p. 103-127, 2005.

DINIZ, E. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 55-79, 1996.

DINIZ, E. Corporativismo em transição. In:\_\_\_\_\_. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade: Brasil 1985-95**. [s.l.] Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 11-39.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. O legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos lobbies empresariais. **Revista de História**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-32, 1999.

DINIZ, E.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. **Textos para discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, n. 321, p. 1-23, 2013.

DOCTOR, M. Business and Delays in Port Reform in Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, n. 2, p. 79–101, 2002.

DUVERGER, M. **Los partidos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

EASTON, D. An approach to the Analysis of political systems. **World Politics**. V. 9, nº 3, 1957, p. 383-400, 1957.

ECO, U. **O Nome da Rosa**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

ENGLER, Í. G. F. Empresários ou políticos? Recursos socioeconômicos e posicionamentos profissionais de deputados federais no Brasil, **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v.23, n.3, 2018.

FLYVBJERG, B. Case Study. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Eds.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2011. p. 301-316.

GERRING, J. Methods. In:\_\_\_\_\_. **Social science methodology: a criteria framework**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 200-229.

GOMES, A. M. de C. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IUPERJ, 1988.

GOMES, Â. M. DE C. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. **Sociologia e Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 185-209, 2012.

GOZETTO, A. C. O.; THOMAS, C. S. Public Affairs in Latin America: The Gradual and Uneven Formalization of a Long-Time Informal Activity. In: HARRIS, Phil; FLEISHER, Craig S. **The SAGE Handbook of International Corporate and Public Affairs**. London: SAGE Publications Ltd, 2017, p. 405-421. doi: 10.4135/9781473957916.

GUILMO, N. S.; PASSO, O. F. D. **Legislação trabalhista: atuação 13 política da CNI e CUT no segundo governo Lula**. Caxambú-MG41o Encontro Anual da Anpocs, 2017.

HARTMANN, J. A. **Ação política empresarial e o processo de impedimento de Dilma**

**Rousseff.** 9o Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Anais... Montevideu: 2017. Disponível em: <<http://www.congresoalacip2017.org/site/anaiscomplementares2>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

HEDLUND, R. D.; PATZELT, W. J.; OLSON, D. M. **Capacity Building in Parliaments and Legislatures: Institutionalization, Professionalization and Evolutionary Institutionalism.** In: International Political Science Association Conference, 2008. Quebec, 2008.

HÉRITIER, A. Causal explanation. In: KEATING, D. DELLA P. AND M. (Ed.). **Approaches and Methodologies in the Social Sciences: a pluralist perspective.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 61-79.

IBM Corp. **IBM SPSS Statistics for Windows**, Version 21.0. Armonk, NY: IBM Corp, 2012.

INGUANZO, I. Paths to recognition: explaining indigenous peoples' rights in Southeast Asia through qualitative comparative analysis (QCA). **Philippine Political Science Journal**, v. 39, n. 1, p. 1-23, 2018.

KANOL, D. Outside Lobbying and Policy Change: The Role of Incumbents' Ideology. **European Journal of Economic and Political Studies**, Istambul, v. 7, p. 79-92, 2014.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. The Science in Social Science. In: \_\_\_\_\_. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research.** New Jersey: Princeton University Press, 1994. p. 3-33.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7. Brasília, p. 349-385, 2012.

LEGEWIE, N. An Introduction to Applied Data Analysis with Qualitative Comparative Analysis (QCA). **Forum: Qualitative Social Research**, v. 14, nº 3, 2013.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEOPOLDI, M. A. P. **O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954).** In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. História econômica do Brasil contemporâneo, São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EdUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 31-77.

LIJPHART, A. Grupos de interesse: pluralismo *versus* corporativismo. In: \_\_\_\_\_. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 197-209.

LINZ, J. J. **La quiebra de las democracias.** Buenos Aires: Alianza Editorial, 1991.

LIPSET, S. **O homem político.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LOTTA, G.; SANTIAGO, A. Autonomia e discricionariedade: matizando conceitos-chave para o estudo de burocracia. **BIB**, n. 83, p. 21-42, 2017.

MAHONEY, J. After KKV The New Methodology of Qualitative Research. **World Politics**, Cambridge, v. 62, n. 1, p. 120-147, 2010.

MAHONEY, J. The Logic of Process Tracing Tests in the Social Science. **Social Methods & Research**, v. XX, nº X, p. 1-28, 2012.

MAHONEY, J.; KIMBALL, E.; KOIVU, K. The Logic of Historical Explanation in the Social Science. **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 1, p. 114-146, 2009.

MAHONEY, J.; THELEN, K. Comparative-historical analysis in contemporary political science. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (eds.). **Advances in Comparative Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 3-36.

MANCUSO, W. P. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: EdUsp, 2007.

MANCUSO, W. P.; GOZETTO, A. C. O. **Lobby e políticas públicas no Brasil**. 2012. Trabalho apresentado no Analyser les Politiques Publiques Brésiliennes, Paris, 2012.

MANOÏLESCO, M. **O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MIGUEL, L. F. O representante como protetor: incursões na representação política “vista de baixo”. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 27, nº 79, p. 31-47, 2012.

O'DONNELL, G. Assumptions and Classifications. In: \_\_\_\_\_. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics**. Berkley: Institute of International Studies, University of California, 1979, p. 1-48.

OFFERLÉ, M. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. **PolHis**, Mar del Plata, ano 4, n. 7, p. 84-99, 2011.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EdUsp, 2011.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARANHOS, R. **Conexões inglórias: responsividade e produção legislativa subnacional no**

**Brasil.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 218. 2014.

PERISSINOTTO, R. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 151-240, 2013.

PIERSON, P. Increasing Returns, Path Dependence and the Study of Politics. **American Political Science Association**, v. 94 n. 2, p. 251-267, 2000.

POLSBY, N. W. A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 221-251, 2008.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo, desenvolvimento e democracia. In: NAKANO, Yochiaki; REGO, José Márcio; FURQUIM, Lilian (orgs.). **Em Busca do Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 387-408.

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, A. M.; CHEIBUB, J. A. LIMONGI, F. O que mantém as democracias? **Lua Nova**, nº 40/41, p. 113-135, 1997.

RAGIN, C. C. A. **The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

RAGIN, C. C.; DAVEY, S. **Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 3.0**. Irvine, CA: Department of Sociology, University of California, 2016.

RICKS, J.; LIU, A. Process-Tracing Research Designs: A Practical Guide. **American Political Science Association**, p. 1-5, 2018.

RODRIGUES, L. M. As profissões da profissão política. In: \_\_\_\_\_. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 23-50.

SANTOS, F. G. M. (org.). A dinâmica legislativa no estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: \_\_\_\_\_. **O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2001, p. 163-188.

SANTOS, M. L.; MANCUSO, W. P.; BAIRD, M. F. Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência. **Texto para discussão IPEA**, 2017.

SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o conceito de "política". **Revista de Direito Público e Ciência Política**. Rio de Janeiro, v.VIII, nº, 2, p. 45-60, 1965.

SCHMITTER, P. C. Still the Century of Corporatism? **The Review of Politics**, v. 36, nº. 1, pp. 85-131, 1974.

SCHNEIDER, B. R. **Encontro da Latin American Studies Association**. The State and Collective Action: Business Politics in Latin America. Anais...1998.

SCHNEIDER, C.Q.; WAGEMAN, C. Data analysis technique meets set-theoretic approach.

In: **Set-Theoretical Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 275-312.

SILAME, T. R. **Diálogos sobre o “ultrapresidencialismo” estadual: dos condicionantes políticos do sucesso legislativo dos governadores brasileiros**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 220. 2016.

SQUIRE, P. Legislative Professionalization and Membership in State Legislatures. **Legislative Studies Quarterly**, v. 17, p. 69-79, 1992.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

TOMIO, F. R. DE L.; RICCI, P. O Governo Estadual na Experiência Política Brasileira: os desempenhos legislativos das Assembleias Estaduais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, 2012.

WATERS, M. Collegiality, bureaucratization, and professionalization: A Weberian analysis. **American Journal of Sociology**, v. 94, nº 5, p. 945–972, 1989.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1992.

WEBER, M. A política como vocação. In: GERTH, H.H.; WRIGHT MILLS, C. (orgs). **Max Weber – Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967. p. 55-89.

WEBER, M. Conceptos sociológicos fundamentales. In: **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. p. 3–35.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5794/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Edson Fachin. **Pesquisa de Jurisprudência**, Acórdão, 23 abril 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15339959032&ext=.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)> Acesso em: 25 nov. 2019.

Câmara Legislativa do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/web/guest/ mesa-diretora>>. Acesso em: 21 abr. 2018.



CNI. **Contribuição Sindical.** <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/contribuicao-sindical/>>. Acesso em: 08 out. 2019.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Perfil Estados.** <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=10&id=1506>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

FIAP. Disponível em: <http://perfiledaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ap>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIBA. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado da Bahia.** Salvador: Fieb, 2015-2018. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/Pagina/1711/Agenda-Legislativa.aspx>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FIBA. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/fieb/Pagina/1378/Representacoes-Externas.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIBRA. **Agenda Legislativa da Indústria do DF.** Brasília: Fibra, 2015 – 2018. Disponível em: <<https://www.sistemafibra.org.br/fibra/produtos-e-servicos/agenda-legislativa>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FIBRA. Disponível em: <<https://www.sistemafibra.org.br/fibra/produtos-e-servicos/proposta-para-o-desenvolvimento-industrial-do-df>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEA. Disponível em: <<http://www.fiea.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIEAC. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Acre.** Disponível em: <<http://www.fieac.org.br/index.php/2017-03-18-15-59-21/2017-03-18-20-07-39/agenda-legislativa.html>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FIEAC. Disponível em: <<https://www.fieac.org.br/index.php/2017-03-18-15-59-21/2017-03-18-19-38-53/conselho-tematico-de-responsabilidade-social.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEAM. **Fieam Notícias.** nº 85, 2015.

FIEAM. Disponível em: <<http://www.fieam.org.br/fieam/coordenadorias/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEC. **Conselhos Temáticos.** Disponível em: <<https://www1.sfiec.org.br/sobre-nos/87208/conselhos-tematicos>>. Acesso em 24 abr. 2018.

FIEC. Disponível em: <<https://www1.sfiec.org.br/sobre-nos/87208/conselhos-tematicos>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEG. **Diretoria.** Disponível em: <<https://www.sistemafieg.org.br/sobre-diretoria>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

FIEMA. **Eixos de Atuação**. Disponível em: <<https://www.fiema.org.br/servico/64/eixos-de-atuacao>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIEMA. Disponível em: <<https://www.fiema.org.br/pagina/25/conselhos-tematicos>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEMG. Disponível em: <<https://www7.fiemg.com.br/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEMS. **Conselhos**. Disponível em: <<http://www.fiems.com.br/conselhos>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIEMT. **Defesa de Interesses e Relações Sindicais**. Disponível em: <[http://www.fiemt.com.br/portal/?pagina=desenvolvimento\\_associativo](http://www.fiemt.com.br/portal/?pagina=desenvolvimento_associativo)>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIEMT. Disponível em: <<http://www.fiemt.com.br/portal/?pagina=institucional>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEP. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/para-empresas/conselhos/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEPA. **Conselhos temáticos**. Disponível em: <<https://www.fiepa.org.br/conselhos-tematicos>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEPb. Disponível em: <<http://www.fiepb.com.br/fiep>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIEPb. Disponível em: <<http://www.fiepb.com.br/fiep/telas/index/id/8>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIEPE, **Conselhos Temáticos e Comitês**. Disponível em: <<http://www1.fiepe.org.br/fiepe/defesa/defesa-conselhos/0001.html>> Acesso em: 24 abr. 2018.

FIEPI. **Conselhos temáticos**. Disponível em: <<https://www.fiepi.com.br/fiepi/noticias/conselhos/conselhos-2962.html>>. Acesso em 24 abr. 2018.

FIEPI. **Diretoria**. Disponível em: <<https://www.fiepi.com.br/fiepi/diretoria>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

FIER. **Conselhos Temáticos**. Disponível em: <<https://www.fierroraima1.com/conselhos-tematicos-2>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIER. **Guia de relações trabalhistas e responsabilidade social para a indústria roraimense**. Boa Vista-RR: FIER, 2013.

FIERN. Disponível em: <<https://www.fiern.org.br/cores-comissao-tematica-de-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIERO. Disponível em: <<https://portal.fiero.org.br/institucional/fiero>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIERGS. Disponível em: <<http://www.fiergs.org.br/pt-br/cidadania>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIES. Disponível em: <<http://www.fies.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIESC. **Agenda Legislativa da Indústria**. Florianópolis: Fiesc, 2015-2018.

FIESC. Disponível em: <<http://fiesc.com.br/pt-br/sobre-fiesc/areas>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIESP. **Dejur – Departamento Jurídico**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/juridico-dejur/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FIESP. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/?temas=responsabilidade-social>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIETO. **Agenda Legislativa da Indústria. Palmas**: Fieto, 2017-2018. Disponível em: <<http://www.fieto.com.br/EstudosPesquisas.aspx>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FINDES. Disponível em: <<https://sistemafindes.org.br/conselhos/conselho-tematico-de-responsabilidade-social/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FIRJAN. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Firjan, 2015-2018. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/publicacoes/informativos/agenda-legislativa-da-industria-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FIRJAN. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/firjan/empresas/competitividade-empresarial/responsabilidade-social/default.htm>>. Acesso em: 12 set. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>. Acesso em: 02 fev. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. **Estimativas da população**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em 02 fev. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios Contínua trimestral**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919#resultado>. Acesso em: 02 fev. 2020.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB: Resultados e Metas 2017**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

LANDIM, R. Repasse de R\$ 16,4 bi para Sistema S incentiva apego a comando de entidade patronal. **Folha de S. Paulo**, 15 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/repasso-de-r-164-bi-para-sistema-s-incentiva-apego-a-comando-de-entidade-patronal.shtml>. Acesso em 17 out. 2018.

LOPES, A. M. **Centro da Indústria do Estado do Amazonas**. Disponível em: <http://cieam.com.br/?u=agenda-legislativa-amazonia>>. Acesso em: 25 set. 2018.

**MOVIMENTO RONDÔNIA PELA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <https://portal.fiero.org.br/movimento>>. Acesso em: 13 set. 2018.

REDINDÚSTRIA. **Portal da Indústria**. 20 fev. 2013. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2013/02/seminario-redindustria/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SENADO FEDERAL. Sistema S. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> Acesso em: 14 out. 2019.

SENAI-RR. <http://www.rr.senai.br/site/institucional/historico>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SUFRAMA. **Zona Franca de Manaus**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/invest/zona-franca-de-manaus.cfm>>. Acesso em: 16 ser. 2018.